

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MARIA JOSÉ FERREIRA

**A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL ADOLFO
BEZERRA DE MENEZES:
UMA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG**

**FRANCA
2012**

MARIA JOSÉ FERREIRA

**A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL ADOLFO
BEZERRA DE MENEZES:
UMA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof.^a Dr^a. Célia Maria David

FRANCA

2012

Ferreira, Maria José

A prática do assistente social na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes: uma experiência do município de Uberaba / MG / Maria José Ferreira. – Franca: [s.n.], 2012
186 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Célia Maria David

1. Serviço social escolar. 2. Assistentes sociais – Prática profissional – Uberaba-MG. 3. Educação. I. Título.

CDD – 363

MARIA JOSÉ FERREIRA

**A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL ADOLFO
BEZERRA DE MENEZES:
UMA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profª. Drª. Célia Maria David

1º Examinador: _____

Profª. Drª. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

2º Examinador: _____

Profª. Drª. Ana Lúcia Furquim Campos Toscano

Franca, 12 de junho de 2012.

Ao Lar da Caridade, aos educandos, às famílias e aos educadores da EMABEM, que contribuem e motivam a continuidade do trabalho do assistente social na escola.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A esta pessoa, não sabia como começar, não tinha palavras para expressar tamanha gratidão que tenho. Então fiquei a pensar na primeira palavra que ouvi desta pessoa no nosso primeiro contato – “Pretensões!” – e que muito me impactou no momento da entrevista seletiva para ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação desta Faculdade. Se por ela eu entrei, quero então permanecer e exprimir que minha pretensão, neste exato momento, é dizer que:

Sou imensamente grata à minha adorável orientadora, Prof^a. Dr^a. Célia Maria David, pelo acolhimento, segurança, confiança e estímulo à pesquisa. Enfim, por compartilhar seu conhecimento durante o processo da presente pesquisa, quando usufruí de momentos preciosos em que a aprendizagem e o amadurecimento intelectual e profissional foram aprimorados. Obrigada por ter acreditado em meu trabalho, pela liberdade e autonomia conferidas. E por sua gentileza e franqueza, manifesto meu reconhecimento pela intelectual competente e pessoa de alma nobre que é.

AGRADECIMENTOS

Ao Lar da Caridade (Hospital do Pênfigo), obrigada pela oração, torcida e compreensão nos momentos de minha ausência. Em especial, agradeço a minha família: Antonieta, ao Emanuel Vieira, a Evani Evangelista, a Ivanda Vieira, a Ivone Ap. Vieira, a Maria Abadia da Cruz, ao Lucas Vieira, a Maria Goretti Vieira e a Maria Heloisa Evangelista. E aos familiares que não foram citados, mas amo da mesma forma.

À Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes, profundos agradecimentos, não só pela permissão, oportunidade e participação nesta pesquisa, como, também, por me permitir adentrar em seu mundo real, que muito contribui para o meu crescimento intelectual e profissional, e que veio a ser a maior motivadora desta pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP de Franca/SP, pelas sugestões e críticas ao trabalho nas apresentações em seminários, em rodas comuns para explanação do trabalho e durante as aulas do curso.

À Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Furquim Campos Toscano, a Prof^a. Dr^a. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira e ao Prof^o. Genaro Alvarenga Fonseca pela gentileza em aceitar participar da banca de qualificação e defesa da dissertação e pelas valorosas sugestões que muito contribuíram para coesão do trabalho.

Aos colegas de mestrado pela convivência e troca de experiências diversas que me aproximaram de realidades que desconhecia até então. Obrigada pelo acréscimo de novos conhecimentos.

À assessora administrativa da vice-direção da UNESP de Franca/SP, Neide Miyoko Nakaoka, muito obrigada pelo carinho e compreensão.

À assessora administrativa do Lar da Caridade – Hospital do Pênfigo, Silma Lúcia, pela paciência e pelas descontraídas conversas nos momentos de inquietude, obrigada mesmo.

Meus agradecimentos a Sra. Alice, aos contadores do Lar da Caridade, Helvécio, Lorena, João Batista, ao Prof. Danival Roberto Alves, do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, ao Danilo, do Arquivo Público de Uberaba, e a Romilda Flor de Lima Marques pela disponibilização de dados referentes à pesquisa.

Sou muito grata à Maria Cristina de Oliveira, à Elisete Helena, à Isabela Ferreira e ao Pedro Lucas V. Ferreira pela amizade e por dividirem momentos importantes de convivência.

À Laura Odette Dorta Jardim e a Maria Carolina Falcão pela revisão da língua portuguesa e pela orientação ao formatar minha dissertação, muito agradecida.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram-se presentes apostando e incentivando essa trajetória, meus agradecimentos.

Bom, como diz o ditado, “os últimos serão os primeiros”, faço os meus agradecimentos, sobretudo:

A Deus pela oportunidade de evoluir – pelo dom da vida!

À minha saudosa mãe Aparecida Conceição Ferreira.

À minha irmã Ivone Evangelista, que sempre estará no meu coração.

O maior bem que podemos fazer aos outros não é oferecer-lhes nossas riquezas, mas levá-los a descobrir a deles.

Louis Lavelle

FERREIRA, Maria José. **A prática do assistente social na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes**: uma experiência do Município de Uberaba-MG. 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

RESUMO

O estudo que se segue apresenta uma experiência que relaciona a área do serviço social e da educação no município de Uberaba/MG. O objetivo deste estudo foi revelar a prática do assistente social na educação escolar, como forma de reforçar a necessidade da presença desse profissional junto aos órgãos governamentais ou não governamentais, que operacionalizam políticas públicas neste município. Nessa perspectiva, analiso-se o trabalho realizado por duas assistentes sociais, uma delas a própria pesquisadora, na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes (EMABEM), entre os anos de 2006 e 2011, embasado na Lei n. 16.683/07, que prevê o assistente social nas escolas da Rede Pública de Ensino do Estado de Minas Gerais, de autoria do Deputado Estadual André Quintão. Para alcançar os objetivos a que nos propomos, utilizamos a pesquisa qualitativa fundamentada nos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e estudo de caso, os quais disponibilizaram informações inéditas sobre o objeto pesquisado e contribuíram para a análise dos dados. A pesquisa de campo teve a participação de dezessete sujeitos que são identificados por nomes fictícios e por categorias, a saber: categoria discente; categoria pais/comunidade; categoria equipe administrativa; categoria equipe dirigente e categoria docentes. Estes sujeitos estão inseridos no cotidiano escolar, acompanhando com frequência a prática do assistente social na unidade de ensino, sendo fontes de possibilidades para analisar o objeto de estudo. Os resultados da pesquisa revelam que a inserção do assistente social na escola é necessária e importante para alcançar resultados efetivos no todo da escola e da comunidade. Assim, podemos afirmar que o assistente social, hoje, é parte indispensável para a EMABEM e para aqueles que nela estão vinculados.

Palavras-chave: Assistente Social. Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes. Uberaba.

FERREIRA, Maria José. **A social worker's operation at Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes**: an experiment in the city of Uberaba, MG. 2012. 186 p. Master (Thesis in Social Work) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

ABSTRACT

The following research presents an experiment related to social work and education in the city of Uberaba, MG. The aim of this research was to reveal the practice of Social Workers in school education as a way to strengthen the need for the presence of this kind of worker along with government or non-government agencies, which effectuate public policy in this county. From this perspective, we analyze the work of two Social Workers, including the researcher, at Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes (EMABEM), between 2006 and 2011, based on Law n. 16.683/07, which provides the practice of Social Workers in public schools of the State of Minas Gerais, authored by the state deputy André Quintão. To achieve the goals we set ourselves, we used qualitative research based on the following methodological procedures: bibliographical research, documentary research, field research and case studies, which have provided new information about the target researched and contributed to data analysis. The fieldwork was attended by seventeen subjects who are identified by fictitious names and categories, namely: student category; parents/community category; management team category; team leader category and teaching category. These subjects are inserted in the daily school and they follow the practice of Social Workers at the school and, that way, they can be sources to analyze the main object of this research. The survey results reveal that inclusion of social workers in schools is a necessary and important part to achieve effective results in the school and the community as well. Thus, it's possible to say that nowadays the social worker's job is an imperative part of EMABEM and to those who are linked.

Keywords: Social Worker. Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes. Uberaba.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Rede de Proteção Social Pública Municipal da área da Assistência Social.....	167
Quadro 2 – Rede de Proteção Social Privada da área da Assistência Social 2010 a 2013.....	169
Quadro 3 – Projetos de atuação do assistente social.....	87
Quadro 4 – Setores do Lar da Caridade.....	95
Quadro 5 – Atribuições do assistente social na EMABEM.....	113
Quadro 6 – Projetos efetivos e de atuação do assistente social.....	118
Quadro 7 – Nº de escolas no Município de Uberaba.....	123
Quadro 8 – Escolas em Uberaba que tem o profissional assistente social no quadro funcional.....	124

LISTA DE SIGLAS

AASU	Associação dos Assistentes Sociais de Uberaba
ADEFU	Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba
AEE	Atendimento de Educação Especial
AMOAMI	Associação Mineira de Orientação e Apoio à Maternidade e à Infância
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uberaba
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensão
CBISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEU	Centro Espírita Uberabense
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNSD	Colégio Nossa Senhora das Dores
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
COMBEM	Conselho Municipal do Bem-Estar do Menor
COMDICAU	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COPEE	Centro de Orientação e Pesquisa em Educação especial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EMABEM	Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes
FAFI	Faculdade de Filosofia
FEB	Federação Espírita Brasileira
FOCS	Formação de Continuada em Serviço
FUNDAESP	Fundação de Assistência ao Especial Caminhar de Uberaba
Funrural	Fundo de Assistência Rural
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos
IAPs	Institutos de Assistência Previdenciária

ICBC	Instituto de Cego do Brasil Central
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MPAS	Ministério da Previdência e Assistente Social
ONGs	Organizações não Governamentais
PAIF	Programa de Atenção Integrada a Família
PDE	Plano Decenal de Educação
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SASPH	Secretaria de Assistência Social e Promoção Humana
SEDESE	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERVAS	Serviço Voluntário de Assistência Social
SESI	Serviço Social da Indústria
SETAS	Secretaria de Trabalho de Assistência Social
SETAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUPAM	Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo ao Menor
UAI	Unidade de Atendimento ao Idoso
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNIUBE	Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
 CAPÍTULO 1 ASSISTÊNCIA SOCIAL: SUBSÍDIOS PARA UMA POLÍTICA DE DIREITO.....	 22
1.1 A conquista dos direitos sociais no Brasil.....	23
1.2 A trajetória da política de assistência social e o Serviço Social no Brasil.....	32
1.3 A assistência no Estado de Minas Gerais.....	45
 CAPÍTULO 2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG...	50
2.1 Município de Uberaba.....	50
<i>2.1.1 Trajetória: do passado a atualidade.....</i>	<i>50</i>
2.2 Instituições pioneiras de assistência social.....	58
2.3 A política de assistência social e o Serviço Social.....	64
 CAPÍTULO 3 DA INSERÇÃO À PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL ADOLFO BEZERRA DE MENEZES - EMABEM, DADOS DA PESQUISA.....	 71
3.1 Educação em Uberaba.....	71
<i>3.1.1 Educação após a Constituição Federal de 1988.....</i>	<i>74</i>
3.2 Uma história precursora da Assistência Social em Uberaba: Aparecida Conceição Ferreira.....	78
<i>3.2.1 Contextualização da Escola Municipal Adolfo Bezerra De Menezes.....</i>	<i>99</i>
<i>3.2.2 Da parceria à inserção do assistente social na EMBABE - apresentação e análise dos dados.....</i>	<i>107</i>
<i>3.2.3 O desvelar da prática do assistente social: algumas considerações.....</i>	<i>121</i>
3.3 Caminho Metodológico.....	127
<i>3.3.1 Apresentação do universo e dos sujeitos participantes da pesquisa.....</i>	<i>130</i>
<i>3.3.2 Processo de coleta e análise interpretativa dos dados.....</i>	<i>136</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	155
-------------------------	------------

APÊNDICES

Apêndice A – Formulário 1 – Pesquisa de Campo – Sujeitos: Categoria alunos.....	164
Apêndice B – Formulário 2 – Pesquisa de Campo – Sujeitos: Categoria pais/comunidade e Categoria equipe administrativa.....	165
Apêndice C – Formulário 3 – Pesquisa de Campo – Sujeitos: Categoria equipe dirigente e Categoria professores.....	166
Apêndice D – Quadro 1 – Rede de Proteção Social Pública Municipal da área da Assistência Social.....	167
Apêndice E – Quadro 2 – Rede de Proteção Social Privada da área da Assistência Social 2010 a 2013.....	169

ANEXOS

Anexo A – Lei n. 16.683/07 – (Projeto de Lei n. 1297 de autoria do Deputado André Quintão.....	179
Anexo B – Legislação da EMABEM I (Portaria n. 2, de 25 de julho de 1971)...	180
Anexo C – Legislação da EMABEM II (Lei n. 3.667 autorização da criação e denominação da Escola Municipal).....	181
Anexo D – Decreto n. 526.....	182
Anexo E – Foto de Aparecida Conceição Ferreira.....	183
Anexo F – Fotos do Lar da Caridade.....	184
Anexo G – Fotos da EMABEM.....	185
Anexo H – Fotos das Classes Anexas a EMABEM.....	186

INTRODUÇÃO

Embora a escola seja considerada um espaço de inclusão, as pesquisas *revelam* que ela constitui um espaço de “[...] abismo que se interpõe entre as palavras, o discurso, os fatos e as atitudes” (MACHADO, 2009, p. 11). Não há educação para todos sem um compromisso social de torná-la realidade, e não será a convicção teórica que fará com que o direito à educação seja respeitado, mas sim o cumprimento do acesso a uma educação de qualidade, que se dá no cotidiano, na maneira de agir e de conquistar espaços democráticos, em que a vida pessoal e coletiva possam se expressar inteiramente na liberdade, na solidariedade e na participação cidadã.

A prática do assistente social deve estar amparada na concepção de que os direitos educacionais, bem como os sociais, devem ser respeitados pelo coletivo, e sua luta não se encerra somente com a aprovação da Lei n. 16.683/07¹ (MINAS GERAIS, 2007), mas continua com o objetivo de efetivar sua ação dentro da escola, como uma proposta de ação inovadora.

Dessa forma, esta pesquisa tem o objetivo evidenciar a prática do assistente social na educação escolar, no sentido de destacar a necessidade da prática do profissional juntamente com órgãos que operacionalizam políticas públicas de direito; identificar quais instituições escolares do município de Uberaba-MG têm o assistente social na equipe de profissionais; verificar se a inserção do assistente social é pertinente ao quadro da equipe de profissionais da Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes (EMABEM); identificar as expectativas da EMABEM quanto à presença do assistente social na unidade de ensino; analisar os fatores que estimularam a inserção do assistente social e sua permanência nessa instituição; contribuir para a produção de conhecimento sobre a prática do assistente social escola abrangendo o universo acadêmico e de atuação profissional. O estudo sobre a inserção do profissional do Serviço Social na escola e as implicações do trabalho realizado pelo assistente social, em específico na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes, do município de Uberaba, vem responder aos anseios não só da pesquisadora como, também, da escola como um todo, da comunidade e das instituições de áreas diversas que têm contato/parceria com o assistente social, e

¹ Ver Anexo A.

possibilita descobrir qual o papel e a importância desse profissional na escola, quais as suas atribuições e a repercussão desse trabalho.

Neste estudo, foi feita a discussão sobre a prática do assistente social na EMABEM e, em seguida, a análise dos pontos e contrapontos da inclusão desse profissional na escola, já que o assistente social é considerado como relevante para trabalhar a garantia da política social junto à política educacional preconizadas na legislação brasileira.

A presente pesquisa justifica-se pela vivência da pesquisadora com um público negligenciado pela falta de uma política pública efetiva, desde a infância, ou seja: as inquietações sobre essa realidade surgiram na fase não acadêmica. Ao entrar em contato direto com quatro instituições especiais – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uberaba (APAE), Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial (CEOPEE), Legião da Boa Vontade (LBV), Residencial 2000 (Res. 2000) e Sanatório Espírita de Uberaba (SEU) – e, em particular, a escola EMABEM, os questionamentos fizeram-se persistentes. Como proceder quando a política de assistência é encarada como assistencialista? Como fazer para não ser “transformado” pela norma institucional quando esta atribui uma identidade ao profissional de Serviço Social? A presença do assistente social no âmbito escolar faz diferença no que tange à preservação do discente e da família na sua integridade? O assistente social contribui para efetivação da educação como direito social garantido constitucionalmente a todas as crianças e adolescentes, independente da classe social que ocupem na sociedade? Como estreitar o vínculo entre a política social e a política educacional? Enfim, como atuar no âmbito da assistência social dentro de uma escola? Será que o Serviço Social vai ser bem recebido pelo grupo escolar?

Esses e outros questionamentos foram importantes para a pesquisadora compreender a necessidade de inserir o assistente social na rede pública de ensino, ampliar a discussão da prática a ser desenvolvida, entender como se dá a articulação do trabalho com os serviços assistenciais do município e se estes são colocados em prática. Esta pesquisa, além de permitir mais uma oportunidade de trabalho com a EMABEM, traça caminhos que vão ao encontro da visibilidade da Lei n. 16.683/07, que reforça a presença do assistente social dentro das escolas públicas.

Compreender os caminhos da democracia restrita a uma determinada classe social é um antigo desafio que motivou a escolha acadêmica, a atuação profissional

e o mestrado em Serviço Social. Resgatar relações sociais em que o exercício da cidadania seja pleno é uma tarefa árdua, porém não impossível e, por isso, não pode ser considerada isolada do contexto social, o que possibilita uma articulação de intervenções mais efetivas frente ao público a ser atendido.

Os estágios de campo (APAE, CEOPEE, LBV e SEU), realizados no período acadêmico, possibilitaram estabelecer contato direto com pessoas carentes sem perspectiva de vida social. Para elas, o que acontecia em seu entorno era devido a causas naturais da vida ou por caridade. Percebe que algumas dessas pessoas desconheciam os seus direitos de cidadãos e, menos ainda, não se viam como parte de uma sociedade que tem direito a benefícios prescritos em leis.

Nesses espaços, a demanda apresentada (pobreza, ausência de educação formal, habitação e emprego, renda esporádica, enfim, a ausência de condições básicas para manter sua sobrevivência) facilitou a minha aproximação com as assistentes sociais e suas práticas, o que contribuiu para minha percepção sobre a importância do trabalho do assistente social nas instituições que atendem um público diversificado.

Traçar estratégias para efetivar práticas profissionais condizentes, direcionadas para a garantia dos direitos humanos e sociais, propor meios que viabilizem as pessoas a terem acesso aos bens públicos (saúde, educação, assistência social), e garantir o exercício da cidadania, são atribuições do assistente social que exigem constante renovação intelectual e prática profissional.

O assistente social, ao desenvolver seu trabalho, tem como respaldo a Constituição Federal (BRASIL, 2006a) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2006c), que mostram a educação como mecanismo de desenvolvimento pessoal do indivíduo e da própria sociedade em que ele se insere. Digamos também que, como profissional do Serviço Social, o assistente social deverá buscar apoio no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, 2006) e na Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 2006c) para valorizar sua prática no campo da educação. Segundo Bressan (2001, p. 10),

O direito à educação e o direito ao acesso e à permanência na escola têm sido garantidos reiteradamente nos aportes legais, seja na Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96).

Assim, esses direitos têm por objetivo destacar a formação do sujeito, o seu exercício de cidadania e suas condições de participar da vida em sociedade.

No campo escolar, percebe que a questão social tem se manifestado de forma preocupante, o que instigou a enfatizar a necessidade do trabalho do assistente social na escola. Por meio do compromisso social, nós, profissionais do Serviço Social, devemos pautar nossas práticas na garantia dos direitos dos cidadãos, dando ênfase à Política de Educação e, em especial, aos alunos e seus familiares.

Sendo o assistente social habilitado para atuar na realidade daqueles que sofrem com as mazelas sociais presentes em nosso cotidiano (pobreza, fome, trabalho infantil, violência, risco social, dentre outros), é importante que o assistente social tenha clareza sobre os princípios fundamentais dos direitos humanos e respaldo no Código de Ética da profissão Serviço Social (CFESS, 2006), que procure articular práticas em favor da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como uma gestão escolar mais democrática.

O assistente social deve se pautar também numa construção coletiva para que haja uma compreensão dos seus propósitos pela equipe de trabalho, o que contribuirá para o envolvimento de todos com a realidade vivida pelo aluno, possibilitando construir práticas condizentes à demanda apresentada.

A inserção do assistente social na escola deve não somente estimular o cumprimento da lei, mas fazer valer os direitos sociais dos cidadãos brasileiros. Portanto, essa questão configura-se em mais um desafio para a categoria dos assistentes sociais, não de forma isolada, mas unida a outros órgãos e profissionais.

Para responder aos objetivos propostos nesta introdução, foi apresentado o processo histórico dos direitos sociais e sua efetivação após a Constituição Federal de 1988, bem como o fortalecimento e a valorização do Serviço Social diante das instituições que trabalham com políticas públicas de direito. Para tal, o texto da pesquisa foi organizado da seguinte forma:

No *Capítulo 1 Assistência Social: subsídios para uma política de direito*, foi discutido a conquista dos direitos sociais no Brasil com a finalidade de expor ao leitor como se procedeu a efetivação desses direitos antes e após a Constituição Federal de 1988. Na sequência, foi traçado a trajetória da política de Assistência

Social e o Serviço Social no Brasil, para conhecer e compreender a assistência hoje, em específico no Estado de Minas Gerais, na cidade de Uberaba.

No *Capítulo 2 A Assistência no Município de Uberaba/MG*, procurei abrir espaço para a discussão sobre a Assistência Social no Município de Uberaba. Retomamos brevemente a história da cidade com o objetivo de destacar seu desenvolvimento e as primeiras instituições assistenciais criadas. Hoje, algumas dessas instituições são amparadas legalmente por meio da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2006d), que conta com o Serviço Social para se efetivar.

No *Capítulo 3 Da Inserção à Prática do Assistente Social na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes, Dados da Pesquisa*, contextualizamos a educação em Uberaba antes e após a Constituição de 1988. Contamos, também, a história da Sra. Aparecida Conceição Ferreira, que criou uma instituição assistencial para atender pessoas com Pênfigo Foliáceo, excluídas da vida social. Para oportunizar a essas pessoas o acesso a uma educação formal, esta senhora criou também uma escola, que hoje faz parte da rede de escolas municipais de Uberaba como uma escola que nasceu para incluir os excluídos, e busca meios estratégicos não só para alcançar as metas educacionais, como, também, atender a clientela na sua diversidade social. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo é a inserção do assistente social como membro da equipe escolar. Ainda nesse capítulo é apresentado o método utilizado, os participantes e a análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa teve como base os preceitos da metodologia de pesquisa salientados pelos seguintes autores: Demo (1997), Gil (2008), Chizzotti (2008), Michel (2009), Minayo (2008), Lüdke e André (1986) e Severino (2007). Para a realização deste estudo iniciamos com a pesquisa bibliográfica e documental, para então, num segundo momento, partirmos para o trabalho de campo na EMABEM. Pelo perfil que esta apresenta frente a outras escolas municipais de Uberaba, a pesquisa seguiu os procedimentos do estudo de caso, com o recorte temporal definido entre os anos de 2006 e 2011. Em campo, como técnica de coleta de dados, foram realizadas entrevistas, com gravador e questionário semiestruturado, com pessoas escolhidas intencionalmente, objetivando trazer a percepção de funcionários que conheciam a escola há mais tempo e alunos e pais que pudessem verificar as possíveis mudanças com a entrada

do assistente social na EMABEM. Os sujeitos participantes foram divididos em cinco categorias: discente, pais/comunidade, administrativo, equipe dirigente e docente. A análise das entrevistas revelou que todos os participantes conhecem as atividades realizadas pelas assistentes sociais da escola e reconhecem sua importância, mas que isso só foi possível após a busca constante dos profissionais da EMABEM por profissionais do Serviço Social.

Esta pesquisa oportunizou compreender o desenvolvimento da prática do assistente social na EMABEM e confirmar que sua inserção é pertinente ao quadro da equipe de profissionais. Permitiu também divulgar a Lei n. 16.683/07, que prevê o assistente social nas escolas da rede pública de ensino.

Por fim, nas considerações finais, trouxemos as discussões elencadas ao longo do trabalho, bem como os resultados das análises das falas das pessoas que participaram desta pesquisa, buscando responder os objetivos proposto. Evidenciamos também a proposta da Sra. Aparecida, que se concretizou no Município de Uberaba-MG. A Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes (EMABEM) é, hoje, uma unidade de ensino polo que acolhe, educa, ensina, informa e forma cidadãos autônomos com visão crítica do mundo em que estão inseridos.

CAPÍTULO 1 ASSISTÊNCIA SOCIAL: SUBSÍDIOS PARA A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Para melhor entendimento da Política de Assistência Social Brasileira a partir da Constituição de 1988, é importante que retrocedamos no tempo e busquemos sua trajetória histórica sinalizando alguns marcos significantes, desde o ano de 1822, quando da Independência do País. Embora de forma pacífica à base de muita negociação entre Portugal e Inglaterra, evidentemente com destaque para o interesse da Inglaterra na separação entre Brasil e Portugal, a estrutura colonial persistiu após a Independência, o que significa dizer que os resquícios da mão de obra escrava sob um sistema produtivo assente na monocultura e no latifúndio foi a marca registrada da desigualdade econômica, social, cultural e do preconceito racial, e a cidadania era privilégio de poucos. A Independência do Brasil enquadra-se nas decisões políticas verticalizadas e ajustadas às relações de poder, que ainda hoje insistem em preponderar.

Os privilégios da aristocracia rural brasileira não foram comprometidos, e tampouco se alterou a realidade sócio-econômica dos setores menos favorecidos da sociedade, a saber, escravos e trabalhadores em geral. Os movimentos sociais se dão em um cenário de contestação à formulação e aos formuladores de políticas públicas que serviam não somente para acalmar a classe operária e a população pobre, como, também, para ocultar a questão social².

Quanto aos direitos políticos, civis e sociais, lembramos que, de maneira diferente do que ocorreu na Inglaterra, no Brasil estes recaíam sobre a população como forma de favorecimento, o que acabou por dar um caráter de assistencialismo aos direitos humanos, dado à forma como foram auferidos. Na Inglaterra, os direitos foram uma conquista; no Brasil, foi uma concessão no patamar dos interesses dos governantes (CARVALHO, 2010, p. 39).

Com a proclamação da República em 1889, em que pese a abolição da escravidão em 1888, o quadro praticamente não se alterou, e a Constituição de 1891 mantinha em seu texto legal, “[...] a exclusão do voto dos analfabetos, dos

² A questão social é a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e sua entrada no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 126).

mendigos, dos soldados, dos membros das ordens religiosas e das mulheres.” (CARVALHO, 2010, p. 40).

Neste processo caminha-se pela década de 1920, quando aconteceram as primeiras formas de assistência para controle da questão social, até a Constituição Federal de 1988, que impulsionou a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Hoje, a LOAS vigora como parte integrante do tripé da Segurança Social³, dando visibilidade à Política de Assistência Social, que é reconhecida como política pública garantidora de direitos de cidadania a toda população brasileira, independente da etnia.

1.1 A conquista dos direitos sociais no Brasil

Discutir a conquista da cidadania no Brasil demanda que coloquemos em pauta algumas situações que, de alguma forma, encabeçaram o processo de reconhecimento dos direitos sociais. Falamos do desemprego, da miséria, da violência e da ineficiência ou inexistência de serviços assistenciais como fatores de violação e inefetividade dos direitos de cidadania da população.

No entanto, contrapondo os problemas citados, na trajetória da história do Brasil é possível enumerar alguns programas e iniciativas estatais, movimentos e organizações sociais que são exemplos de realizações e expectativas de superação dos ranços que impedem o reconhecimento dos direitos sociais.

Nessa perspectiva, o objetivo deste texto é destacar alguns marcos relevantes da formação da cidadania no Brasil, seus impasses no período de transição democrática e as conquistas da Constituição de 1988, mesmo que envolvida por interesses políticos e sociais antagônicos.

Faz-se necessário, inicialmente, conceituar direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Recorrendo a Koerner (2005, p. 62), vemos que:

Os direitos civis referem-se às garantias do direito à vida, à segurança, a um julgamento imparcial, à liberdade (de consciência e de expressão) e à propriedade. Os direitos políticos são aqueles que se referem à participação

³ A LOAS como integrante do tripé da Seguridade Social se dá a partir da criação, por ela própria, de uma nova matriz para a política de assistência social que é inserida no sistema do bem-estar social brasileiro sendo concebido como campo de Seguridade Social, que configura o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (BRASIL, 2006, p. 138).

política, isto é, o direito de votar e ser votado, de participar e organizar partidos políticos, etc. os direitos sociais referem-se à necessidade que devem ser satisfeitas pela sociedade, como os direitos à educação, à saúde e à moradia.

Quando se trata das origens da cidadania, a autora relata que esta se expandiu na Inglaterra no século XVIII, quando os direitos civis foram reconhecidos a toda a população e incorporados nas relações sociais e na relação entre os cidadãos e o Estado. No século XIX, os direitos políticos foram gradualmente reconhecidos a toda a população adulta e masculina. Na primeira metade do século XX, o Estado não apenas reconheceu, mas também efetivou os direitos sociais por meio de serviços públicos disponíveis a toda população do país.

Esse processo sinaliza, notadamente, as reivindicações dos movimentos sociais para terem acesso a um conjunto de direitos que se materializassem em garantias, participação e apoio, e se mobilizassem em mais lutas em prol da ampliação das conquistas e efetivação dos direitos.

O fato é que o reconhecimento e o exercício dos direitos sociais no Brasil não foi priorizado em primeira instância. Essa questão caracteriza-se como resquício da colonização portuguesa, mantida sob interesses particulares, e que deixou como herança uma “[...] população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultural e latifundiária, um Estado totalmente absolutista.” Nesta época, cidadãos brasileiros e pátria brasileira não existiam (CARVALHO, 2010, p. 18).

Para ilustrar tal fato, podemos lembrar da produção e exportação do açúcar para o mercado europeu no período colonial. Como afirma Carvalho (2010, p. 18) “[...] a atividade que melhor se prestou à finalidade lucrativa foi a produção de açúcar.” Só mais tarde, o tabaco e outros produtos foram incluídos na produção. A produção de açúcar foi a que melhor se apresentou ao intento lucrativo, pois exigia grandes capitais e muita mão de obra, o que levou à escravidão dos africanos. Assim, a economia e a sociedade brasileira ficaram marcadas pela desigualdade, que de imediato se estabeleceu entre os senhores de engenho e os outros habitantes.

A exploração escravista ao longo da costa constituiu a principal região de desenvolvimento da colônia até o final do século XVII, quando outros produtos passaram a ser explorados, como, por exemplo, o ouro (CARVALHO, 2010, p. 19). Entretanto, quem realmente impulsionava a economia por meio do seu trabalho não era reconhecido como “cidadão”. Pelo contrário, essas pessoas eram isoladas do

mundo da administração e da política, não tinham a garantia dos direitos básicos e de integridade física. Sua liberdade e a própria vida eram colocadas em risco.

Nesse contexto, podemos dizer que o não reconhecimento da cidadania não se dava por realmente não existir de verdade, isto é, de acordo com Carvalho (2010, p. 22), não havia um poder que pudesse ser denominado como público, não havia sociedade política garantidora dos direitos civis e da igualdade de todos perante a lei.

A Independência do Brasil em 1822 trouxe poucas mudanças no que se refere aos direitos sociais, até mesmo pela forma como aconteceu, isto é, como um acordo entre as elites e sem conhecimento do povo; uma independência realizada com base na “[...] negociação entre a elite nacional (mediada por José Bonifácio), a coroa portuguesa e a Inglaterra, que teve como mediador o príncipe D. Pedro” (CARVALHO, 2010, p. 26).

Nesse período, o povo passou a ter voz política. No entanto, as questões sociais ainda não eram uma preocupação. Mesmo constituindo avanços referentes aos direitos políticos, a independência ainda mantinha o trabalho escravo e trazia grandes limitações no reconhecimento dos direitos civis.

Foi por intermédio da Constituição de 1824 que os direitos políticos foram regularizados com a definição de quem teria direito de votar e ser votado. Desse modo podiam votar:

[...] todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis, todos os cidadãos qualificados. Enfim, todos os homens que tivessem independência econômica. Era permitido também que os analfabetos votassem, quanto às mulheres e escravos não podiam votar porque não eram considerados cidadãos (CARVALHO, 2010, p. 29-30).

Ocorre que a classe votante, que não era pequena, mesmo porque a maioria da população ganhava mais de 100 mil-réis por ano, não tinha contato direto com as questões políticas do país, e menos ainda condições de escolher alguém como seu representante político. A falta de escolaridade era um dos empecilhos para que essa população dominasse a linguagem do mundo político, mas que ainda assim exercia o voto. Ademais, “[...] o que estava em jogo não era o exercício de um direito de cidadão, mas o domínio político local. O chefe político local não podia perder as eleições” (CARVALHO, 2010, p. 33).

Dessa forma, fica claro como os desdobramentos advindos das relações de poder, do mando e da obediência, culminaram e acabaram por constituir a prática do “voto de cabresto”. Embora com nova roupagem, ainda em voga nos dias atuais em nosso país, essa prática envolve significativa parcela de eleitores, diga-se de passagem, que nunca pertenceram à classe historicamente desfavorecida. Da pressão à venda do voto, foi um caminho curto e rápido. Estimulado pelas vantagens pessoais, os períodos eleitorais configuram-se como banquetes em que muitos tentam conseguir ingresso. Frise-se: comprometendo estruturalmente o que se entende por cidadania.

Diante do exposto percebe-se que, embora uma parcela da população tivesse o reconhecimento de cidadão, no real contexto o que se tinha era uma cidadania velada, pois o governo continuava controlando tudo, ou seja, a voz do povo era totalmente limitada e vigiada pelos representantes do governo.

Adentrando no período da Primeira República (1889-1930) os representantes de Estados passaram a ser votados pela população. A principal barreira era com relação aos analfabetos, que continuaram excluídos do exercício do voto, bem como as mulheres, os mendigos, os soldados e os membros das ordens religiosas.

Vale lembrar que a participação eleitoral foi permitida às mulheres após a revolução de 1930 e, em 1932, de acordo com Koerner (2005, p. 63),

[...] elas tiveram que demandar nos tribunais os seus direitos à educação superior e ao exercício de profissões, só tendo reconhecida a plena capacidade civil - isto é, a possibilidade de trabalhar, contratar e praticar outros atos da vida civil sem autorização de seus maridos – com o Estatuto da mulher casada, de 1962.

A abolição dos escravos em 1888 não modificou as condições precárias em que sempre viveram, pois eles permaneceram à margem das instituições de serviços existentes na época. Os escravos libertos não tinham acesso a escolas, não tinham terras e nem sequer um trabalho para que pudessem recomeçar suas vidas. Nessas condições, muitos deles regressavam às fazendas onde serviam, para se submeterem às atividades antes desenvolvidas, por baixo salário. Circunstância esta que, muito embora melhor do que a anterior, necessitava de um bom reparo.

Outros ex-escravos imigraram para as grandes cidades, como o Rio de Janeiro, objetivando melhores condições de vida, mas acabaram por mesclar a

população já excluída do mercado de trabalho, ocupando uma posição inferior em termos de qualidade. Dessa forma, a população negra:

[...] teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente precisou fazê-lo por rotas originais, como o esporte (futebol), a música (samba) e a dança (carnaval). Esses foram os meios de ascensão dos negros até recentemente (CARVALHO, 2010, p. 53).

Nesse contexto observa-se que os escravos foram muito prejudicados em termos de formação pessoal, social e intelectual. Como poderiam reivindicar por condições melhores ou participação na política brasileira se lhes era negada a oportunidade de desenvolver a consciência crítica sobre os acontecimentos da época, inclusive sobre os seus direitos civis?

O período compreendido entre os anos de 1930 e 1945, quando o país se encontrava sob o governo Vargas, foi considerado importante no que se refere aos direitos sociais. Houve ganhos significativos para a classe operária e para uma parcela da população, negligenciada até então pelo poder central. Dentre as primeiras medidas de Getúlio Vargas registrou-se a Criação do Ministério da Educação e Saúde e a Criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Importante assinalar a efetivação da legislação trabalhista, em 1930, com garantia de jornada de trabalho de oito horas, descanso semanal obrigatório e remunerado, férias remuneradas, proteção ao trabalho da mulher e do menor, indenização por dispensa sem justa causa, assistência e licença remunerada a gestantes, aposentadoria e seguro de acidente de trabalho. Ainda assim, o mesmo avanço não é observado com relação aos direitos civis e políticos (CARVALHO, 2010, p. 60).

Há que se reconhecer que a Constituição de 1934 entrou em vigor por meio da Previdência Social e da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), reunindo todas as leis trabalhistas e sindicais, sendo operante nas relações entre patrões, empregado e Estado.

Ainda nesse período, criou-se a carteira de trabalho e o documento de identidade do trabalhador. Foi criado também o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), além do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM), que favoreceu a ampliação das Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs).

Mas o que de fato permanece é que as conquistas, em que pesem as reivindicações, foram “benemerências” de um governo populista paternalista, “o pai dos pobres”, ainda que ditatorial, e que tinha como líderes a rançosa elite tradicional, o que colocava esses cidadãos em posição de dependência daqueles líderes e reféns da União (SOUZA, 2006).

A esse episódio, a autora Teresa Sales (1994, p. 26-27) referiu-se como “[...] cidadania concedida [que] vincula a não cidadania do homem livre e pobre o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares da cidadania civil.”

É importante ressaltar que Getúlio Vargas e João Goulart tentaram unificar e universalizar as normas da previdência ao campo, mas não conseguiram devido à falta de recursos para implantação e financiamento dos benefícios junto aos trabalhadores rurais, o que os manteve excluídos desse sistema. Somente após 1964, os militares e tecnocratas conseguiram a unificação da previdência.

A situação retrata o quanto a política social é utilizada como meio de recompensar apenas aqueles que favoreciam o governo através do seu trabalho, pois, caso contrário, ficariam fora do sistema. A essa restrição do acesso de todos, e, da mesma forma, à política de assistência, Carvalho (2010, p. 115) entende como “privilegio e não como direito” e se revela, ao refletir sobre essa exclusão política dos cidadãos, como “cidadania regulada”. Ou seja, uma cidadania velada, totalmente limitada pelos representantes políticos.

O ditador que nunca se salientará pelo amor às instituições democráticas, tornar-se-á um herói popular por sua política social e trabalhista. O povo o identificava como o primeiro presidente da República, que os interpretava diretamente, que se preocupava com seus problemas, o que fazia com que se sentissem valorizados e beneficiados pelo líder (CARVALHO, 2010, p. 133).

Esse governo foi marcado também, pelo viés nacionalista, pela criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrático, além de “[...] criar o monopólio estatal do petróleo, na figura da PETROBRAS, e reajustar em 100% o salário mínimo, que desde a sua criação não sofrera nenhum reajuste” (PALMA FILHO, 2005, p. 76).

No que se refere ao ex-presidente Juscelino Kubitschek (ex-governador de Minas Gerais), sabemos que não era um nacionalista e nem trabalhista, mas durante

sua candidatura à presidência do Brasil, recebeu apoio do Partido Social Democrático criado por Vargas antes do fim do Estado Novo (1945). A vitória do candidato como presidente do Brasil representava para as forças antivargas a continuação do governo Vargas. Dessa forma, a perseguição sobre o governo de Kubitschek persistiu até o último dia do seu mandato.

É importante citar o que marcou o mandato de Juscelino Kubitschek, uma vez que sua habilidade em dirigir um governo com maior dinamismo e democracia, possibilitou-lhe desenvolver um grande programa de industrialização, planejar e executar a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, a implantação da indústria automobilística pelas grandes multinacionais, além de um investimento por meio do Estado em obras de infraestrutura (estradas, energia elétrica). Como afirma Carvalho (2010), essa foi uma época áurea do desenvolvimentismo, JK tinha como objetivo aproximar o capital privado nacional e o capital estrangeiro, com vista no desenvolvimento industrial do país.

Nesse contexto, observa-se o grande incentivo que a indústria tinha para se desenvolver, os proprietários lucravam com o crescimento desse mercado interno. Não se pode dizer o mesmo com relação aos trabalhadores rurais, aos trabalhadores autônomos e às empregadas domésticas, que ainda permaneciam fora da legislação social. Por outro lado, a previdência passou a incluir no sistema os profissionais liberais.

No governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi criado o Fundo de Assistência Rural (Funrural), que incluiu os trabalhadores rurais na previdência. Os recursos destinados para tal vinham de impostos sobre as folhas de pagamento de empresas urbanas, em que os custos eram repassados pelos empresários para os consumidores.

Assim, os trabalhadores rurais passaram a usufruir do direito à aposentadoria, à pensão e à assistência médica. E, como não podia deixar de ser, as empregadas domésticas e os trabalhadores autônomos também foram contemplados com o sistema previdenciário. Em 1974, no governo do general Ernesto Geisel, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de legitimar as políticas sociais.

As lutas e mudanças no mundo da política continuaram, mas o que mais nos chamou a atenção foram as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, isto é, com os operários, já que tinham parte de seus direitos garantidos em Leis.

As medidas liberais tomadas por Geisel trouxeram uma inovação no movimento sindical, que veio dos operários de setores novos da economia, e que teve sua expansão no governo Médici. O movimento, que teve início em 1977, se elevou em 1978 e 1979 através de greves de grande repercussão no país. “Em 1978, cerca de 300 mil operários entraram em greve; em 1979, acima de 3 milhões, abrangendo as mais diversas categorias profissionais, inclusive trabalhadores rurais.” (CARVALHO, 2010, p. 180).

É importante ressaltar que o novo movimento não foi inovador apenas na sua forma de se organizar, mas na escolha de operários que os representassem, como o “[...] líder Luiz Inácio da Silva, que se tornou um dos principais nomes da vida política nacional.” (CARVALHO, 2010, p. 180).

Em 1978, aconteceu uma nova eleição. O general Geisel, temeroso com a derrota, propôs mudanças na legislação eleitoral que seriam a salvação do governo: a eleição indireta para governadores em 1978, a eleição indireta de um terço dos senadores e a eliminação da exigência de dois terços dos votos para a aprovação de reformas constitucionais. Todos os itens citados foram aprovados. Ainda nessa gestão, a Lei de Segurança Nacional foi reduzida de 20 para 15 anos.

Na década de 1980, houve a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio de uma reunião ampla e aberta, que contou com centena de participantes. Carvalho (2010, p. 176) cita três grupos importantes que se juntaram neste momento: a ala progressista da Igreja Católica, os sindicalistas renovadores e os metalúrgicos paulistas.

O grupo pretendia cortar suas relações com o Estado, ou seja, se manter longe do controle do Estado. O grupo buscava, também, autenticação do operário, que mais tarde consolidou-se em forma de organização sindical nacional. Essa tendência, em 1981, resultou na primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras para criar uma instituição nacional.

Após dois anos de discussão, o movimento se dividiu em duas organizações: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vinculados ao PT, e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido Comunista (PC). A Conclat em 1986 transformou-se em Centro Geral dos Trabalhadores (CGT).

Esse percurso mostra a luta dos operários pela autonomia de seu sindicato. A greve passa a ser um instrumento de ação mobilizadora da classe sindical na busca

por negociação direta com os empregadores por meio de contratos coletivos, fugindo da justiça do trabalho.

Aos poucos, a prática foi sendo aceita, em parte talvez por terem os operários, como interlocutoras, as grandes empresas multinacionais acostumadas a esse tipo de negociação. Aos poucos, os alicerces da CLT iam sendo minados (CARVALHO, 2010, p. 181-182).

Os sindicatos rurais tiveram presença nesses movimentos, mas como representavam uma minoria, não foram barrados pelos governos militares. Esse sindicato rural teve um crescimento dinâmico, a ponto de se igualar ao número de trabalhadores sindicalizados urbanos. Fora do mundo sindical, existiam, também, o movimento popular, o movimento estudantil, os movimentos sociais urbanos, os movimentos de moradores e de favelados, que já existiam desde a década de 40, mas que, na década de 70 ganharam maior força.

Através das lutas e movimentos representados por diversas classes sociais (alta, média) e categorias profissionais (professores, médicos, engenheiros e funcionários públicos) da sociedade brasileira, que tinham como objetivo acabar com a ditadura militar, solucionar os problemas existentes na vida cotidiana, serem autônomos e reconhecidos como cidadãos comuns de direitos e conscientes da situação ocorrida nos setores político, econômico e social, é que se poderia acabar com o governo militar.

É importante ressaltar que o fim da ditadura não se resume aos movimentos reivindicatórios, mas principalmente à escolha de Tancredo Neves para Presidente do Brasil pelo colégio eleitoral. A chegada de Tancredo Neves na presidência em 1985, colocou um ponto final na ditadura militar.

Embora o país, assim como sua população, vivesse resquícios dos governos que antecederam a este, a Nova República, em 1985, “[...] começou em clima de otimismo, embalada pelo entusiasmo das grandes demonstrações cívicas em favor das eleições diretas para os cargos políticos” (CARVALHO, 2010, p. 200). Houve, também, o consentimento do direito ao voto para os analfabetos.

Em 1986, aconteceram as eleições para formação da Assembléia Nacional Constituinte, que trabalharia na elaboração da Constituição promulgada em 1988. Atualmente, a Constituição representa um importante documento democrático que garante os direitos do cidadão. Perante a Lei Constitucional, todos são iguais, os

direitos e deveres são os mesmos para todos, independente da classe social que ocupam na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, a Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993) define que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado. Dessa forma, sua concretização deve ser integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

1.2 A trajetória da política de assistência social e o Serviço Social no Brasil

Na década de 1920, a assistência social foi marcada pela ação do assistencialismo, que era utilizado pela elite como caridade. Na visão religiosa, o ato da caridade seria uma forma de se alcançar a graça divina pós-morte. Já na visão da elite, seria uma forma de fortalecer seu poder no mundo terreno, ou seja, manter e controlar a matéria e a população.

Nessa mesma década, a pobreza aumentou a níveis alarmantes. As mudanças nos setores político, econômico e no mercado de trabalho excluía os pobres, que não eram considerados como parte importante do sistema brasileiro.

Nas décadas de 20 e 30, pode-se dizer que a chaga da pobreza teve aumento disparado pela falta ou insuficiência de renda de algumas famílias. O desemprego atingiu boa parte da população. Consequentemente, essas famílias ficaram privadas do acesso aos meios de subsistência básicos, como alimentação, saúde, habitação e vestuário, entre outros.

Diante desse quadro, as damas religiosas viam a necessidade de ampliar a assistência, ou seja, torná-la mais efetiva, pois assim poderiam dar um suporte maior à demanda dos necessitados que, na sua concepção, sempre mereciam grande amparo.

A sustentação para a concepção de assistência é de que na sociedade, sempre existirão pessoas a quem o destino reservou o estigma da pobreza, transformando-a em seres frágeis, incapazes, doentes, por isso necessitam da ajuda dos outros para sobreviver (TORRES, 2002, p. 129).

Com a finalidade de difundir a assistência aos necessitados, algumas instituições de caridade foram criadas por companhias religiosas, por organizações governamentais e não governamentais

Na perspectiva religiosa, prevalecia a crença de que “[...] a vida terrena era considerada transitória e o consolo dos aflitos a forma de transcender essa transitoriedade” (SPOSATI, 2003, p. 40). Pode se dizer que, ainda hoje, essa ideia é presente nas entidades religiosas.

Na ânsia por disseminar a ajuda aos pobres, a benemerência foi se constituindo em prática de dominação pela classe dominante. Assim, o direito à assistência foi sendo substituído pelo apelo à bondade das almas caridosas.

Essa inspiração religiosa, quando usada pela classe dominante, ganhava o sentido de assistencialismo, isto é, ações imediatas e curativas, que não reconheciam os direitos sociais. Assim, a elite não se preocupava em promover mudanças sociais que pudessem beneficiar e emancipar as pessoas excluídas.

As ações sociais que passaram a ser desenvolvidas pelo Governo e pelo Estado em nome da caridade e da responsabilidade social que muito antes deveriam ter assumido, foram uma forma estratégica de se redimir frente à pressão exercida pelos trabalhadores para que seus direitos fossem colocados em prática.

Nesse contexto podemos dizer que a prática da assistência era a favor dos mais ricos, os quais desejavam reconhecimento pessoal frente à sociedade. Eles teriam os seus nomes reconhecidos como pessoas de status que se preocupavam com a nação, por isso investiam em ações assistenciais.

Até aqui procuramos fazer uma breve reflexão de como a assistência social era propagada na sociedade, na visão das entidades religiosas e na perspectiva da elite e do Estado. As ações assistencialistas ocultavam seu verdadeiro sentido à população necessitada dos serviços de assistência social. Vejamos agora, com mais detalhes, como o crescimento do país contribuiu para algumas mudanças nesse quadro.

Nas décadas de 20 e 30, o Brasil estabeleceu o trabalho livre e iniciou o processo de industrialização. Esse processo favoreceu o aumento quantitativo de operários no campo da indústria e contribuiu para o crescimento social das áreas urbanas, onde grande parte da população havia ficado deslocada e sem emprego.

Consequentemente, no embalo do aumento das indústrias, deu-se a regulamentação das relações de trabalho e o país assumiu uma nova forma de

produção na economia brasileira, quando passou do modelo agro-exportador para o modelo urbano-industrial.

A indústria brasileira se constituiu sob a base do crescimento econômico que beneficiou em maior escala a elite. Quanto aos trabalhadores e ao restante da população, foram marcados pelas condições de carência. O mercado de trabalho estruturou-se de forma heterogênea, o que favoreceu para a formação do excedente da força de trabalho, marcado por intensa migração interna do campo para a cidade.

O mercado, não suportando a demanda por solicitação de emprego, dispensou grande

[...] parte da mão de obra que se viu excluída dos frutos do crescimento econômico, passando a constituir um grande contingente de trabalhadores no setor informal da economia, sujeitos à baixa remuneração, à instabilidade e à margem do Sistema de Proteção direcionado para aqueles inseridos no mercado de trabalho (SILVA; YAZBEK, 2006, p. 10).

Além do banco de reserva industrial, isto é, uma fila de espera para o excesso de trabalhadores que não conseguiam emprego, as condições de trabalho para os que estavam dentro da empresa não eram boas. Nessa época, parte das empresas funcionava em prédios adaptados e insalubres,

[...] as condições de higiene e segurança são mínimas e muito frequente os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 129).

Como reforça Iamamoto e Carvalho (2008), os operários sofriam também com a pressão do preço da força de trabalho, isto é, baixo salário que não cobria as necessidades da família do empregado. Essa situação salarial refletia de forma negativa no cotidiano das famílias, que mais tarde passaram a ser submetidas, sem distinção de sexo e idade, à exploração vigente do mercado.

A inserção das mulheres e das crianças de ambos os sexos, em idade inferior a sete anos, no mercado de trabalho, era “[...] um mecanismo de reforço ao rebaixamento salarial” (IAMAMOTO; CARVALHO 2008, p. 129).

Aos olhos do mercado explorador, crianças, mulheres e homens, eram todos iguais. Dessa forma, crianças e mulheres, eram submetidas às mesmas condições

de trabalho dos operários, isto é, com jornada e ritmo de trabalho acelerados, funcionando em três turnos, e com salário incompatível com a jornada trabalhada.

A classe operária, em quantidade maciça e consciente da situação que a envolvia, passou a reivindicar do Estado medidas de proteção que lhes dessem as condições favoráveis que um ser humano necessita para viver, como políticas de proteção social.

Embora as reivindicações tivessem peso, não foram elementos decisivos para evitar que a questão social se alastrasse na sociedade. Iamamoto e Carvalho (2008, p. 125), confirmam que o surgimento da questão social está vinculado

[...] à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que separa homens e meios de produção em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira.

Segundo os autores, com o processo de industrialização no Brasil, o crescimento econômico foi priorizado e, conseqüentemente, separado da classe operária que tanto operacionalizou seu maquinário e do restante da população. Nessas condições, pode-se dizer que a questão social é a expressão desse processo desigual e explorador que o país optou por seguir para crescer a economia, beneficiando a minoria dos brasileiros.

A classe operária adquiria cada vez mais, clareza do “muro” que existia entre eles e a elite. Cada vez mais consciente de algumas questões privadas, somente os que estavam no poder continuaram com os movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho, por um salário fixo e carga horária condizente com o turno.

Os trabalhadores, à medida que lutam pelos direitos políticos, pela participação política, aliam as lutas por novas condições de reprodução da força de trabalho às lutas políticas pela cidadania, pela transformação das relações de poder (FALEIROS, 2006, p. 66).

Como a revolta da classe operária comprometia o poder vigente, o Governo cobrava medidas do Estado para com a classe. A partir de então, o Estado assumiu uma postura frente à assistência, tendo em vista a manutenção da organização social e ocultação indireta da questão social.

O Estado se limitava aos atendimentos emergenciais em resposta às reivindicações sociais. Como as ações eram repressivas e de cunho assistencialista, o quadro da questão social e os conflitos da classe trabalhadora com a elite não foram solucionados, mas sim, camuflados e tratados como caso de polícia.

Essa situação nos leva a supor que o Governo não se via como responsável pelas expressões da questão social existentes na sociedade e, portanto, não tinha necessariamente obrigação de dar respostas ao problema existente. Assim, ao ultrapassar os limites impostos pelo Governo, as ações da classe seriam vistas como um problema a ser resolvido pela polícia. Essa orientação oficial se manteve até o fim da República Velha, em 1930, mas a intervenção policial continua até os dias atuais, porém de forma velada.

Getúlio Vargas, entendendo que a questão social no Brasil era o maior complicador do momento e que não poderia ser negada pelo governo brasileiro, buscou apoio na pouca legislação social que já existia, mas não era colocada em prática, e criou alternativas de solução e proteção social.

O Estado marcou presença naquele governo por meio da elaboração de estratégias para enfrentamento dos problemas sociais. As políticas sociais têm caráter controlador, repressor e até assistencialista, isto é, um mecanismo político que visa o controle da classe operária, amenizando as tensões sociais. Assim, as políticas passam a ser constituídas em ações de dominação e contrárias às reais necessidades da classe.

Segundo Torres (2002, p. 131), o Estado brasileiro sempre enfrentou os problemas e tensões sociais de forma:

[...] casuística, descontínua, sem efetividade e sem planejamento, criando não mais uma rede de solidariedade como aquela das damas da caridade e/ou das cáritas ligadas à Igreja, mas sim criando uma forma de dependência, apadrinhamento e clientelismo.

As pessoas necessitadas que fossem inseridas nas instituições de serviços assistenciais, “[...] não se reconheceriam como sujeitos de direitos, mas como seres passivos e incapazes frente à sociedade” (TORRES, 2002, p. 132).

Ainda nas décadas de 30 e 40, o Estado passou a adotar novos procedimentos que exigiram a intervenção do Serviço Social para operacionalizar a política de assistência social. A partir de então, as portas do mercado de trabalho se

abrem para o assistente social, e é atribuída a ele a tarefa de mediar as relações de conflito entre a classe trabalhadora e o capital.

No Brasil, a origem do Serviço Social se deu na primeira metade do século XX, a partir das décadas de 1930 e 1940, por intervenção da Igreja Católica que, para fortalecer seus ideais cristãos assistencialistas, organizou a I Conferência de Ação Católica.

Em 1932, no Brasil, as cónegas de Santo Agostinho organizaram um Curso Intensivo de filantropia para Formação Social de Jovens, destinado às moças ricas de famílias abastadas que tinham contato direto com o proletariado das empresas de propriedade da família. Nessa mesma década, por influência desse curso, afirma Pinto (1986, p. 21) que foi “[...] fundado em São Paulo, o Centro de Estudo e Ação Social.”

Pinto (1986, p. 21) reforça ainda que esse Centro teve o apoio de Melle Adèle de Loneaux, que por meio de diversas conferências realizadas pelo país, acrescentou novos ideais europeus ao Serviço Social Brasileiro. Com a finalidade de dar continuidade ao núcleo de ação social, as brasileiras Maria Kiehl e Albertina Ferreira Ramos viajaram para a Bélgica em busca da formação europeia que lhes permitisse ter condições para entrar no contexto social e apreender suas manifestações mais amplas.

A formação técnica apreendida pelas assistentes sociais serviu de base para fundarem a Escola de Serviço Social, no ano de 1936, na cidade de São Paulo. A Unidade de Ensino do Serviço Social tinha por finalidade proporcionar às organizações de assistência social profissionais tecnicamente preparadas.

Com o avanço do capitalismo, a exploração sobre a classe operária aumentou, e suas condições de trabalho eram cada vez mais precárias. Revoltada e oprimida pela forma como era tratada, a classe iniciou uma série de conflitos e grandes lutas sociais contra os burgueses, contra a exploração do trabalho e em prol do reconhecimento dos direitos de cidadania.

Nesse contexto, caberia ao governo brasileiro promover ações que resgatassem a dignidade da população, solucionassem o incontrolável crescimento urbano e revissem a situação precária de trabalho e de vida tanto da classe operária quanto daqueles que se encontravam fora do mercado. Mas controlar toda essa revolta era uma tarefa árdua, estava evidente que a questão social era gerada pela distribuição desigual dos lucros ganhos pela força de trabalho da classe operária.

A contradição fundamental da sociedade capitalista entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho, está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo” (IAMAMOTO, 2008, p. 27-28).

Diante da situação, o governo, a elite e a igreja Católica aliaram-se, na tentativa de amenizar a revolta do povo, dando esperanças aos trabalhadores e suas famílias de que os ajudando, a crise seria resolvida.

Nesse período, os ideais comunistas e liberais já estavam instalados no Brasil, o que deixava a Igreja Católica preocupada, por se deparar com:

[...] a perda de sua hegemonia enquanto concepção de mundo das classes dominantes – que se reflete, entre outras, no decréscimo de sua importância na filosofia, no movimento intelectual em geral, no controle dos movimentos sociais – e na Sociedade Civil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 141).

Nessa fase, a Igreja Católica, viu seus valores de moral, ordem e poder sendo ameaçados pelo liberalismo e pelo comunismo. Como era de responsabilidade do Estado promover a ordem, acabar com os conflitos nas relações sociais e destruir os ideais comunistas que ameaçavam o capitalismo, ele aliou-se à Igreja Católica e à elite, com a finalidade de criar instituições assistenciais e sindicatos para aniquilar a grande desordem existente nesse meio.

No CEAS de São Paulo, responsável pela formação das moças, a igreja fundamentava a ação social em preceitos religiosos com propósito de difundir a doutrina Católica aos proletários e suas famílias. A atuação das jovens era cada vez mais eficiente, o que dava força à coordenação e aos esforços sobre as obras assistenciais e de caridade desenvolvidas pela Igreja, pela elite e pelo governo.

Em 1935, foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, com o objetivo de aprimorar o conhecimento das profissionais e ampliar o campo de ação devido à grande demanda da época. Nesse período, Getúlio Vargas estava na presidência e desenvolveu uma política forte, de cunho assistencialista, com duas vertentes: a de conciliar e a de reprimir. Por um lado, ele buscava apoio

dos trabalhadores por meio da criação de leis que beneficiavam a classe, e, por outro, ele impunha o controle das estruturas sindicais.

Nesse mesmo período em que ocorria a implementação das ações governamentais, acontecia a institucionalização do Serviço Social no Brasil. O Curso Intensivo de Assistência Social formava assistentes sociais para atuarem em determinadas instituições estatais, que direcionavam o trabalhador no mercado, reprimiam a exploração da força de trabalho e racionalizavam a assistência, reforçando e centralizando a sua participação.

A igreja ainda se fazia presente pelas intervenções desenvolvidas no campo da ação social com obras de caridade e de assistência que envolviam a burguesia e as mulheres. Dessa forma, os assistentes sociais também regulavam as iniciativas particulares, apoiando as instituições representadas pela igreja com a adoção de técnicas profissionais e de formação especializada.

O Estado estimulou a formação técnica dos assistentes sociais ao institucionalizar a profissão, legitimando-a dentro da divisão sócio-técnica do trabalho. Com isso, os cursos passaram a trazer novas orientações, e, assim, abriram espaço para novos e expansivos rumos.

No Rio de Janeiro, a primeira escola de Serviço Social foi fundada na década de 30, sob a influência da Igreja Católica. Assim como a escola paulista, ela “[...] inscrevia-se na luta travada pela Igreja para defender o povo de influências consideradas nocivas e para construir-se como a força normativa da sociedade.” (CASTRO, 2003, p. 107).

Em 1937, no Rio de Janeiro, fundou-se o Instituto de Educação Familiar e Social, formado por duas escolas: uma de Serviço Social e outra de Educação Familiar. Nessa época, ficava claro que a questão social não poderia mais ser tratada pela polícia, eram necessárias intervenções mais precisas das políticas sociais. Nos anos de 1938 e 1939, foi criada, também no Rio de Janeiro, a Escola Técnica de Serviço Social, conveniada ao CEAS e ao Departamento de Serviço Social do Estado.

“É na tensão entre a produção da desigualdade e a produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos” (IAMAMOTO, 2008, p. 28). É também, com as políticas sociais que o assistente social trabalha, sendo essa uma demarcação fundamental na constituição da profissão.

As décadas de 40 e 50 ficaram marcadas pelo crescimento econômico. A política da “boa vizinhança”, consolidada pela ajuda econômica e pela industrialização brasileira, alterava decisivamente os rumos da formação econômica e social. Nesse período, a gestão de Vargas, envolvida com as expressões da questão social, prosseguiu com a criação de instituições que se responsabilizassem em dar assistência aos pobres.

A Instituição Nacional pioneira das décadas citadas, foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942 pela Primeira Dama Darcy Vargas, que também ocupou o cargo de presidente dessa instituição. Este órgão segundo Sposati (2001, p. 19) tinha por objetivo, “ajudar as famílias dos soldados enviados a segunda guerra mundial” A princípio, esta instituição foi criada para atender às demandas das famílias brasileiras que tiveram seus chefes de famílias convocados para a Segunda Guerra Mundial. Como os representantes do grupo familiar estavam em missão de luta, as necessidades de suas famílias, seriam supridas pela LBA.⁴

A LBA recebia ajuda financeira dos Institutos de Assistência Previdenciária (IAPs) e das entidades filantrópicas para criar ações de atendimento aos necessitados.

Ainda que a LBA dispusesse de um pessoal capacitado tecnicamente para atuar junto às ações existentes, suas ações se firmavam na figura das Primeiras Damas, que davam a essas ações um caráter de filantropia e de favoritismo, conforme os interesses dos governos vigentes. Nesse contexto, segundo Sposati (2004, p. 20), as “[...] ações desenvolvidas caracterizam a assistência social como emergencial e assistencialista marco que predomina na trajetória da assistência social.”

Durante a gestão Vargas, a LBA foi firmada como uma instituição do setor social que, além de ampliar seu atendimento assistencial, teria que disponibilizá-lo a todos os cidadãos, isto é, não seria mais restrita somente aos familiares dos chefes de famílias enviados para a Segunda Guerra.

Nesse período, os Estados Unidos da América disponibilizavam bolsas de estudo para profissionais assistentes sociais brasileiros⁵, que viajavam em busca do

⁴ Mais detalhes na obra de Iamamoto e Carvalho (2008, p. 249-253).

⁵ Dentre essas assistentes sociais, destacam-se: Maria Josefina Rabello Albino, Marília Diniz Carneiro, Nadir Kfoury, Balbina Otoni Vieira, Helena Correia e Helena Iracy Junqueira (PINTO, 1986, p. 24).

aperfeiçoamento e da instrumentalização técnica para se orientar no trabalho e, assim, responder às novas exigências do mercado.

As assistentes sociais brasileiras tiveram oportunidade de estudar a organização das escolas de Serviço Social norte-americanas, observar seus métodos de ensino, seus currículos, onde se destacavam cursos de Serviço Social propriamente: Serviço Social de Casos, Serviço Social do Grupo e Organização de Comunidade (AGUIAR apud PINTO, 1986, p. 24).

Essas profissionais, quando retornavam ao Brasil, aplicavam o modelo americano, isto é, o Serviço Social de Casos e o Serviço Social de Grupo, que permitiu aos assistentes sociais brasileiros um novo olhar sobre sua prática e o rompimento com a visão social voltada para os ideais franceses de assistência médica social.

A partir de então, houve a diminuição do espírito dominante religioso em prol do técnico-metodológico. Segundo Pinto (1986, p. 24) “[...] esse intercâmbio foi resultado da chamada política de ‘boa vizinhança’, cujo objetivo era promover uma aproximação maior entre os Estados Unidos e a América.”

Ainda no período militar, as novas funções exigiam profissionais que dominassem o conteúdo técnico para melhor desenvolver-se. Pensando nisso, a LBA intensificou sua busca por instituições para firmar parcerias. Foi nessa fase que ocorreu a parceria da LBA com o Serviço Social. A LBA passou a apoiar as escolas especializadas de Serviço Social, o que foi benéfico para o Serviço Social que se lançava na sociedade, mais especificamente no mercado de trabalho. Como toda e qualquer instituição, o Serviço Social concordou em dar suporte técnico na área social desde que conseguisse sua legitimação enquanto profissão.

O aumento do número de trabalhadores urbanos descontentes reivindicando, de forma organizada, sua participação efetiva no processo de desenvolvimento do país, exigiu que o Serviço Social buscasse técnicas próprias para intervir na realidade do país e para dar respostas à população marginalizada, isto é, excluída do sistema desenvolvimentista do país.

Em resposta às necessidades sociais brasileiras, vários encontros de Serviço Social foram realizados com a finalidade de rever a sua base teórico-conceitual. Assim, em 1946, a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ASS) e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), por meio da teorização da profissão, proporcionou aos assistentes sociais uma visão ampla da

assistência prestada, o que favoreceu para mudar os rumos do trabalho desenvolvido, rompendo com a concepção de assistencialismo aos necessitados confinados às margens da sociedade.

O I Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em 1967 pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), deu origem ao Documento de Araxá, inaugurando uma nova fase do Serviço Social Brasileiro, isto é, a fase de reconceitualização da profissão. O encontro contou com participação de 741 profissionais que canalizaram a discussão para o estudo da metodologia do Serviço Social tendo em vista a realidade brasileira da época.

No ano seguinte, foram realizados sete encontros regionais, em Goiânia, Fortaleza, Belo Horizonte, Campinas, Porto Alegre e Rio de Janeiro, com a finalidade de rever a teoria do documento e reformulá-lo, caso necessário. Os encontros que discutiram a metodologia do Serviço Social, possibilitaram criar, em 1970, o Documento de Teresópolis, que repercutiu na América Latina, e o Documento de Sumaré, discutindo o Serviço Social e a cientificidade, o Serviço Social e a Fenomenologia, e o Serviço Social e a dialética. Esses documentos trouxeram profundas modificações nas atividades da profissão desde a sua implantação no Brasil.

Nesse mesmo período da ditadura, foi criado em 1º de maio de 1974, o Ministério da Previdência e Assistente Social (MPAS), desmembrado do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Subordinada ao novo ministério, foi criada uma Secretaria de Assistência Social que tinha como objetivo principal formular uma política que combatesse a desigualdade e a pobreza do país.

O Ministério ficou sob o comando do General Ernesto Geisel, auxiliado por especialistas e profissionais. Com o objetivo de enfatizar a ação assistencial, foi realizado em Petrópolis, no dia 22 de maio de 1974, um seminário, organizado pelo CBCISS, em que foram discutidas formas de eliminar o caráter assistencialista e clientelista atribuído à assistência social.

A assistência social, no final da década de 1980, foi definida, junto à seguridade social, como política pública voltada para a proteção social e como um mecanismo estratégico de construção da cidadania e de facilitação do acesso aos bens e serviços aos necessitados.

A assistência social, pela constituição de 1988, no art. 203, é como uma prática Universal a direcionar o atendimento assistencial a quem dela necessitar. É o

que está reforçado na LOAS, que chama a atenção para o dever do Estado em fazer com que a assistência seja efetiva na sociedade. Diante do exposto, ressaltamos o art. 1º da Lei Orgânica, que dispõe:

A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades. (BRASIL, 2006c, p. 104).

Essa lei teve sua elaboração em 1989, sendo a primeira no Brasil com a finalidade de dar visibilidade aos serviços prestados nas instâncias governamentais bem como prosseguir na luta pelos direitos Universais. Em 1990, o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, “[...] impediu que a LOAS fosse promulgada e vetou seu nascimento” (SPOSATI, 2004, p. 10). Em 1993, com Itamar Franco à frente da presidência, o Projeto de Lei é novamente sancionado, isto é, novamente analisado e aprovado.

A aprovação da LOAS em 1993 foi uma resposta à mobilização de seguimentos sociais que se organizaram para fortalecer a concepção de assistência social como função governamental e política pública. Esse movimento envolveu diferentes protagonistas da sociedade civil e organizações sociais interessadas no processo de negociação e formação dessas políticas. Na Coletânea de Leis, no que se refere à LOAS, há um parágrafo que preconiza que a Assistência Social deve ser realizada “[...] de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.” (BRASIL, 2006c, p. 104).

Nesse contexto, a Constituição Federal traz uma nova concepção para assistência social brasileira, incluída no âmbito da seguridade social e regulamentada pela LOAS como política social pública. Assim, a assistência social inicia seu trajeto na área dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Essa regulamentação pode ser observada também no artigo 204 da Constituição de 1988, que trata dos objetivos não somente da assistência social e da prestação de serviço que corresponde ao perfil do beneficiário e dos benefícios assistenciais, como, também, das diretrizes na organização das ações governamentais e fontes de financiamento. A assistência social hoje compõe o tripé

da seguridade social: previdência social, saúde e assistência o que pode ser confirmada no

Artigo 194, ao preconizar que a “[...] seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 2006a, p. 127).

Com tantos movimentos e com o esforço dos assistentes sociais e dos demais profissionais envolvidos com a prática dos direitos sociais, a assistência ganhou espaço, respeito, valorização, conteúdo e efetividade como uma política pública de direito.

Embora ocorressem conquistas de um lado, do outro essas conquistas eram desfeitas, como o caso do CNSS que, por denúncias públicas de irregularidades, isto é, de corrupção (clientelismo, assistencialismo e apadrinhamento), foi eliminado pela Lei n. 8.742/93. Frente às circunstâncias, em 04 de fevereiro de 1994 entra no cenário da Assistência Social brasileira o Conselho Nacional de Assistência Social, em substituição ao CNSS (1938 a 1993).

A inserção e a implementação do CNAS tiveram o respaldo da LOAS. Dessa forma, foram definidas as atribuições a serem desenvolvidas pelo novo Conselho, como a fiscalização e a avaliação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e dos recursos para a sua implementação através do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Embora a assistência social tenha sido tema de discussão na primeira constituição de 1934 – discutiram-se pontos como a abrangência de uma ação voltada para os fatores que contribuíssem para o processo privativo das classes trabalhadoras e populares, as quais teriam acesso ao trabalho, aos serviços médicos e previdenciários e à educação, bem como à garantia de um salário que possibilitasse a manutenção de subsistência de suas famílias –, foi pela Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social obteve maior êxito de discussão e implementação, sendo reconhecida e praticada como uma Política de Direito Social.

Ainda assim, é importante ressaltar que o desencadeamento do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil se deu na década de 60. Os assistentes sociais, tendo clareza das contradições existentes no exercício da profissão e nas relações entre a classe trabalhadora e o capital,

começam a questionar seu verdadeiro papel na sociedade, sua relação com a demanda necessitada e com as exigências da classe burguesa.

Essas indagações foram importantes para fazer com que a profissão rompesse com a ideologia cristã e burguesa, que atribuíam ao assistente social o compromisso de realizar ações que pudessem amenizar os conflitos existentes no interior da classe social e, assim, manter a ordem vigente.

A partir de então, os assistentes sociais permaneceriam na luta por uma identidade profissional própria e por sua legitimação na sociedade através de uma formação teórico-metodológica e teórico-ideológica que embasasse seu conhecimento e entendimento da realidade em que atuariam. Nessa perspectiva, a profissão abandonaria a prática assistencialista, passando a adotar uma prática moderna, que transforma e se compromete com os interesses da população.

Nesse contexto, pode-se dizer que a prática modernizadora se materializa em programas, projetos, instituições públicas, particulares e filantrópicas, nos quais o assistente social está inserido e respaldado pelo Código de Ética Profissão, aprovado em 13 de março de 1993, pela Lei n. 8.662/93, que Regulamenta a Profissão de Serviço Social (BRASIL, 2006e). Ademais, propondo ações condizentes com Projeto Ético Político do Serviço Social, implementado na década de 1990.

O objeto de estudo desta pesquisa se enquadra nesse conjunto: trata-se de uma entidade de ensino público que conta com o assistente social como parte da equipe de profissionais. A assistente social da escola, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Assistente Social, propõe uma atuação que visa o pleno direito do cidadão e seu protagonismo na vida em sociedade.

1.3 A assistência no Estado de Minas Gerais

Embora tenhamos percorrido alguns órgãos de Minas Gerais para compreender o percurso da assistência social no estado, como o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) Belo Horizonte/MG, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE) Belo Horizonte/MG, o Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS) Belo Horizonte/MG, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Uberaba/MG, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) Uberaba/MG, que tiveram participação efetiva na disseminação e implementação da Política de

Assistência Social em suas regiões, nenhum deles informou possuir dados sobre o tema, a não ser sobre suas próprias vivências na implantação dessa política. Portanto, muito do que expomos a seguir são dados conseguidos pelo endereço eletrônico do SERVAS, que nos ajudou a entender a assistência no Estado de Minas Gerais, mas que, no entanto, não difere da assistência destinada aos necessitados do período colonial.

Nas seções anteriores, expomos a questão da assistência como clientelismo e depois como direito do cidadão no Brasil, e o objetivo deste capítulo é trazer dados mais específicos dessa política na trajetória histórica do Estado de Minas Gerais, isto é, quando teve início e como começou a prática da assistência em Minas? Quem a praticava? Em que governo surgiu? E, por meio dessas inquietações, discutirmos a assistência social nos dias atuais, em específico no Município de Uberaba-MG.

Nessa perspectiva, iniciamos com a exposição de uma instituição denominada Serviço Voluntário de Assistência Social. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1945), sua esposa, Sarah Kubitschek, fundou a instituição Pioneiras Sociais para dar apoio à maternidade e à infância. Posteriormente, o trabalho se estendeu à área educacional.

Em 1956, a entidade foi desvinculada do Governo Estadual, sendo criada a Associação Mineira de Orientação e Apoio à Maternidade e à Infância (AMOAMI), que propunha iniciativas voltadas também para a saúde. Dez anos após a fundação da Pioneiras Sociais, a AMOAMI foi transformada no SERVAS. Em 1966, a instituição passou a apoiar programas de geração de emprego e renda. Em 1983, a necessidade de integração com as várias esferas do governo levou o SERVAS a ampliar seus objetivos, articulando convênios também com a iniciativa privada.

Embora o SERVAS desenvolvesse práticas de assistência social efetivas, pode-se dizer que elas eram influenciadas pelo Estado a se manterem nos moldes do clientelismo e favoritismo, em que os direitos dos atendidos não eram reconhecidos por eles próprios. A intervenção do Estado era inevitável porque “[...] historicamente, a área de assistência vai se estruturando nas relações com a sociedade civil e no interior do Estado [...]. Assim, o Estado vai persistentemente resistir em fazê-la emergir de forma clara como política.” (MESTRINER, 2008, p. 16).

Ao longo dessa década, a assistência social era tratada como:

Doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benevolência, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduzia a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais. Sempre direcionada a seguimentos da população que vive sob o signo perverso da exclusão social, não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade. Ao contrário, reitera a dependência, caracterizando-se como política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações. Desconhecendo que sua população-alvo não é a minoria, mas grande massa populacional de excluídos – nos quais se incluem segmentos do próprio mercado formal hoje tão empobrecido – ela se volta a pequenas parcelas de indivíduos, de forma temporária ou emergencial. Usa da focalização nas piores situações, o seu comportamento usual (MESTRINER, 2008, p. 16-17).

Segundo a autora, isso demonstra como as ações de assistência social do Estado eram realizadas de forma duvidosa. O Estado não assumia sua responsabilidade pública e estatal, mas transferia esse compromisso para a sociedade civil que acabava por abraçar a causa, criando e investindo em entidades sem fins lucrativos.

Nesse contexto, entendemos que a responsabilidade do Estado em investir na assistência social para atender as necessidades da população permaneceu cercada por organizações que impediam a efetivação da cidadania dos povos fragilizados. Diante dessa situação, podemos dizer que o desenvolvimento da assistência social se deu sob o controle de organizações sem fins lucrativos e pelos trabalhos voluntários sem definição clara do que seria público ou privado.

Como parte dessa história, vimos que muitas instituições que surgiram sob o poder do governo, com o passar do tempo, foram destituídas, isto é, passaram a ser lideradas apenas por um grupo de pessoas da sociedade civil. Deparamo-nos com essa situação na história do SERVAS, antes governamental e hoje, não governamental.

Dessa forma, as ações do SERVAS, atualmente, se estendem à busca de soluções para diversos problemas sociais do Estado de Minas, contando com doações, promoções e campanhas para desenvolver suas atividades, com a finalidade de garantir a inserção permanente do cidadão na sociedade.

Atualmente, o SERVAS é uma associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, que tem como objetivo promover e executar ações sociais no estado de Minas Gerais, dotado de autonomia administrativa, financeira e operacional. É

reconhecido como entidade de utilidade pública nos níveis municipal, estadual e federal.

Com o objetivo de complementar as ações do poder público, o SERVAS atua por meio de programas, projetos e ações que visam promover melhor qualidade de vida para milhares de pessoas – crianças, jovens, adultos e idosos –, apoia instituições filantrópicas de serviços assistenciais aos municípios, trabalha no desenvolvimento comunitário e na inclusão social dos cidadãos, além de estender essa atuação para a geração de renda e arte-educação, abrindo oportunidades para jovens estudantes. O SERVAS trabalha como articulador entre iniciativa privada e poder público, integrando sociedade civil, governo, empresas, entidades de classe e terceiro setor, num esforço cujo objetivo é a justiça social. Dessa forma, o SERVAS não só gera e amplia os espaços de participação, mas, também, busca conscientizar sobre a importância da cooperação entre cidadão e Estado.

Os serviços assistenciais realizados no SERVAS só aconteceram e continuaram devido à consolidação da assistência social como uma política de direito. No ano de 2003, deu-se a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é um importante requisito da LOAS, por dar um caráter efetivo à assistência social como política pública de direito a todo e qualquer cidadão.

Depois do impulso dado por Getúlio Vargas, o Brasil continuou investindo na universalização de direitos sociais. Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Bolsa Família, por exemplo, atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. No Estado de Minas Gerais, segundo André Quintão (2006b, p. 5), o Bolsa Família, “[...] já atinge nove milhões de famílias brasileiras, ao mesmo tempo em que avança na consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e do Sistema Único de Assistência Social.”

A implementação da política de Assistência Social no Estado de Minas Gerais, além de seguir a legislação federal, foi bem apoiada pelos representantes do seu governo, sendo esse Estado o pioneiro em garantir a Lei n. 3.286/2006 do Sistema Único de Assistência Social, que se propõe a atuar de forma integral na questão da pobreza, na garantia da renda e do acesso aos serviços básicos de cidadania. Conforme o impacto das ações sociais sobre a população, a Assembleia

busca elaborar ou aperfeiçoar projetos sociais na perspectiva de atender com mais precisão, a população mais vulnerável.

No Boletim Anual de Prestação de Contas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – 2011, consta a Lei n. 19.578/2011 (LEI..., 2011) que prevê a transferência automática e regular de recursos da assistência social do Estado para os Municípios que tiveram a aprovação da Presidente Dilma Rousseff. A Assistência Social em Minas Gerais participa ativamente da Assembleia Legislativa com a finalidade de fortalecer a rede socioassistencial do Estado e de cada município e, assim, ampliar o atendimento da Assistência à sua população.

CAPÍTULO 2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG

2.1 Município de Uberaba¹

2.1.1 *Trajetória: do passado a atualidade*

Antes de iniciar a exposição, ressaltamos que o texto deste capítulo foi elaborado com base em diversos estudos que contam a história de Uberaba, sendo mais utilizado no decorrer do trabalho, a obra do historiador Pedro Coutinho (2000), intitulada “História dos Irmãos Maristas em Uberaba”.

A cidade de Uberaba localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, oeste do Estado de Minas Gerais, e aparece como uma das principais cidades do Triângulo Mineiro, juntamente com Uberlândia, Araguari e Ituiutaba. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011, a estatística populacional de Uberaba foi de 299.360 habitantes. Sua localização é estratégica: aproximadamente 500 km de distância de centros urbanos nacionais importantes como São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. É também considerada uma cidade média, exercendo uma relativa influência regional (IBGE, 2011, online).

O historiador Coutinho relata que a cidade de Uberaba surgiu às margens da Estrada Real que unia São Paulo às minas de ouro da Província de Goiás. Em 1722, essas minas foram descobertas por Bartolomeu Bueno da Silva Filho (1672 / 1740), bandeirante² Anhangüera que, a partir da segunda metade do século XVIII, intensificou a exploração dessas minas, época em que “[...] foi encontrada uma rica mina de ouro na região do Triângulo Mineiro.” (COUTINHO, 2000, p. 35). De acordo com o historiador, no final do século XVIII houve um esgotamento da mina, o que fez com que os garimpeiros (bandeirantes paulistas) se espalhassem pela região em busca de outras minas. Encontraram diamantes em Araxá, em Bagagem, no Garimpo das Alagoas, como também no Sertão da Farinha Podre, que compreende a atual região do Triângulo Mineiro até o estado de Goiás. A denominação “Sertão

¹ O nome Uberaba origina-se do tupi "Y-beraba", que quer dizer "água clara". Em homenagem à história de Uberaba quando elevada a Freguesia, no dia 02 de março de 1920, ficou oficialmente instituída essa data para comemorar o aniversário da cidade (IBGE, online).

² Conforme Mendonça (2008, p. 16), foi Bartolomeu Bueno da Silva Filho quem abriu, no Triângulo Mineiro, uma grande estrada colonizadora, a Estrada do Povoamento, a “Estrada de Goiás”, a “Estrada do Anhangüera”.

da Farinha Podre” indica importante elemento sobre a formação do Triângulo Mineiro e, mais especificamente, do município de Uberaba.

Em 1812 teve início a formação do povoado de Uberaba por fazendeiros e famílias migrantes do Arraial³ do Desemboque, que vinham em busca de pastagem e terras férteis, devido à decadência da exploração aurífera naquele Arraial. O local escolhido para a implantação desse povoado estava localizado às margens da Entrada do Anhanguera.

Em 1816, Antonio Eustáquio da Silva Oliveira⁴ foi nomeado Comandante Regente da vasta região do Sertão da Farinha Podre⁵ e morou à margem da Estrada Real, acompanhado por criadores de gado, que ficaram encantados com a qualidade das pastagens e da fertilidade do solo.

Segundo Coutinho (2000, p. 37), foi com esse movimento que Uberaba começou a ser formada por “[...] famílias que encontraram meios propícios ao progresso: grupos de aventureiros e nômades faiscadores de ouro, de senhores e de escravos.” Aqui encontraram terrenos propícios para a expansão e o desenvolvimento de suas raízes como civilização uberabense.

Pontes (1992, p. 82) ressalta que nos primeiros anos da fundação, Uberaba “[...] dava guarida a grande número de criminosos foragidos das Gerais que entravam a cometer tropelias.” Porém, esses foram submetidos pelo Major Eustáquio a trabalhar na construção de muros, casas de taipas e serviços de roças, o que ajudou a erguer a cidade.

A economia teve grande repercussão na região mineira, devido, ainda segundo Coutinho (2000, p. 36), ao fato de que “[...] vieram fazer parte da sociedade de Uberaba fazendeiros e comerciantes que se dedicaram à criação de gado e de porcos.”

³ Conforme a definição de Lourenço (2002, p. 197) é através das capelas que se originam os arraiais da região, isso reflete na intensificação do povoado e, conseqüentemente, na formação de bairros. Para ele, o Arraial teve por finalidade estabelecer um elo entre a comunidade e o Estado por meio das instituições eclesiais e, ao mesmo tempo, era o núcleo no qual ela reforçava seus laços e reproduzia sua identidade.

⁴ Segundo Pontes (1992, p. 82) o Sargento-Mor Antonio Eustáquio da Silva e Oliveira foi o fundador de Uberaba. Ele era natural da freguesia de Santo Antonio da Casa Branca de Ouro Preto, da antiga Província de Minas Gerais. Segundo consta na documentação, não há existência de dados pessoais do Sargento.

⁵ Segundo Sampaio (1971, v. 1, p. 46), denominava-se “Farinha Podre” o vasto e ubérriimo território compreendido entre o ribeirão, ainda hoje conhecido por Farinha Podre; o Rio das Velhas até a sua foz no Paranaíba; Rio Grande, desde a foz do Farinha Podre até a confluência com o Paranaíba. Para Mendonça (2008, p. 17), a denominação Farinha Podre é devido ao fato de encontrarem, os bandeirantes, quase sempre, quando de volta de suas entradas, apodrecidas as provisões de boca que tinham deixado dependuradas nos galhos das árvores, em sacos e sacolas.

Os comerciantes que vieram acompanhando a imigração para a terra mineira transformaram Uberaba em “porto do sertão”. Desde então, a cidade ganhou destaque pelo seu acelerado crescimento de casas comerciais, situação que lhe propiciou acolhida a vários imigrantes europeus, acarretando mudanças no modo de vida, nos hábitos e costumes dos uberabenses.

Em dezembro de 1818 houve a construção de uma Capela⁶ pelos moradores da cidade, que adotou como padroeiros Santo Antonio e São Sebastião. Após sua legitimação, a Igreja passa a ser referência do povoado e dos governos. O nome Arraial de Santo Antônio e São Sebastião da Farinha Podre foi o primeiro nome do povoado que deu origem a Uberaba.

Segundo Pontes (1992, p. 80), a população do Arraial da Capelinha, foi aos poucos se transferindo para as mediações do seu retiro, edificando em seguida casas que aceleraram seu crescimento com a visita do francês Augusto de Saint-Hilaire⁷, no dia 17 de setembro de 1819, ao Arraial.

Segundo Bilharinho (2007, p. 61), em 02 de março de 1820, através do decreto de Dom João VI, rei de Portugal, e Lei estadual n. 2, de 14-09-1891, o

⁶ A primeira Capela construída na região de Uberaba data de 1807, nas Cabeceiras do Córrego do Lajeado, Arraial da Capelinha, nas terras de propriedade de José Francisco de Azevedo. Em 1812, as imagens de Santo Antônio e São Sebastião, os padroeiros, foram entronizadas. Com a mudança, em 1815, dos moradores do Arraial da Capelinha para o novo Arraial da Farinha Podre, Uberaba atual, o Sargento-Mor, Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira (Major Eustáquio), construiu uma nova Capela, na Praça Frei Eugênio, com a mesma invocação de Santo Antônio e São Sebastião, sendo benzida e liberada para as cerimônias religiosas, em 01 de dezembro de 1818. Em 02 de março de 1820, com a instalação da Freguesia, esta Capela foi elevada à Categoria de Paróquia, e constituída em primeira Matriz. A capela foi demolida e uma outra construída no mesmo lugar, pelo Vigário Silva, inaugurada em 20 de janeiro de 1828, e que serviu ao culto até 1856. A atual Igreja Matriz teve as obras iniciadas em 1827. Com a morte do Major Eustáquio, em 1832, as obras ficaram paralisadas por vários anos. Vindo residir em Uberaba em 1847, Antônio Borges Sampaio encontrou a Matriz nova inacabada, tendo apenas o telhado sobre os esteios e baldrame de aroeira, sem paredes nem assoalhos. Em 1848, o Capitão Joaquim Antônio Rosa retomou a sua construção cujas obras prosseguiram até 1856, quando iniciaram as celebrações dos ofícios religiosos. Desde então, essa Igreja passou por várias reformas e melhorias. Hoje a Igreja é denominada “Catedral do Sagrado Coração de Jesus” (UBERABA, online).

⁷ Nasceu em Orléans, França, no dia 4 de outubro de 1779, faleceu em Turpinière, no dia 30 de setembro de 1853. De família abastada e de tradição do Loiret, destinado primeiramente ao comércio, realizou viagens de estudos aos Países Baixos e à Alemanha. Estudou a obra de Goethe, interessando-se, pela morfologia e à metamorfose de plantas. Esteve no Brasil de 1816 a 1822. Visitou várias regiões brasileiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dirigiu-se à região do Prata, visitando o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Coletou materiais botânicos e zoológicos e anotou as suas observações relativas a várias áreas de conhecimento, tais como geografia, etnografia e história. Coletou acima de 2005 espécies de pássaros, 16000 insetos, mais de 120 quadrúpedes, 35 répteis e 7600 plantas. Entre estas, mais de 4000 eram até então desconhecidas no mundo científico. Recebeu uma cátedra na Faculdade de Ciências de Paris e, em 1830, tornou-se membro da Academia Real de Ciências, sucedendo a Lamarck. Foi nomeado a presidente da Academia em 1835. Com as suas publicações, contribuiu para a difusão de conhecimentos do Brasil na Europa. (AUGUSTE..., online).

lugarejo, antes subordinado ao município de Araxá, foi elevado à Freguesia (paróquia) de Santo Antônio e São Sebastião⁸, pela Lei provincial de n. 28, de 22/02/1836, desmembrado de Araxá, tendo a Sede na antiga povoação de Santo Antônio de Uberaba, instalado em 07/01/1837.

Esse ato significou o reconhecimento oficial do povoado perante o Estado e a Igreja, que definiram os limites de seu território e a abrangência do Cartório Eclesiástico nele instalado. De acordo com Pedro Coutinho (2000, p. 36), nessa mesma Freguesia “[...] instalaram-se grandes armazéns que recebiam os produtos, trazidos de São Paulo, que eram trocados por mercadorias que os sertanejos do Triângulo, de Goiás e de Mato Grosso tinham a oferecer.” Desse modo, a entrada da estrada do Anhanguera foi desviada para dentro do Arraial de Santo Antonio e São Sebastião de Uberaba, o que possibilitou a prosperidade do mercado.

A cidade, que possuía uma pastagem excelente, deu ensejo à criação de gado que se destacou como primeira força produtiva. O povoado foi crescendo junto à Estrada do Anhanguera e passou a ter algum incremento comercial à medida que começou a abastecer os tropeiros e viajantes que transitavam entre o litoral (Rio de Janeiro e São Paulo) e o interior do país (sertões do próprio Triângulo, de Goiás e Mato Grosso).

Nessa fase, o sal era o produto de maior comercialização, por ser de alto consumo do gado. Além do sal, havia outros produtos, porém não tão evidenciados quanto a ração para o gado, a saber: querosene, ferro, arame, tecidos, doces, armarinhos, perfumarias. Esses produtos eram trazidos do litoral (dos portos do Rio de Janeiro e Santos), por carros de bois e/ou tropas de mulas, por estradas precárias. No vilarejo, eram armazenados e redistribuídos para o interior. Em compensação, esses tropeiros podiam refazer o caminho de volta levando matérias primas da agricultura e da pecuária regional. A localidade converteu-se em “boca” de sertão, nome dado ao “[...] entreposto obrigatório dos fluxos mercantis vindos dos dois lados da rede de comércio” (LOURENÇO, 2002, p. 239).

Segundo o historiador Lourenço, no que se refere à ocupação do interior do Brasil em meados do século XIX, Uberaba, a partir da década de 1840, não se parecia um arraial.

⁸ A paróquia de Santo Antonio e São Sebastião foi criada pelo Bispo de Goiás, em 02 de março de 1920. Hoje é conhecida como Paróquia da Adoração Perpétua (PRATA, 1987, p. 95).

Muitos fazendeiros começavam a ver vantagens numa permanência mais demorada na vila, tornando-se, com o tempo, proprietários rurais absenteístas. As casas da fazenda iam sendo deixadas a administradores, e os negócios no povoado iam se tornando os mais importantes. Ao mesmo tempo, surgia uma classe de comerciantes urbanos de médio e grande porte (LOURENÇO, 2002, p. 237-239).

Uberaba atingiu um considerável nível econômico na década de 1850, e com o crescimento do comércio e de homens enriquecidos, o desenvolvimento do lugarejo foi impulsionado, “[...] em poucos anos passou de Arraial a Vila (1836) e de Vila para cidade (1856) com o nome de Cidade de Uberaba, elevado a condição pela lei provincial nº 759, de 02/05/1856” (COUTINHO, 2000, p. 36), transformando-se em um grande centro comercial que passou por mudanças na sua conjuntura social e econômica.

Nessa mesma época, o Brasil, com a expansão da exportação de café, passou por modificações na política tarifária, ressaltando o fim do tráfico de escravos e o restabelecimento das relações normais com a Inglaterra. O Brasil ganhava, assim, uma nova forma. Neste contexto,

Uberaba se encaixou dentro desse quadro de transformações, onde desempenhou papel de pólo comercial dependente, principalmente a região paulista e de pólo fornecedor e abastecedor para mercados consumidores do interior: Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso (REZENDE, 1991, p. 40).

Diante do crescimento econômico da cidade, surgiu uma elite local que demandava por novos serviços e atrativos para a população sedentária. Assim, surgiram as

[...] escolas, teatros, e a política institucional, com casa de Câmara e cadeia. É nessa mesma fase que surge outra elite, formada pelos professores, amanuenses, juízes, padres, que começariam a publicar jornais e a fazer saraus. Pode-se dizer que nessa fase já existia o urbano (LOURENÇO, 2002, p. 237).

No fim da década de 1850, ocorreu uma desaceleração dessa atividade comercial. A partir de então, entre avanços e retrocessos provocados por crises nacionais e/ou regionais, com intervalos irregulares, a cidade se consolidou como centro econômico do Triângulo Mineiro e das províncias de Mato Grosso e Goiás.

Na década de 1880, teve início o 1º ciclo industrial da cidade, com instalação da Fábrica de Tecidos Cassú, do Engenho Central de Açúcar, de fábricas de

cerveja, de laticínios, vinhos e cerâmica. Essa fase de crescimento industrial empregou muitos uberabenses. Esse comércio acelerado possibilitou a expansão dos trilhos da Companhia de Estrada de Ferro Mogiana até Uberaba, em 23 de abril de 1889, o que possibilitou à cidade atingir o auge do desenvolvimento comercial e contribuiu para o aumento da população com a imigração dos europeus italianos para a cidade, além de ajudar no crescimento da pecuária zebuína.

O envio desses trilhos para Araguari, em 1896, ocasionou o “[...] deslocamento dos comerciantes para aquela praça, prejudicando Uberaba. Em seguida, outra ferrovia uniu São Paulo ao Mato Grosso e uma rodovia uniu Barretos a Bebedouro, prejudicando ainda mais a cidade” (COUTINHO, 2000, p. 37).

Dessa forma, os comerciantes uberabenses optaram por dar uma nova direção aos negócios, passando a investir seus lucros em atividades agropastoris, isto é, nas fazendas de gado, fazendo com que Uberaba deixasse de ser centro comercial e passasse a ser centro pecuarista com criação de gado zebu, o que teve início no final do século XIX e início do século XX, mais precisamente entre 1898 e 1915. Nessa época, os fazendeiros da região, preocupados em melhorar o gado crioulo e caracu existentes, começaram a viajar e trazer o gado zebu da Índia. O primeiro touro zebu foi adquirido pelo Cel. Manoel Borges de Araújo. A primeira exposição de gado zebu aconteceu em 17 de maio de 1906, na Fazenda Cassu, de propriedade do Cel. José Caetano Borges, quando 1146 animais foram expostos. Esse evento deu início a uma fase de grande desenvolvimento da pecuária zebuína.

Para fortalecer a atividade zebuína, Getúlio Vargas, em 1937, criou a Fazenda Experimental (Fazenda Modelo), onde foram realizadas as primeiras pesquisas de melhoramento genético do zebu e a adaptação de sementes de pastagens, leguminosas e cereais (soja, feijão, milho e café) às terras e climas do cerrado do Planalto Central do Brasil.

Com o tratamento de primeira qualidade, a raça do gado ficou melhor do que a da Índia. Hoje é considerada a atividade econômica principal da cidade, sendo responsável por quase todo o abastecimento de produtos de origem bovina da região. Destacamos, também, que devido ao desenvolvimento tecnológico, Uberaba é o município de maior produção de milho e soja do Estado de Minas Gerais.

A industrialização brasileira, que tomou forma a partir de 1930, criou uma expectativa por melhor oferta de trabalho e condições de vida na população não somente do Brasil como também na de outros países. No final da década de 1930, o

governador de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro (1933 á 1945), sensibilizado com a situação de Uberaba, autorizou a construção da Usina Pai Joaquim, com a finalidade de melhorar as condições de abastecimento de água e de eletricidade na cidade.

Com o passar do tempo, a energia ficou escassa, sendo regularizada no governo de Juscelino Kubitschek, quando era governador de Minas Gerais (1951-1955). Nesse governo, foi oferecida energia elétrica pela Companhia Energética de Minas Geria (CEMIG), ligando a Usina Pai Joaquim a outras usinas.

Houve, nessa época, no município de Uberaba, um aumento populacional que ocasionou um aceleração na construção de conjuntos habitacionais para abrigar as pessoas que vinham em busca dessa oferta de emprego. Nessa fase, a cidade se apoiava na legislação urbanística prevista na Lei n. 84/48 e no Código de Edificação do uso de solo da Lei n. 261/52. Isenta de um Plano Diretor que orientasse as ações da cidade frente à construção de bairros e de imóveis, o crescimento da infraestrutura da cidade foi comprometido, as condições para o desenvolvimento da cidade foram ficando mais difíceis, e a população sofreu limitações e carências (UBERABA, 1989, online).

Na década de 1960, iniciou-se o 2º ciclo industrial de Uberaba, com destaque para o setor petroquímico ligado à produção de fertilizantes e defensivos agrícolas e à usina de açúcar de Delta.

Só a partir da década de 1970 iniciou-se um processo mais acelerado de industrialização, com a criação dos quatro Distritos Industriais. Assim, nas décadas de 1980 e 1990, houve maior investimento nessas indústrias, visando a implementação de novas outras para a geração de mais recursos e empregos, sendo esta uma forma de manutenção e melhoria da qualidade de vida na cidade.

O acelerado e crescente movimento de urbanização contribuiu para que as leis urbanísticas não mais atendessem às necessidades da cidade, uma vez que a legislação urbanística existente era ultrapassada e se resumia a um Código de Posturas (Lei n. 84/48) e a um Código de Edificações (com algumas disposições relativas ao uso e parcelamento do solo - Lei n. 261/52, que vigorou até 1980).

Para melhor ordenar e direcionar os processos de desenvolvimento urbano, o governo da cidade teve que atualizá-los. Após a Constituição de 1988, a Prefeitura Municipal verificou a possibilidade de elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento

Urbano de Uberaba pela Lei n. 4.182/88 e pelo Decreto de Perímetro Urbano (Decreto n. 584/86) (UBERABA, 1989, online).

A elaboração do Plano Diretor de Uberaba foi efetivada no período 89/91, com a assessoria do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal – num processo que envolveu a equipe local da área de planejamento, formada por técnicos de várias Secretarias e órgãos municipais, e teve a participação popular, o que já era uma premissa constitucional. O formato encontrado na época para o desenvolvimento do trabalho – assessoria do IBAM / envolvimento da equipe técnica local/participação popular, foi de grande importância para o sucesso na aprovação e implementação da legislação, uma vez que os técnicos da Prefeitura Municipal foram capacitados para os trabalhos de elaboração do Plano Diretor e para um trabalho contínuo posterior; a população participou e foi ouvida através das reuniões feitas durante a elaboração do Plano, inclusive com o preenchimento de formulários de sugestões, e os vereadores, que também participaram em vários momentos do processo de elaboração dos projetos de leis, assimilaram os seus pressupostos antes mesmo de seu envio oficial à Câmara Municipal, o que facilitou sua tramitação e aprovação (UBERABA, 1989, online).

Ao longo dos anos, a cidade de Uberaba passou a atender as necessidades e demandas no âmbito cultural e de serviços assistenciais à população. No que se refere à educação, conforme a necessidade de cada década, isto é, o que demandava sua população, algumas escolas foram criadas em prol de uma população alfabetizada. Algumas dessas escolas criadas com a finalidade de alfabetizar e impulsionar a criação de outras instituições de ensino, existem até hoje e serão detalhadas no próximo capítulo, quando será discutida a Educação em Uberaba.

No que se refere ao campo rural, houve um crescimento da produtividade no meio agrícola, com grandes investimentos e modernização do setor. Mas o grande atrativo da cidade é o gado zebu, que a torna conhecida como a capital do zebu, onde se realiza, anualmente, a Exposição Nacional de Gado Zebu, que reúne criadores de gado do Brasil e de outros países.

Conforme consta no Guia Turístico de Uberaba (2008), nas últimas décadas, a cidade tem procurado investir no desenvolvimento tecnológico, na saúde, na educação e na assistência social, criando novas oportunidades de trabalho e melhoria da qualidade de sua população. Inclusive hoje, ela pode oferecer à sua população e visitantes, uma estrutura urbana e rural de qualidade, com “[...] espaços culturais (museus, igrejas, memorial Chico Xavier), de lazer, centro de compras, turismo ecológico, serviços de transportes/comunicação, Peirópolis e expo zebu.” (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2008).

Mesmo que Uberaba não tenha surgido como uma cidade planejada, ela conseguiu articular a explosão de urbanização e crescimento econômico, comum nas cidades médias do interior de Minas, preservando assim, a qualidade de vida de sua população.

2.2 Instituições pioneiras de assistência social

Dentro da perspectiva histórica de Uberaba, em que os moradores em pouco tempo ergueram a Capela de Santo Antônio e São Sebastião, temos uma importante informação para compreender a assistência social do município. E ainda hoje, ao analisarmos a história da assistência social na cidade, percebemos ações quase sempre executadas por grupos ou entidades religiosas ainda presentes na região.

As damas de caridade, com forte ligação à Igreja, ficavam responsáveis por atuar nas mazelas sociais, pois acreditavam que tudo poderia ser superado através da fé e da caridade. Tal ato de benevolência compõe a trajetória histórica de algumas cidades brasileiras, e como não poderia deixar de citar, a história da ação assistencial em Uberaba não se difere da retratada por Torres (2002), quando expõe que por meio da religião é que se disseminam as ações de benevolência e caridade às pessoas mais necessitadas.

Ainda que historicamente as ações assistencialistas estejam ligadas à religião, e que a partir da inserção do Estado (repressor) tenha sido adotado outro olhar que serviu de matriz às políticas sociais, sejam elas de Assistência Social, de Saúde, de Educação e outros, não é o objetivo deste trabalho aprofundar sobre essa questão.

O propósito é discorrermos sobre as primeiras instituições assistenciais de Uberaba, em especial a instituição de caridade “Lar da Caridade – Hospital do Pênfigo”, que para melhor atender o seu público investiu na educação por meio da criação de uma escola pública “Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes - EMABEM”.

No decorrer da história de Uberaba, constatamos um alarmante crescimento populacional devido às condições socioeconômicas que emanavam na década de 1930. No que se refere à Assistencial Social, até mesmo para atender essa demanda, seu processo foi mais lento.

É importante ressaltar que grande parte das instituições assistenciais em Uberaba foram criadas por seguidores da doutrina espírita. Embora o catolicismo também se destacasse por suas obras de caridade e sua contribuição no desenvolvimento de Uberaba, a doutrina espírita se destacou pela à forte influência de Francisco Cândido Xavier⁹, Sua atuação foi preponderante nas ações de caridade.

Como ponto de partida para a exposição a seguir, falaremos sobre algumas instituições que se destacaram na área de assistência social em Uberaba.

Em 1885 foi construída a Santa Casa de Misericórdia¹⁰ ao lado do Hospital da cidade. A casa tinha por finalidade auxiliar nos serviços administrativos e supervisionar a reconstrução do hospital. Para melhorar o atendimento da casa, um dos vereadores fez uma viagem ao Rio de Janeiro com a finalidade de trazer damas de caridade para a execução de trabalhos assistenciais junto aos pobres doentes necessitados.

Neste sentido, percebe-se que começou a se pensar na assistência à saúde de forma mais generalizada. Já instaladas em Uberaba, as Irmãs Dominicanas passaram a residir na Santa Casa e projetaram um internato para atender somente crianças do sexo feminino, internato esse que até 1886 funcionou nas instalações da casa, quando passou a funcionar em sede própria, e com outra nomeação – Colégio Nossa Senhora das Dores (CNSD).

No ano de 1898 foi criada uma associação pela Sociedade São Vicente de Paulo, que tinha por finalidade oferecer tratamento médico aos enfermos desvalidos, excluídos do atendimento na Santa Casa. Nessa mesma época, essa associação se transformou em entidade assistencial, e o atendimento realizado com 30 famílias passou para 150 famílias.

Segundo José Soares, a Sociedade São Vicente de Paulo tinha um terreno no bairro Abadia, onde foi construído um abrigo para os mendigos, conhecido na época como Asilo dos Mendigos. Com o passar dos anos, a instituição vicentina passou a ser referência para desenvolvimento de serviços hospitalares e Centro de Estudos Médicos. Nessa perspectiva, o Asilo passou por reformas, sendo instaladas salas de

⁹ Nasceu na cidade de Pedro Leopoldo, Minas Gerais, em 02 de Abril de 1910, morreu em Uberaba, aos 92 anos, no dia 30 de junho de 2002. Foi o médium mais conhecido e respeitado, por espíritas e não espíritas, no Brasil e no exterior, e com maior tempo de atividade mediúnica.

¹⁰ Em 08 de junho de 1967, a Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, tornou-se o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, hoje, denominado Hospital Escola da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

cirurgia e enfermarias. Nesse período, o número de atendidos ampliou de 150 para 520 pessoas.

Conforme consta no Plano Decenal Municipal de Educação, em 06 de maio de 1902, em uma reunião ordinária da Câmara Municipal, ficou decidido que seria construído um espaço em um dos maiores e mais povoados bairros da cidade – o Bairro Abadia, que hoje é referência para os demais bairros e quem vem de outra cidade para o município de Uberaba – para abrigar as pessoas (indigentes) que perambulavam pelas ruas da região, construção esta que teve sua publicação na Lei n. 137, de 15 de maio de 1902 (UBERABA, 2007).

No dia 08 de setembro de 1909, o Sr. Cel. Antonio Moreira de Carvalho fundou a “Associação Beneficente 8 de Setembro” com a finalidade de prover a assistência aos pobres e a instalação de um asilo a eles destinado.

Conforme Mendonça (1974, p. 96) “[...] os mendigos eram recolhidos das ruas da cidade e levados para essa Associação.” Junto à Associação, no dia 8 de setembro de 1912, o Dr. José de Oliveira Ferreira e Lamartine Ribeiro Guimarães instalaram uma sede, nomeada como Asilo Santo Antonio dos Pobres, com as mesmas finalidades das demais obras assistenciais.

É notório que a construção de instituições assistenciais era bem dinâmica, pois, frequentemente, eram fundações mescladas em outras já existentes. Nas instituições ligadas à Igreja Católica, o exercício dos cuidados era realizado pelas Irmãs de Caridade, que tinham como missão zelar pelo estado físico e espiritual dos pobres.

Por outro lado, outras instituições assistenciais foram fundadas nos princípios da religião Espírita Kardecista – “fora da Caridade não há Salvação” –, isto é, a igualdade entre os homens perante Deus, a tolerância, a liberdade de consciência e a benevolência mútua. Esse fato explica o porquê do aumento de obras assistenciais, como creches, abrigos para idosos, além da distribuição de materiais.

Em Uberaba, por meio de figuras representativas do espiritismo, foi possível disseminar a doutrina e concretizar obras assistenciais. Algumas delas existem ainda hoje na cidade, como o Centro Espírita Uberabense (CEU), inaugurado em 1918, que teve como precursor o Sr. João Augusto Chaves. Nesse local foi construído um ambulatório médico e dentário, uma farmácia homeopática e o Grupo Escolar Guerra Junqueiro, mantido pela prefeitura, que funcionava somente durante o dia.

Em 1919, o Centro Uberabense fundou o Pronto Socorro Bezerra de Menezes, que também dava assistência aos necessitados. A partir da mobilização de Maria Modesto Cravo e de Dr. Inácio Ferreira de Oliveira, diante do aumento de pessoas com quadro de doenças psiquiátricas, a assistência do Pronto Socorro foi modificada e, posteriormente, em 1933, foi construído o Sanatório Espírita de Uberaba, tendo como diretor o Dr. Inácio Ferreira.

Ainda hoje, em Uberaba, existe o prédio que foi ocupado pelo Batalhão de Polícia Militar, que anos depois funcionou como Escola Normal e como sede do Liceu de Artes e Ofício. Em 1947, o Governo repassou o prédio para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)¹¹.

A década de 1940 significou para o Brasil um período de adaptação às recentes mudanças no cenário interno e externo: a renúncia de Getúlio Vargas, o fim da Segunda Guerra Mundial, a posse de Eurico Gaspar Dutra na presidência da República e o crescimento da industrialização.

Era uma época com perspectivas de liberdade e democracia. Por outro lado, aumentavam as tensões sociais – reflexo de problemas nos setores de alimentação, saúde, transportes e habitação. Ali, elaborou-se a Carta da Paz Social, amparada pelos princípios de solidariedade social que norteariam a criação do Serviço Social da Indústria (SESI)¹².

¹¹ O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial foi criado em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei n.º 4.048, assinado pelo ex- Presidente da República, Getúlio Vargas. Era um momento histórico marcante, no qual a indústria brasileira enfrentava as consequências da Segunda Guerra Mundial, que agravava a questão da demanda de mão de obra qualificada. Dessa forma, surgiu como resultado de um longo fluxo de ações e esforços a implantação do ensino industrial no Brasil, exatamente uma semana antes da Lei Orgânica do Ensino Industrial. O SENAI está presente na maior parte dos Estados Brasileiros, com sede atual na capital federal, Brasília. É uma instituição privada do Brasil, mas com interesse público e não possui fins lucrativos. Hoje, o principal objetivo do SENAI é desenvolver e aplicar cursos de capacitação profissional para preparar melhor as pessoas para o mercado das indústrias brasileiras. Os serviços prestados são os mais variados possíveis para atender toda a demanda (SENAI, online).

¹² O Decreto-Lei nº 9.403, assinado por Gaspar Dutra em 1946, atribuiu à Confederação Nacional da Indústria (CNI) a criação, direção e organização do SESI. Para isso, foi decisiva a liderança dos empresários Roberto Simonsen, em São Paulo, e Euvaldo Lodi, no Rio de Janeiro. Foram eles que despertaram o governo para a necessidade de promover a integração e a solidariedade entre patrões e empregados. No dia 1º de julho de 1946, nasceu efetivamente o SESI, uma entidade de direito privado, mantida e administrada pela indústria. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do industrial e seus dependentes, suas atividades sempre incluíram a prestação de serviços em saúde, educação, lazer, cultura, nutrição e promoção da cidadania. Inicialmente classificadas como Delegacias Regionais, os Departamentos Regionais do SESI nos estados brasileiros foram surgindo gradualmente. Ao longo dos anos, cada região foi se destacando em áreas específicas. Hoje, no entanto, todos os Departamentos do SESI nos 26 estados e no Distrito Federal são percebidos pelos empresários locais como parceiros para o desenvolvimento social de suas indústrias e de seus funcionários (SESI, online).

Em Uberaba, o SESI surgiu em 1949, dois anos depois do SENAI. Ele foi fundado por duas senhoras, Helena de Brito e Dulce Furtado, com o objetivo de promover a qualidade de vida do trabalhador, conforme citado anteriormente.

As empresas, percebendo o nível baixo de escolaridade dos operários, sendo muitos deles analfabetos, implantou, em 1952, com funcionamento a partir de 8 de maio de 1953, o curso de supletivo para melhorar o nível de conhecimento dos trabalhadores industriais.

Segundo Bilharinho (2007), a ideia teve curta duração, isto é, o curso supletivo se manteve por somente dois anos, em virtude do número de alunos operários ser inferior ao objetivo do curso. Todavia, foi uma iniciativa positiva, pois em 1955 e 1956, outras atividades começaram a ser exploradas, como o setor de recreação física para crianças, atividade física para adultos e vários cursos profissionalizantes.

Em 1957 surgia, em Uberaba, uma instituição inédita no Estado de Minas Gerais, o Hospital do Pênfigo, cuja finalidade de atendimento era acolher as pessoas acometidas pelo pênfigo. A instituição foi fundada pela Sra. Aparecida Conceição Ferreira, que durante dois anos trabalhou como enfermeira no isolamento da Santa Casa de Misericórdia da cidade. Por questões políticas e administrativas da Santa Casa, os pacientes de Pênfigo receberam alta.

A Sra. Aparecida, sensibilizada com a situação, os acolheu em sua residência e, mais tarde, os alojou nas instalações do Asilo São Vicente de Paulo, até que o Hospital do Pênfigo de Uberaba ficasse pronto.

Em 1959, o Hospital foi inaugurado, passando a acolher não apenas os doentes de pênfigo, mas, também, suas famílias, principalmente os filhos dos pacientes. Diante da necessidade de ampliar o atendimento na área da Assistência Social, houve alteração no seu Estatuto e na razão social, passando a ser denominado Lar da Caridade – Hospital do Pênfigo. Ressaltamos que no próximo capítulo, discutiremos o tema com maiores detalhes.

Em Uberaba, as pessoas com a doença pênfigo não foram as únicas excluídas do convívio social, havendo, ainda, as pessoas com necessidades especiais, cujo acesso aos meios sociais era totalmente inalcançável.

Nessas circunstâncias, com o objetivo de proporcionar dignidade a essas pessoas, no dia 12 de março de 1972, a Sra. Maria de Lourdes Vasquez Martins

Marino projetou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uberaba (APAE), sendo sua inauguração em 1989, em sede própria e sem fins lucrativos.

Ao longo dos anos, a APAE passou por várias mudanças, tanto na estrutura física quanto na profissional. Hoje ela atende um público de 400 pessoas, atua na defesa e garantia dos direitos sociais e acesso à educação, permitindo a realização pessoal daqueles que com ela se relacionam.

Após dezessete anos, em 1989, foi fundada a Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba (ADEFU), uma organização não governamental, que tem o objetivo de buscar o reconhecimento e a valorização das pessoas com necessidades físicas especiais. Nessa perspectiva, a instituição viabiliza recursos de habilitação e reabilitação física, social, educacional, esportiva, cultural e profissional, além de disseminar a desmistificação da imagem de impossibilidade muito comumente ligada ao deficiente físico.

Em estudo da obra de José Mendonça (2008), “História de Uberaba”, é possível perceber que diante da construção de tantas obras assistenciais, as expressões da questão social predominavam, e a mendicância na cidade se tornava cada vez maior, sem condições de qualquer intervenção sobre ela.

O fato das ações assistenciais serem direcionadas apenas com o curativo contribuía para alarmar a problemática, porque a população demandava medidas governamentais capazes de oferecer condições de trabalho fixo, de habitação, enfim, uma condição humana estável para que essas pessoas, tidas como “marginais”, pudessem resgatar a dignidade de viver num mundo em que o ser é substituído pelo ter.

Há que se considerar que a “pequena uberabinha”, que se projetou com a criação do zebu, com a religião católica e com o espiritismo, que eram aliados à assistência aos pobres e à criação de instituições assistenciais e hospitais de grande porte, é hoje referência para regiões de Minas Gerais e outras regiões do Brasil.

O que muito chama a atenção é que a cidade de Uberaba, além de se destacar para o comércio e indústria, abre caminhos de uma rede socioassistencial para à realidade populacional existente no Município.

2.3 A política de assistência social e o Serviço Social

Ao analisar os documentos da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) de Uberaba, encontramos dados importantes sobre a necessidade de se criar uma sede específica para efetivar políticas de assistência social, que antes junto com a Secretaria de Saúde, permanecia obscura na sua publicização. De certa forma, isso se refletia no momento de angariar verbas ou de repassá-las para a assistência social.

Outra questão importante é que, na década de 1960, as situações-problema existentes na cidade eram atendidas pelas Secretarias de Educação e de Saúde, e nenhuma das duas disponibilizava de órgãos específicos para atender a demanda de assistência social do município. Ou melhor: a Saúde sim, mas a assistência social não.

Era necessário pensar em formas de consolidação do Serviço Social enquanto profissão na cidade, pois nessa mesma época iniciava-se o Movimento de Reconceituação da Profissão (1965), “[...] que determinava a expansão da base crítica da categoria profissional” (MARTINELLI, 2001, p. 144), para novas formas de atuação, isto é, ir além da imediatividade, expandir a criatividade e a dialética da categoria.

Na década de 1963, sob a gestão do Prefeito Artur de Melo Teixeira, (01/02/1955 – 31/01/1967)¹³, houve a inserção da assistência social na Secretaria, sob a denominação de Serviço de Saúde e Assistência Social.

No início da década de 1970, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBISS) considerou importante a participação dos assistentes sociais brasileiros nos encontros que ele promovia. Essa era uma forma de torná-los conscientes sobre as questões que perpassam a profissão e de situá-los no contexto mundial da assistência social no que se refere às legislações, ao mundo do trabalho, às influências trazidas para o Brasil e, conseqüentemente, o perfil do profissional de Serviço Social no mercado de trabalho.

Em 1973, o Sistema Orgânico da Prefeitura Municipal de Uberaba, institui a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. A repercussão da ampliação

¹³ Nasceu em Uberaba no dia 18 de agosto de 1915. Coursou até o segundo ano de Medicina no Rio de Janeiro. Em 1954, foi eleito prefeito pela primeira vez pelo Partido Social Democrático (PSD) (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2011, p. 68).

dos serviços foi positiva, mas, por outro lado, manteve a união das duas áreas e sem setor específico para o atendimento ao público.

No mês de junho de 1982, a Prefeitura do Município de Uberaba, na gestão do Prefeito Silvério Cartafina Filho (01/02/1977 – 31/01/1983)¹⁴, oficializou a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Nessa época, sob a coordenação da primeira dama Terezinha de Jesus Pinto Cartafina, existia o Programa Conselho Municipal do Bem-Estar do Menor (COMBEM), que se aproximava do serviço de Assistência Social. Por ser o único na cidade, tornou-se insuficiente para atender as necessidades sociais dos uberabenses, principalmente no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente.

A precarização não envolvia somente o espaço físico, mas também o corpo de profissionais técnicos para atuar nas expressões da questão social, que não só persistia, como crescia na sociedade. É importante reforçar que o trabalho do assistente social não se restringia aos atendimentos ligados à Secretaria de Saúde, outros espaços de atuação do profissional no setor público e no setor privado estavam nas instituições como SENAI, Sesi e nas usinas, como explanado anteriormente.

A participação dos assistentes sociais de Uberaba em eventos de Serviço Social é notória quando se cria a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS). Embora a cidade dispusesse de outras conquistas da categoria, como a Associação dos Assistentes Sociais de Uberaba (AASU) - (1993) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) - (1995), o objetivo aqui é evidenciar a SEDS como responsável pela assistência social do município.

Sob a gestão do Prefeito Wagner do Nascimento (01/02/1983 – 31/12/1988)¹⁵, e coordenação da professora Isabel Aparecida do Nascimento¹⁶, houve a autorização de desmembrar a Secretaria de Saúde e Assistência Social. A partir de então, em 1983, passaram a existir, de forma independente, dois órgãos distintos, a

¹⁴ Nasceu em Uberaba, em 1926. Formou-se em medicina, no Rio de Janeiro, em 1954, especializou-se em urologia. Foi professor na UFTM (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2011, p. 76).

¹⁵ Nasceu em Uberaba no dia 9 de abril de 1936. Formou-se em Engenharia no ano de 1965. Faleceu em 2007 (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2011, p. 77).

¹⁶ Isabel Aparecida do Nascimento era professora e teve a iniciativa de investir em ações políticas em prol da gerência da Assistência Social do Município de Uberaba conforme legislação da Constituição de 1988.

Secretaria de Assistência Social e Promoção Humana (SASPH) e a Secretaria Municipal de Saúde.

No que toca à assistência social, a separação teve como objetivo a organização, através das ações políticas, da gestão dos procedimentos do setor na cidade. Assim, pela primeira vez na história de Uberaba, o governo municipal admitiu um profissional de Serviço Social para compor a equipe de assessoria da sede de assistência social. O papel da primeira dama foi de suma importância para o Serviço Social, que foi reconhecido, valorizado e muito solicitado por instituições governamentais e não governamentais.

Ainda na gestão do Prefeito Wagner do Nascimento, com o objetivo de seguir a política de assistência social, investiu-se na elaboração e execução de ações direcionadas para as necessidades de crianças e adolescentes e promoveu-se a cidadania por meio de cursos profissionalizantes. O movimento de planejar, coordenar, elaborar e executar projetos em assistência social no município coincidiu com o processo de reformulação, transformação e aprimoramento das diretrizes curriculares do Serviço Social. Dessa forma, pode-se dizer que esses processos refletiram no ano de 1989, quando ocorreram mudanças na SASPH.

Em 1990, na gestão do Prefeito Hugo Rodrigues da Cunha (01/01/1989 – 31/12/1992)¹⁷, houve uma reestruturação no trabalho da Secretaria, que ficou dividida em: secretaria, seções, departamento administrativo, departamento de ação comunitária, departamento do trabalho e departamento de cursos e iniciação profissional em núcleos de produção. Houve uma distribuição por setores dos serviços existentes para facilitar e proporcionar um atendimento de qualidade à população. Conforme as modificações realizadas, a Secretaria passou a se pautar em três eixos: trabalho, ação social e desenvolvimento social.

Ainda nessa gestão, a SASPH foi extinta pelo Decreto nº. 525/199º, sendo substituída pela Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), que foi regularizada em 03 de fevereiro de 1993, que tinha como objetivo, englobar todo o município, incluindo a área rural, em seus projetos assistenciais, abrangendo itens culturais, esporte, geração de renda, proteção familiar, saúde, educação e habitação, dentre outros.

¹⁷ Nasceu em Uberaba no dia 21 de abril de 1955. Formou-se em Engenharia Civil pela Uniube. (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2011, p. 78).

Diante das políticas públicas garantidas pela Constituição Federal de 1988 e dos princípios da LOAS, no dia 27 de dezembro de 1995 realizou-se a primeira Conferência Municipal de Assistência Social na cidade, que teve por finalidade o fortalecimento da política de Assistência Social no Município. A partir de então, agora na gestão do Prefeito Luiz Guaritá Neto (1993 a 1996), a política pública ganha uma nova roupagem com a implementação de programas do Governo Federal através da descentralização e municipalização da gestão das políticas sociais.

Em meio a essas mudanças no nível municipal, é importante ressaltar que no nível nacional também ocorriam movimentos referentes ao Serviço Social brasileiro. Em 1993, os assistentes sociais passaram a ter participação política assegurada pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

De 1997 a 2000, sob a gestão do Prefeito Marcos Montes Cordeiro (01/01/1997 – 16/08/2004)¹⁸, ocorreu mais uma nova alteração na nomenclatura da Secretaria, passando de Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social para Secretaria do Trabalho de Assistência Social da Criança e do Adolescente, através da Lei complementar n. 085, em 02 de junho de 1997. Embora houvesse mudado o nome, a sigla SETAS permaneceu de 2001 a 2004.

Conforme dados coletados na obra “Administração Municipal em Uberaba” (2011), em agosto de 2004, faltando quatro meses para o término de seu mandato, Marcos Montes renunciou ao cargo e assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE). Assim, assumiu o cargo vago, como Prefeito, o vice Odo Adão (16/08/2004 – 31/04/2005)¹⁹, e, como tal, deu continuidade a algumas obras do início do mandato do prefeito anterior. Um acontecimento relevante, que contou com a participação da SETAS, foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas pela Igualdade Racial, durante a semana Nacional da Conferência Negra. Odo Adão fez a entrega da “Carta de Uberaba” ao Ministro da Igualdade Racial, José Carlos Nogueira, contendo as principais propostas definidas na Conferência.

¹⁸ Nasceu em Sacramento/MG, no dia 03 de agosto de 1949. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É professor na UFTM (ARQUIVO PUBLICO DE UBERABA, 2011, p. 79).

¹⁹ Nasceu em Conquista/MG em 18 de setembro de 1935. Formou-se em Medicina em 1962 (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2011, p. 81).

Hoje, a gestão do município está sob a representação do Prefeito Anderson Aauto Pereira (01/01/2005 até o ano de 2011)²⁰. Como não poderia ser diferente, até mesmo porque a própria Política de Assistência Social demanda reformulações, nesta gestão a SETAS passou por transformações atendendo às exigências da LOAS. No que se refere à nomenclatura, de SETAS passou a ser denominada como Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS).

A SEDS, gestora da Política de Assistência Social do Município, que integra a gestão descentralizada e participativa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoia e articula ações que primam pela integração e sustentabilidade; operacionaliza programas de proteção social básica e especializada, como também a geração de emprego e renda, em consonância com o que preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assumindo, assim, seu papel protagonista da inclusão social.

De acordo com dados coletados do Plano Plurianual de Assistência Social, Uberaba situa-se em uma região com índices de desenvolvimento social que requerem atenção especial no que tange às ações de proteção social básica. O município tem oito Centros de Referência de Assistência Social que atendem aproximadamente 7.800 famílias, sendo três co-financiados pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), recebendo um total de R\$27.000,00/mês, e cinco centros com recursos próprios. Todos os serviços estão voltados para o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, cujo índice de desenvolvimento familiar é de 0,63% e que se encontram em um contexto de exclusão que demanda ações efetivas, evitando situações propícias à Proteção Especial de média ou alta complexidade.

O Plano Plurianual de Assistência Social traz a Resolução 109/2009, do Ministério de Desenvolvimento Social, que estabelece a Tipificação dos Serviços Sócio-assistenciais apontando que a política municipal de desenvolvimento social em Uberaba deve manter vigilância social para a inclusão de crianças, jovens, adultos e idosos que estejam alijados dos principais direitos garantidos constitucionalmente. Dessa forma, pretende-se que realmente sejam implantadas e implementadas ações de garantia de direitos fundamentais que assegurem qualidade de vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade para todos.

²⁰ Nasceu em Sacramento/MG, no dia 06 de abril de 1957. Formou-se em Direito pela Universidade de Uberaba (Uniube) em 1982 (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2011, p. 82).

Hoje, a SEDS apresenta-se como uma organização descentralizada e participativa na Política de Assistência Social. Ela é responsável pelo desenvolvimento do serviço de assistência do município de Uberaba e, dessa forma, tem como atribuição planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e avaliar as ações setoriais de responsabilidade do município, visando a radicação da pobreza e buscando alcançar o desenvolvimento social da população por meio de ações relativas ao trabalho e emprego, além das destinadas ao cumprimento e efetivação dos direitos humanos à assistência social e à proteção de grupos vulneráveis, em especial da criança/adolescente e do idoso.

A SEDS possui, em suas instalações, um Departamento de Programas Sociais responsável pelos programas e projetos direcionados à proteção especial de média complexidade. São os serviços destinados a atender a família cujos direitos foram violados sem rompimento dos vínculos familiares e sociais, e a alta complexidade envolve serviços de proteção total como alimentação, trabalho, moradia e higienização para aqueles que se encontram em situação de risco e oferece risco para o outro.

É importante ressaltar que hoje, a SEDS com o propósito de fortalecer e complementar o atendimento ao público, conta com uma rede de proteção social pública que contém 27 Unidades. A rede de proteção privada conta com 106 instituições²¹.

Vimos que o percurso da política de assistência social do Município de Uberaba é marcado por consideráveis mudanças que vêm contribuindo para uma construção sistemática das ações e soluções coletivas no processo de inclusão social e no acesso aos direitos fundamentais.

O assistente social trabalha com ações que visam a disseminação, a conscientização e a efetivação desses direitos. Dessa forma, vale ressaltar a importância da presença desse profissional para lidar com as políticas sociais em cujas implementações ocorrem disparidades que podem gerar complicações em sua efetivação. Assim, é mister que o profissional esteja presente nos espaços da Educação, em específico nas escolas, onde se concentra um número maior de pessoas com realidades diversificadas e onde há muitas possibilidades para desenvolver políticas públicas voltadas às demandas escolar e comunitária.

²¹ Verificar no Apêndice D, descrição dos quadros construídos pela pesquisadora a partir dos dados disponíveis no Plano Plurianual de Assistência Social de Uberaba (UBERABA, 2010, online).

Nessa perspectiva, no capítulo que se segue, serão discutidos os caminhos que uma das instituições de ensino da rede municipal de Uberaba utilizou na busca de recursos técnicos para a superação de ações paliativas presentes no cotidiano da escola, enquanto a cidade aguarda a aprovação do governo de Minas Gerais para implementação da Lei n. 16.683/07, que prevê o assistente social nas escolas públicas. Essa aprovação pode ser de grande relevância para a garantia de acesso de toda a população do município aos direitos fundamentais ao transformar o planejado em possibilidade concreta de cidadania e dignidade humana.

CAPÍTULO 3 DA INSERÇÃO À PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA MUNICIPAL ADOLFO BEZERRA DE MENEZES (EMABEM)¹, DADOS DA PESQUISA

3.1 Educação em Uberaba

De 1820 a 1836, a educação em Uberaba era exercida pelos representantes da Igreja, ou seja, padres católicos que ensinavam as primeiras letras, e era destinada somente aos filhos dos grandes proprietários, especificamente às crianças do sexo masculino. Conforme Riccioppo (2007, p. 111), no ano de 1925 havia “[...] duas escolas primárias masculinas, uma era regida pelo Cônego Carlos José da Silva e a outra pelo civil Júlio Luís Mamede que em 1834 ordenou-se padre.”

No ano de 1838, iniciou-se em Uberaba o ensino primário da primeira Escola Pública Provincial, também para atender apenas crianças do sexo masculino; as do sexo feminino e os filhos de escravos não tinham acesso à educação primária. Segundo Riccioppo (2007, p. 113-114), nessa época, ainda “[...] funcionavam mais cinco escolas particulares ou cadeiras isoladas”, sendo que quatro classes eram regidas por homens e uma ministrada por uma professora.

No ano de 1854, outras escolas de ensino primário e secundário foram criadas, mas tiveram curta duração, muitas delas não chegaram ao século XX. “O fechamento dessas instituições foi devido às interferências político partidárias, à frágil estrutura financeira e à falta de pessoal qualificado, fazendo com que as escolas não sobrevivessem além de uma década.” (RICCIOPPO, 2007, p. 120).

Entre as instituições de ensino que existiram no período citado, havia em comum apenas o funcionamento sequencial. A fundação dessas escolas era

¹ O nome da escola foi sugerido pela Assistente Social e gestora do Lar da Caridade Ivone Aparecida Vieira e Silva, neta de D. Aparecida Conceição Ferreira, em homenagem ao Dr. Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, nascido na Freguesia do Riacho do Sangue, hoje Jaguaretama (CE), em 29 de agosto de 1831. Formou-se em Medicina no ano de 1856 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Adolfo Bezerra de Menezes iniciou sua carreira política em 1861, quando foi eleito vereador municipal pelo Partido Liberal. Na Câmara Municipal da Corte desenvolveu amplo trabalho em favor dos mais pobres. Foi reeleito para o período 1864 - 1868 e elegeu-se Deputado Geral em 1867. Novamente foi eleito vereador em 1873. Ocupou o cargo de presidente da Câmara, que atualmente corresponde ao de prefeito do Rio de Janeiro, de julho de 1878 a janeiro de 1881. Nessa época, a intensificação da luta abolicionista teve a adesão de Bezerra, que usou de extrema prudência no trato do assunto. No dia 16 de agosto de 1886, o médico e político anunciou sua conversão ao Espiritismo. Desde então, sua vida foi dedicada a essa doutrina. Em 03 de agosto de 1895, Bezerra de Menezes assumiu pela segunda vez a presidência da FEB, cargo que ocupou até a sua morte em 11 de abril de 1900, às 11h30min (FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA, online).

realizada pelos representantes da Igreja e pela sociedade civil, daí o porquê de escola confessional, ou seja, escola de cunho religioso ou filosófica. Já as cadeiras isoladas do ensino primário eram mantidas pelo Estado ou pelo Município.

Em estudo realizado a partir das obras dos autores Coutinho (2000), Mendonça (1974) e do Plano Decenal Municipal Educação (UBERABA, 2007), foi possível levantar as instituições de ensino criadas entre 1850 e 1954 para atender os níveis primário, secundário e superior. Ressaltamos que Uberaba contou com duas escolas pioneiras na cidade, sendo uma de ensino normal e a outra de ensino superior, a saber: a Escola Normal (1882-1905), criada durante o período Imperial e pioneira não só no município de Uberaba, como, também, na região, que ficou sob a direção do Major Joaquim de Oliveira Pena, e o Instituto Zootécnico, primeira escola de Ensino Superior de Uberaba (1894-1898).

Mencionaremos algumas unidades de ensino fundadas no Município de Uberaba, pelo Governo do Estado de Minas Gerais: Colégio Vaz de Melo (1854-1857); Colégio Dês Genettes (1859-1861); Primeiro Liceu Uberabense (1877-1879); Colégio Piedade (1878-1882); Externato Uberabense (1879-1881); Segundo Liceu Uberabense (1881-1891); Escola Normal (1882-1905), sob a direção do Major Joaquim de Oliveira Pena; Colégio Nossa Senhora das Dores (1885), fundado pela Irmã Madre Maria José, em regime de internato e externato feminino, e que em 1905 passou a oferecer o ensino normal, funcionando até hoje; Colégio Uberabense (1889-1896); Instituto Zootécnico (1894-1898), por Alexandre Barbosa; Seminário Episcopal (1886-1889); Externato Diocesano do Sagrado Coração de Jesus (1899-1902); Ginásio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus (1903), internato e externato masculino, hoje com denominação Colégio Marista Diocesano, e ativo; Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, início da Universidade de Uberaba (1948); Faculdade de Enfermagem Frei Eugênio, inaugurada pelas irmãs Dominicanas na antiga Santa Casa de Misericórdia (1948-1966, e até a segunda metade da década de 1970); Faculdade de Filosofia (FAFI), que veio dar novo impulso às ciências humanas e à reflexão do pensamento, (1949); Faculdade de Direito, que se destaca entre os principais cursos do País (1951); Faculdade de Engenharia, que impulsionou a construção civil na cidade, isto é, contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Uberaba (1951); Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), ocupa desde 1953 o antigo prédio da penitenciária de Uberaba tendo sido construída na primeira década do século XX e, em 2005, passou a ser

denominada Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); e como não poderíamos deixar de mencionar, em 1957, foi criada a Escola do Hospital do Pênfigo, de muita importância para os excluídos da sociedade uberabense, hoje Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes (EMABEM), que atua no ensino de educação infantil e fundamental.

Outras instituições de Ensino foram criadas, porém as citadas foram significativas não somente para disseminar a educação como também para atender ao social carente, que é o foco desta pesquisa.

No capítulo antecedente a este, apresentamos dados da história de Uberaba, destacando o crescimento dos setores econômico, educacional e assistencial. É uma cidade que desde seu surgimento é referência para cidades vizinhas, seja pelas terras férteis ou por disponibilizar serviços de saúde, educação e assistência social que atendem às necessidades sociais da população.

Embora existissem escolas normais que oferecessem o ensino sob dois sistemas: particular internato, que servia aos filhos da elite, e público externato, atendendo aos filhos de pessoas comuns, muitos ainda ficavam de fora. Observando essa situação, pessoas comuns da comunidade se uniam aos excluídos para iniciá-los nas primeiras letras. Alguns desses professores eram leigos, isto é, possuíam o mínimo de conhecimento por terem interrompido os estudos em virtude da vida cotidiana (rural) ou pelo fato da instituição onde estudavam ter deixado de existir. Os professores que possuíam título de conclusão de escolas normais tinham participação mínima, talvez por faltar, naquele período, para a área educacional, organização e planejamento de ensino, ou legislação que realmente preconizasse o acesso à educação para todos, independente da etnia ou classe social. A falta de planejamento fragilizou as bases da educação e, em pouco tempo, os estabelecimentos de ensino deixam de existir, como o foi caso de algumas escolas criadas em Uberaba.

Em meio à revolução da década de 1930, a sociedade clamava por organização no ensino e políticas mais efetivas para essa área; o povo, que sentia as consequências da desorganização, demandava do governo iniciativas públicas que solucionassem estes impasses. Percebendo essa lacuna na educação, “em 1932 um grupo de educadores e homens de cultura, lançaram um manifesto ao povo e ao governo, que ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação”

(AZANHA, 1993, p. 72), que reivindicava a elaboração de um plano amplo e unitário com finalidade de reconstruir a educação do país.

A partir de então, outros manifestos foram lançados com participação de educadores que investiram em estudos e pesquisas para formulação de um Plano Nacional de Educação. Essa ação resultou na inclusão de um artigo específico da Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934, que declarava ser responsabilidade da União firmar o Plano Nacional de Educação e sua execução em todo o território do País.

Dentre tantas tentativas, só cinquenta e quatro anos após a primeira tentativa, com a Constituição de 1988, é que surgiu novamente a ideia de um plano nacional de longa duração, com força de lei, capaz de outorgar estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação.

Além da Lei Constitucional, contamos com a Lei n. 9.394/96, da LDB, que fortalece a responsabilidade da União sob o Plano Nacional em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando insiste, por meio dos artigos 9º e 87º, na necessidade de elaborar um plano nacional, com duração de dez anos, que deverá ser enviado pela União ao Congresso Nacional, um ano após a publicação, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para todos.

Assim, o Plano Nacional de Educação (PNE), de Lei n. 10.172, segue com a aprovação em 09 de janeiro de 2001, do Presidente da República. Hoje, pode-se cobrar do governo Estadual e Municipal a efetivação dessa política bem fixada no PNE pelo artigo 5º, que obriga os Estados e Municípios a elaborarem suas próprias propostas de um Plano Decenal, que serão avaliadas e aprovadas pelo poder legislativo (BRASIL, 2001, online).

3.1.1 Educação após a Constituição Federal de 1988

Sabemos que a Constituição de 1988, com retrocessos e progressos nas suas formulações legislativas, contribuiu para fixar a lei do Plano Nacional de Educação e assim, por meio deste, estabelecer objetivos, metas e diretrizes em prol de uma educação efetiva e de qualidade. A Constituição foi importante também para a área de assistência social, que validou, por meio de leis, o direito de cidadania.

Como podemos observar, o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, de forma geral, traz tópicos sobre os direitos sociais do cidadão. Por direitos sociais entendemos direitos fundamentais ao homem, com garantia à proteção, à liberdade, à igualdade, à segurança em um estado de direito, que tem por finalidade garantir a melhoria das condições de vida das pessoas, em especial dos que estão em situação de risco, visando a efetivação da igualdade social no que se refere ao acesso e à divisão dos direitos sociais.

Nesse mesmo artigo, são assegurados os mínimos direitos sociais que são destinados a todos os cidadãos, em respeito à sua dignidade e promoção humana. É mister ressaltar que entre os mínimos direitos sociais a serem garantidos aos cidadãos, encontra-se a educação, que é também um “[...] componente do conjunto dos direitos sociais fundamentais” (KONZEN, 2000, p. 670).

Dessa forma, podemos dizer que a educação não somente contempla o ensino pedagógico como também o processo formativo social que se desenvolve no convívio diário com a família, nas instituições de ensino, nas manifestações culturais e no trabalho, dentre outras.

Assim, no Art. 205º a “[...] educação como direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 2006a), está pautada nos princípios de liberdade, igualdade e solidariedade, visando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e para a vida em sociedade (mercado de trabalho).

A Lei Orgânica do Município de Uberaba preconiza, em seu artigo 139, que “[...] o Município elaborará o plano bienal de educação, visando a aplicação e melhoria do atendimento de suas obrigações para com a oferta de ensino público e gratuito” (UBERABA, 2007, p. 19).

Frente a uma gestão Municipal preocupada e compromissada em proporcionar uma educação de qualidade para a sua população, em 03/07/2003, em Uberaba, com amparo da Constituição de 1988, pela Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases (LDB) e pela Lei n. 10.172/01 do Plano Nacional de Educação (PNE)², teve

² Essa lei foi sancionada em 09 de janeiro de 2001 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O PNE, no artigo 5º, estabelece a obrigatoriedade dos Estados e Municípios elaborarem a proposta de um Plano Decenal próprio, constituído a partir dos eixos: Educação como direito de todos; Educação como instrumento de desenvolvimento econômico e social; Educação como fator de inclusão e a Democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais. Esses itens foram submetidos à apreciação e à aprovação do Poder Legislativo correspondente (UBERABA, 2007, p. 14).

início o trabalho de construção do seu Plano Decenal, com o compromisso, dentro dos limites legais, financeiros e técnicos, de cumprir suas exigências e prioridades.

Assim, como consta no Plano Decenal de Educação de Uberaba (2007), o Município disponibiliza uma rede de ensino que abrange os níveis Federal, Estadual, Municipal e Particular, com atendimento à Educação Básica que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, ao Ensino Médio e modalidades, e à Educação Superior.

Conforme o Plano Decenal de Uberaba, essa construção contou com a participação de comissões e subcomissões constituídas por diferentes seguimentos da sociedade, como ONGs, empresas, mídia, sindicatos, família e outros. Além disso, foi firmada a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Superintendência Regional de Ensino, que juntas assumiram a coordenação dos trabalhos que norteiam os caminhos e orientam a tomada de decisões.

Tendo em vista a necessidade de enfrentar os desafios impostos ao Município, os objetivos estabelecidos pelo Plano Decenal Municipal de Educação de Uberaba seguem os mesmos do PNE/01. Aqui, faremos menção de alguns deles, como: a universalidade do atendimento dos Ensinos Fundamental e Médio e garantia da permanência e da equidade; a ampliação da qualidade da educação em todos os níveis e modalidades de ensino; e a elevação da taxa de atendimento na Educação Infantil e no Ensino Especial. É importante ressaltar que esses objetivos tendem a respeitar o estágio de desenvolvimento do Município de Uberaba e seu diagnóstico educacional no que se refere à sua população.

Nesse contexto, desde 1993, a Rede Municipal de Ensino de Uberaba tem procurado trabalhar na perspectiva da “Escola Cidadã”, que, segundo consta no PDE de Uberaba (UBERABA, 2007, p. 22, grifo do autor), “[...] manteve-se fiel aos princípios de uma política democrática de educação, que investe na construção de uma escola autônoma, de qualidade que no seu primeiro momento foi designada como ‘CONSTRUÇÃO AMOROSA DA CIDADANIA’.”

Seguindo o conceito do Plano, esse compromisso enfatiza a relação razão-sensibilidade na formação cidadã dos educandos, o que impulsionou a SEMEC, a partir de 2006, a investir na “Escola como Ambiente de Aprendizagem e de Formação Humana-Cidadã”.

Nessa perspectiva, com o objetivo de dar uma resposta às demandas educacionais e sociais da população estudantil de Uberaba, a Escola Cidadã é

amparada pelos princípios da educação como valor máximo e imprescindível ao desenvolvimento de uma nação, da escola como “*lócus*” educativo privilegiado, do resgate do verdadeiro sentido do conceito de “Escola Pública”, de uma nova identidade do educador e do educando, uma resignação dos conteúdos curriculares, da avaliação como processo de permanente acompanhamento do desenvolvimento global do educando e da adoção de uma nova lógica da organização do tempo escolar (PRAIS; SILVA, 2000).

De acordo com Plano Decenal de Uberaba, desde 2000 até 2003, esses princípios organizaram a educação da Rede Municipal de Uberaba, que passou a trabalhar como “construção amorosa da cidadania” tendo sua proposta ampliada em 2005, visando a consolidação da Escola Cidadã e a construção de uma “Cidade Educadora”. Nessa passagem, o Plano chama atenção para a responsabilidade não somente da Rede Municipal, mas, também, da gestão municipal e de toda população uberabense.

Para manter a qualidade do ensino, é preciso que a Secretaria Municipal de Educação revise sempre os princípios que norteiam o trabalho educacional, buscando investir em uma “nova arquitetura”, isto é, inovar e mudar, porque as inovações e mudanças acontecem a partir do que já existe. Segundo Antunes (2010, p. 31)

Se inovarmos acrescentaremos ao existente características, melhorando a forma de fazer, de realizar, de produzir, visando assim, a melhor qualidade de vida no município, a potencializar os seus espaços educativos, à democratização do poder municipal e ao desenvolvimento local, com base em relações éticas e transparentes entre Estado e sociedade civil.

Mesmo que esses princípios tenham sido importantes para a educação do município nos anos de 2003 a 2005, foi em 2006 que a Secretaria Municipal de Educação alterou sua proposta educacional que, então, vê a escola como ambiente de aprendizagem e de formação humana-cidadã, pautando-se na qualidade social da educação, na gestão democrática, na democratização do acesso à escola e à garantia de permanência e na rede de proteção social.

Nessa perspectiva, a política de educação em Uberaba tem o compromisso de promover o protagonismo educacional dos uberabenses, fazendo com que sejam capazes de reivindicar por seus direitos e de poder participar da vida política, econômica e social da cidade. Isso significa considerar o cidadão como sujeito de

direito, em que ele tenha autonomia para opinar não somente na sua vida pessoal e profissional, mas também na vida em sociedade, pois como dita Paulo Freire (1996, p. 107), “[...] ninguém é sujeito da autonomia de ninguém.”

3.2 Uma história precursora da Assistência Social em Uberaba: Aparecida Conceição Ferreira³

Na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo, residia uma família descendente de escravos e portugueses. A Sra. Canuta de Jesus, mulata, ex-escrava, Brasão da família, era chamada de tia Canuta. Benzedeira, conselheira da comunidade local, realizava um trabalho de acolhimento e cuidado às pessoas doentes encaminhadas pelos médicos da cidade de Igarapava e região, trabalho esse que desenvolvia na sua própria residência. Muito religiosa, tia Canuta era devota ao catolicismo. Conservava em sua casa um oratório, onde todas as manhãs, às 06h, reunia a família para rezarem o terço, uma tradição passada de geração para geração.

A Sra. Canuta casou-se e teve 8 filhos, entre eles o Sr. Manoel Inocência Ferreira, apelidado de Manoel Carapina, que se casou com a Sra. Joaquina Angélica de Jesus, com quem teve 5 filhos: Canuta Ferreira, Gabriel Ferreira, Joaquina Ferreira, Manoel Inocência Ferreira Filho e Maria Abadia de Almeida.

Na madrugada do dia 19 de maio de 1914, às 04h, a Sra. Maria Abadia de Almeida deu à luz uma criança negra, que recebeu o nome de Aparecida Conceição Ferreira. Logo nos primeiros dias de vida a menina foi rejeitada pelos avós maternos, e coube à bisavó Canuta acolhê-la. Assumiu-a como filha e lhe proporcionou os primeiros cuidados que uma criança deve ter ao nascer: aconchego, proteção, higienização e alimentação.

Mulher negra, de família humilde, era a segunda filha de doze irmãos, dos quais conheceu apenas cinco, sendo dois homens e três mulheres: Albertina Dias, Balbina Dias, Francisco Dias, Joaquina Dias e Sebastião Dias. O parentesco entre os irmãos era materno e a menina Aparecida não conheceu o pai biológico. Quanto à verdadeira identidade de sua mãe, D. Abadia, foi mantida em “segredo” por onze anos.

³ Ver Anexo E.

Com o falecimento dos antepassados – bisavó Canuta (1817-1930); avó Joaquina (1925-) e avô Carapina (1812-1943) –, o segredo foi revelado por seu tio Manoel Inocência Ferreira Filho, também conhecido por tio Nequinho. Durante onze anos, Aparecida conviveu na mesma casa que a sua mãe, sem saber da ligação que as unia, tendo-a como sua tia até a pré-adolescência.

A família tinha uma chácara em Igarapava, que era a fonte de sustento da família. As quitandas eram confeccionadas com os produtos dessa chácara e depois vendidas nas ruas por todos da família, incluindo as crianças. Aos 05 anos de idade, junto com o avô Carapina, a menina capinava roça, plantava arroz, apanhava algodão, café, além de vender doces e verduras nas portas vizinhas para complementar a renda da família. Sua infância fora trocada pela responsabilidade do trabalho e assim foi até os 11 anos de idade. Essas atividades cotidianas aproximaram-na, desde cedo, ao mundo do trabalho, quando aprendeu a valorizá-lo como forma de promoção humana na vida em sociedade.

Segundo D. Aparecida, os momentos de brincadeiras não existiam por ser o tempo curto e precioso, mas sempre que o avô Carapina podia, levava os netos e netas, aos domingos, no Circo do Povo, alojado na cidade de Igarapava/SP. Esses momentos de descontração eram lembrados pela Sra.:

[...] no circo tinha cavalinho de pau que eu adorava montar. Ele levava cartucho de amendoim, aqueles cartuchos grandes, e pé de moleque pra gente comer e não precisar comprar nas barraquinhas, mas dava uma pratinha de 2 mil reis para cada um, como precaução” (SILVA, 2004, não paginado).

Com a ausência dos avós, a menina e seus oito primos permaneceram sob os cuidados do tio Nequinho, que lutou com todos os esforços para conseguir recursos a fim de proporcionar às crianças uma formação adequada, tanto moral como intelectual. Quanto aos seus irmãos, ficaram com a mãe. Foi assim que a Sra. Aparecida, aos 11 anos, ingressou na escola, no Grupo Escolar de Igarapava de 1º grau – 1º ao 4º ano. O estudo e o trabalho sempre foram bem-vindos na sua vida. Embora sem ter obtido qualquer diploma, exerceu a prática de enfermagem e de professora com louvor.

Em 14 de junho de 1934, aos 17 anos, Aparecida casou-se com Clarimundo Emidio Martins, 23 anos, também residente em Igarapava e conhecido da família da futura esposa.

O casal lutou para superar os obstáculos existentes em suas vidas. Diante das dificuldades econômicas a Sra. Aparecida optou por vender a casa que havia herdado de sua avó materna e, na expectativa de melhorar as condições de vida, mudou-se com a família para a Fazenda Santa Maria, do Sr. Aristides Gomes, na região de Furnas. A família trabalhou na lavoura e a Sra. Aparecida, além de trabalhar com primeiros socorros na comunidade (injeção, curativos e serviços de parteira), lecionava no período noturno para os peões não apenas daquela região, mas também das fazendas vizinhas. Na oportunidade, levava para as aulas os filhos, que aprenderam a ler e escrever com ela.

A Sra. Aparecida nunca estava sozinha, sempre havia alguém para ajudá-la. Seu tio Nequinho havia se mudado para Nova Ponte, onde ocupava o cargo de presidente do Partido Social Democrático (PSD). Sabendo das dificuldades por que passava a sobrinha, convidou a família para morar naquela cidade mineira. Assim, Aparecida, já com 36 anos e cinco filhos, mudou-se com a família, e lá o casal teve o sexto filho.

O casal foi contratado pela Prefeitura do Município, a Sra. Aparecida como professora primária rural do Mobral⁴, com duas turmas, para lecionar matemática e português, e Sr. Clarimundo como arrendador de terras. Ela beneficiou não só os próprios filhos, mas muitas pessoas da comunidade que por alguma razão não frequentaram a escola ou interromperam os estudos.

Nessa época, as escolas ofereciam um ensino primário com a única finalidade de ensinar os alunos a ler, escrever e somar, o que era condizente com a realidade dos trabalhadores rurais. Além do trabalho fixo, ambos realizavam trabalho autônomo: a Sra. Aparecida como parteira e o Sr. Clarimundo com plantação de lavoura. Nessa região, moraram por quatorze anos.

Em 1952, com o objetivo de proporcionar uma educação profissional para os filhos, a família muda-se para a cidade de Uberaba-MG, onde nasceram mais duas filhas. Nessa cidade, moraram na chácara do Sr. João Laterza, que, na época, era candidato a Prefeito. Ali, a Sra. Aparecida trabalhou por dois anos e meio na horta e num depósito de materiais para construção pertencente ao dono da chácara. Ela recepcionava com respeito todos aqueles que usufruíam das verduras de sua horta.

⁴ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi uma campanha de alfabetização de jovens e adultos que visava ensinar a pessoa a ler, a escrever e a fazer cálculo. Essa era uma forma de integrar a população a sua realidade e sobressair na vida.

Sua popularidade causava certo desconforto em seu patrão, o que fez com que ela solicitasse demissão e, mais uma vez sem rumo, saísse à procura de nova moradia e emprego.

O fato de ser conhecida na cidade pelas suas habilidades permitiu-lhe conseguir outra chácara. Nessa teria que pagar o aluguel, e a família se submeteu aos mais complexos e humildes trabalhos com a finalidade de suprir suas necessidades rotineiras, situação que perdurou até o ano de 1955.

Os anos em que a família morou temporariamente em Nova Ponte, e mais tarde, quando se instalou definitivamente em Uberaba, foram de relevante importância para todos eles, em especial para a Sra. Aparecida, que havia conquistado a confiança e o respeito da população, o que resultou numa proposta de trabalho irrecusável.

Em 1955, o Dr. Jorge Abrahão Azor, graduado em Medicina e um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), atual Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), convidou a Sra. Aparecida para trabalhar na Santa Casa de Misericórdia⁵, no setor de isolamento, onde estavam internadas pessoas com doenças infecto-contagiosas: tais como tuberculose, hepatite e febre amarela, entre outras. A cidade passava por um surto da epidemia de febre amarela e todos os casos diagnosticados eram encaminhados para esse setor.

Senhora Aparecida passava, neste momento, por sérias dificuldades financeiras. Estava desempregada e visualizou a possibilidade de superar esse momento difícil, caso aceitasse a proposta. Com a realidade posta, ela pesou a responsabilidade que teria em suas mãos daquele momento em diante, e optou por aceitar e fazer o diferencial.

Em 1956 iniciava-se uma nova fase na vida da família. Na Santa Casa, a Sra. Ferreira aprimorou sua prática como enfermeira, o que muito serviu para o trabalho que iria desenvolver dali por diante. Além de se tornar uma excelente profissional na

⁵ Instituição Hospitalar criada em 1859 pelo Frei Eugênio Maria de Gênova para atender aos enfermos desvalidos do Município de Uberaba/MG e regiões vizinhas. Em 19 de janeiro de 1919, sob a coordenação das Irmãs Dominicanas a Santa Casa foi reduzida a cinzas e novamente construída em 12 de setembro de 1926 pelo sucessor de Frei Eugênio, Dr. José Ferreira, com inauguração em 25 de março de 1935. Em 1954, a Santa Casa tornou-se o Hospital da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, instalada na Cadeia Pública de Uberaba, após reformas. O Hospital da Santa Casa e todo o terreno com uma área de 19 mil metros quadrados foram incorporados ao patrimônio da União, que repercutiu na construção do Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, em agosto de 1982.

área da educação como professora alfabetizadora, o status se estenderia ao ramo da saúde.

Ela completava, com êxito, dois anos de serviço e experiência no Setor de isolamento da Santa Casa, mesmo sem formação técnica para tal função, mas com vivência e experiência adquiridas ao longo dos anos.

Embora a Santa Casa hospitalar ter sido criada pelo Frei Eugênio Maria de Gênova – que a comandou no período de 1859 a 1886, passando o cargo para as dominicanas, entre 1898 e 1921 –, inicialmente com propósito de atender enfermos desvalidos, em 12 de setembro de 1926, o Dr. José de Oliveira Ferreira promoveu a construção de uma nova sede para serviços médicos da Santa Casa, desviando-se do foco inicial.

Em 1952, a cidade de Uberaba passava por uma situação complexa, os impostos cobrados pelo governo estadual chefiado por Juscelino Kubitschek passaram por um aumento considerável. Insatisfeitos com o governo, os uberabenses se revoltaram contra essa política. Buscando redimir-se com os mineiros, JK investigou qual seria a maior necessidade da população do Estado de Minas, e identificou, entre as metas da cidade, a construção da Faculdade de Medicina sob um regime privado. A Faculdade de Medicina, hoje UFTM, teve autorização de funcionamento em 08 de março de 1954.

Diante do contexto, fica evidente que o objetivo da mudança dessa instituição privada era cumprir exigências legais, formar intelectualmente os filhos de famílias de classe alta, e, sobretudo, criar condições para a prática do estágio supervisionado dos acadêmicos da área da Saúde e elevar o status do Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, que foi um dos articuladores na fundação da FMTM em Uberaba. Na realidade, não se pode descartar intenções políticas por trás dessa grande obra, que beneficiou não somente a população uberabense, mas também outras regiões. Por outro lado, é interessante ressaltar que o convênio da Faculdade com a Santa Casa de Misericórdia custou o tratamento de muitos pacientes do Pênfigo Foliáceo, que era visto pelo corpo administrativo do hospital como algo dispendioso e sem retorno.

No período de 1956 a 1957, o número de pacientes de Pênfigo⁶ aumentou, atingindo um total de 22 enfermos. Sem que a Sra. Aparecida planejasse, sua vida junto aos enfermos começava a se traçar.

Diante de algumas questões administrativas que assolavam a Clínica de Doenças Infecto-Contagiosas da Santa Casa de Misericórdia, a substituição da antiga diretoria pela nova, eleita dia 04 de novembro de 1958, a vida da Sra. Aparecida e dos enfermos mudou.

Naquelas condições, no entender da nova direção, a Santa Casa estava impossibilitada de continuar mantendo os vinte e dois pacientes internados. Por ser um tratamento de longa duração, o espaço físico era insuficiente e a instituição não contava com um quadro de pessoal qualificado para atender tal demanda. Assim, em 8 de outubro de 1958, foi concedida alta administrativa a esses 22 pacientes. Dez deles estavam em condições melhores, podendo retornar às suas casas. Os outros doze, ainda com a saúde fragilizada e sem nenhuma condição de seguirem sozinhos, ficaram sem a assistência necessária.

Sem referência de moradia, de um local específico para se recuperarem da enfermidade, e totalmente vulneráveis, os enfermos entraram em estado de pânico. Foi quando a Sra. Aparecida percebeu que criara um forte vínculo com os necessitados.

A Sra. Aparecida Conceição Ferreira não hesitou em ficar junto aos pacientes que naquele momento necessitavam de ajuda e, mais uma vez, se viu sem emprego. Sua situação era delicada, pois a partir daquele momento não era somente sua família que sofreria as consequências de seu ato frente às atitudes preconceituosas, mas também os doze enfermos.

Dona Aparecida, sensibilizada, ofereceu a sua própria casa como abrigo aos enfermos, até conseguir outro local. Essa atitude trouxe certo desconforto ao ambiente familiar, causado pela rejeição de uns e aceitação de outros membros da família. Alguns desconheciam a doença e, como muitos da população uberabense, temiam o contágio. A visão da família começou a mudar a partir da convivência com os enfermos, uma vez que foram instigados a uma aproximação acentuada pela mãe Aparecida, que buscava êxito no tratamento dos portadores

⁶ O Pênfigo é um grupo de doenças bulbosas intra-epidérmicas auto-imunes raras que envolvem a pele e as membranas mucosas. O grupo inclui o pênfigo vulgar que ocorre em nível suprabasal com bolhas flácidas não pruriginosas e o foliáceo que ocorre em nível subcorneano com bolhas flácidas superficiais (HABIF, 2004, p. 573-576).

da moléstia. Daí por diante, família e pacientes passaram por situações difíceis e deploráveis, tais como desemprego, desprezo, preconceito, abandono e indiferença, já que o pênfigo era visto como uma moléstia contagiosa e sua etiologia desconhecida.

A Sra. Aparecida não se intimidou, continuou na sua luta, implorando por “socorro” na solução de um problema gerado pela falta de compromisso com os direitos sociais do ser humano. De imediato, foi à Rádio PRE-5 de Uberaba e fez campanhas pelas ruas da cidade junto aos enfermos. Conseguiu acomodações alugadas, improvisadas e adaptadas para a situação de urgência e emergência. Cumpre ressaltar que as doações não vieram de forma fácil. Depois de muito persistir em dar visibilidade à sociedade sobre as condições vulneráveis daqueles enfermos, e mostrar o quanto a sociedade uberabense estava sendo conivente com o acentuado sofrimento daqueles necessitados, os donativos começaram a chegar ao local, e em consideráveis proporções.

Os pacientes de pênfigo permaneceram na casa da família uma semana, contando com a ajuda dos vizinhos que doaram alimentos, alguns colchões, roupas e produtos higiênicos. Foi cedido também, como doação, um barracão onde essa senhora ficaria com os pacientes por quatro dias.

A Sra. Aparecida era uma mulher negra, humilde e de pouco estudo, mas dona de uma índole crítica e acentuada da realidade que a cercava. Tinha percepção da hostilidade nos olhares das pessoas a quem recorria para obtenção de ajuda. Todavia, ela nunca se abalou com as provocações, pois o seu compromisso e responsabilidade pela causa social era maior. Não concordava com a forma como era encarada pela sociedade a moléstia do Pênfigo. Logo, seguiu no que pretendia trabalhar.

Ciente das condições estáveis dos seis filhos que já trabalhavam e ajudavam no sustento da família, Dona Aparecida confiou os filhos sob a responsabilidade do esposo para dedicar-se à grande obra que seria concretizada anos depois. A senhora tinha o cuidado de alugar casas para viver com os pacientes próximas à sua antiga residência e, assim, não perder o vínculo com a família e orientá-los nas suas necessidades⁷.

⁷ Em meados dos anos 60 o casal construiu uma casa própria nas proximidades do Lar da Caridade e ao lado da Creche Casa Isabel de Aragão, onde viveu por muitos anos o Sr. Clarimundo, esposo da Sra. Aparecida. Embora vivessem em lares separados, mantiam contatos frequentes. O Sr. Clarimundo Emidio Martins, faleceu em outubro de 1989.

A manifestação que a Sra. Aparecida fez em favor dos pacientes nas vias públicas de Uberaba despertou a atenção de algumas autoridades uberabenses. Os Diretores da Faculdade de Medicina e o Diretor da Saúde Pública da época, em atenção ao seu pedido, ofereceram um espaço do necrotério do Asilo São Vicente de Paulo, que funcionava também como Hospital do Câncer, localizado na Rua Constituição, 1426, no bairro Abadia.

Em 30 de agosto de 1957, mediante acordos entre a solicitante, os representantes da Saúde e a Sociedade São Vicente de Paula, foi estipulado um prazo de dez dias para conseguirem um espaço específico para os doentes de pênfigo, prazo esse que se prolongou por dez anos.

Conforme reforçava a Sra. Aparecida, no estabelecimento adaptado existiam todas as instalações de saneamento básico, porém, estavam em estado precário. Tinha, também, a divisão cômodos específicos: enfermarias masculinas e femininas, banheiro com banheiras, refeitório, lavanderia, rouparia, farmácia, escritório e pátio. A entrada era na parte inferior do Asilo, saindo pela Rua Teixeira de Freitas, no bairro Abadia.

Nesse estabelecimento, os pacientes receberam toda assistência necessária para manter uma saúde estável, com direito à educação, ao trabalho e ao convívio social. O trabalho, neste contexto, era restrito a atividades rotineiras de uma casa comum, como limpar a casa, lavar e passar, auxiliar na cozinha e ajudar a cuidar dos companheiros ainda acamados. Conforme a melhora apresentada pelo paciente, ele era encaminhado para atividades que exigiam maior habilidade física e mental.

O local provisório ganhou credibilidade com o crescimento da procura por pessoas com Pênfigo Foliáceo para tratamento. Ante esse movimento progressivo, surgiu a urgência em legalizar a entidade assistencial, o que de fato ocorreu em 30 de agosto de 1959. A Sociedade Civil, de caráter filantrópico, foi nomeada Associação Hospital do Pênfigo Foliáceo de Uberaba-MG por um grupo de voluntários (Médicos, advogados, professores, políticos e leigos) que participaram desde o início de sua realização na sociedade uberabense, sob a responsabilidade do Sr. Presidente Rafael Angotti e demais membros da diretoria. Foi criado um Projeto de Estatuto para a instituição como medida legal, isto é, com o intuito de resguardar a entidade diante de todas as atividades que fossem desenvolvidas, a curto e longo prazo, presente e futuro, incluindo as campanhas, que eram peças importantes para a manutenção do Hospital.

Conforme consta no livro de Ata de n. 1, o primeiro Estatuto da AHPF (LAR DA CARIDADE, 1959/1990) apresenta, no primeiro Capítulo, as finalidades da Instituição:

Art. “1º - Constituída com Sede nesta cidade de Uberaba a Associação Hospital do Pênfigo Foliáceo, que se regerá de acordo com a legislação vigente, com os presentes estatutos;”

Art. 2º - Os objetivos da Associação, além de promover, manter e dirigir o Hospital do Pênfigo são:

1º estatuto especializado;

2º a hospitalização dos doentes permitindo-lhes, tanto quanto possível, a assistência em todas as fases da moléstia;

Art. 3º - “Criar e manter uma creche anexa ao Hospital, para os filhos dos doentes durante sua internação.

Esse projeto teve aprovação unânime pelo Plenário, sendo registrado no Cartório de Títulos e Documentos sob o número 166 – Livro nº 1 de Registro de Pessoas Jurídicas, p. 174, em 29 de abril de 1960, em Uberaba-MG. Desta forma, conforme o Estatuto do Hospital do Pênfigo, atual Lar da Caridade, o direito de funcionamento se consolidava por meio do artigo 2º, que preconiza “[...] promover gratuitamente assistência de saúde aos usuários com doença pênfigo” (LAR DA CARIDADE, 2009a, p. 1).

De acordo com seu Estatuto, a administração da Associação será exercida por uma Diretoria e pela Assembleia Geral, sendo que a Diretoria será composta por: Presidente, Vice-Presidente, Secretariado Geral, 1º Secretário, Tesoureiro Geral, 1º Tesoureiro, Diretor Superintendente Clínico do Hospital, Assistente Judiciário, Diretor de Assistência Social, Diretores Médicos adjuntos e Conselho Fiscal. Ficou, então, instituído no Art. 10 que “[...] a assembleia geral reunir-se-á, obrigatoriamente, no mês de janeiro, para discutir e aprovar anualmente o relatório e a prestação de contas da diretoria, bem como para, de dois em dois anos, eleger a nova diretoria” (LAR DA CARIDADE, 2009a).

Com o passar dos anos, o fluxo de pessoas no hospital aumentava, agora não somente pelos doentes de pênfigo, mas por seus familiares que os acompanhavam durante o tratamento. Dessa forma, houve a necessidade de ampliar o atendimento à “infância”, isto é, aos filhos dos pacientes, porque os pais doentes não tinham com quem deixá-los. Estes permaneciam junto aos pais em período de tratamento. Muitos desses pacientes eram chefes de família de baixa renda, de pouco estudo ou analfabetos, oriundos de regiões distantes como São

Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Belo Horizonte, e com crianças que iam de bebês até as que já se encontravam em fase escolar.

Antes do Estatuto da Criança e do Adolescente entrar em vigor em 1990, não havia uma atenção especial quanto ao direito à cidadania da criança. Essa questão se fez nítida quando a Sra. Aparecida comunicou que o hospital recebeu uma doente que tinha doze filhos. Na impossibilidade de abrigar toda a família, sete dessas crianças foram distribuídas pelas casas de Uberaba como se fossem animais, e aquelas que não conseguiram moradia nas casas de famílias foram encaminhadas a um abrigo para menores do município.

Essas crianças não se adaptaram. Oito dos irmãos adoeceram, sendo hospitalizados na Casa da Criança, atual Hospital da Criança de Uberaba. Mediante o ocorrido, Dona Aparecida, insatisfeita com o estado da mãe em tratamento e preocupada com as crianças, procurou pelo Dr. Humberto Ferreira, Presidente do Hospital, a quem solicitou a tutela das crianças. Uma vez de posse dessa tutela, ela alugou uma casa nas proximidades do Asilo São Vicente para abrigar e cuidar dessas crianças. Este acontecimento lhe motivou a criação, em 1961, da Casa Isabel de Aragão, atual Casas Lares.

Embora os pacientes fossem assistidos no Asilo, as condições de espaço e os recursos para o tratamento, incluindo remédios e alimentação, se tornavam cada vez piores. Conforme registro do Hospital do Pênfigo, foram internados nos três primeiros anos, de 1958 a 1961, 615 pacientes, o que se pode constatar no quadro a seguir:

Quadro 3 - Número de Pacientes de Pênfigo

ANOS	NUMERO	PERFIL	TOTAL
1958	26	Pacientes de Pênfigo	615 Pacientes de Pênfigo
1959	43	Pacientes de Pênfigo	
1960	183	Pacientes de Pênfigo	
1961	363	Pacientes de Pênfigo	

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados apresentados em Bueno (2002).

Nessa condição, as instalações e adaptações do local tornaram-se insuficientes para atender tão grande demanda, isto é, a instituição não tinha

condição de suprir as necessidades dos doentes nos quesitos moradia, alimentação, tratamento e infraestrutura.

Ainda que a Sra. Aparecida tivesse um local provisório para abrigar os pacientes e recursos para lhes manter o tratamento, sua meta era construir o próprio Hospital do Pênfigo. Motivada por esse sentimento, ela não se esquivou, persistindo nas campanhas em regiões diversas. Sair daquela condição e construir a sede própria tornou-se a sua meta. Deu, então, início às campanhas em séries pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais, com o objetivo específico de arrecadar donativos para abater as dívidas com os gastos hospitalares e verba para a compra de materiais de construção, com a finalidade de concretizar o tão sonhado prédio hospitalar para tratar o pênfigo.

Das campanhas realizadas, as mais frequentes foram no Estado de São Paulo, através das emissoras de rádio e televisão Diário Associados e TV Tupi. Em Uberaba, divulgou seu trabalho por meio do Jornal Lavoura e Comércio e das Rádios Difusora Sete Colinas e PRE-5. A arrecadação era bem numerosa, sendo uma parte destinada à compra de medicamentos e outra, à compra de material destinado às melhorias das instalações do Hospital.

Em algumas campanhas, a Sra. Aparecida levava consigo de dois a três doentes, o que era uma forma de fazer as pessoas acreditarem na realidade exposta e, assim, contribuírem. Esta senhora passou por muitas dificuldades econômicas e sociais. Quando a situação financeira agravava-se ela viajava para São Paulo, onde recebia ajuda da comunidade espírita paulistana. Na sua ausência, sua filha primogênita Ivone Martins, ficava com os demais pacientes.

Diante da tão esperada sede própria, em 02 de fevereiro de 1962, lançou-se a pedra fundamental que deu início à construção da obra do Hospital do Pênfigo Foliáceo. Esse dia foi comemorado pela Sra. Aparecida, pelos pacientes e pelos amigos voluntários. Era um sonho que se concretizava. A nova Sede, amparada legalmente, receberia o nome de Hospital do Fogo Selvagem⁸.

No entanto, a Sra. Aparecida sofria com a indiferença com que era tratada pelos diplomados da área médica. Eles não aceitavam o fato de que aquela pobre mulher fosse dona de uma sabedoria surpreendente, e que sobressaía na prática a muitos diplomados.

⁸ Ver Anexo F.

Embora ela fosse representante legal do Hospital, com o título de diretora da Assistência Social pela Associação, e acompanhasse ativamente as atividades desenvolvidas, como campanhas, reuniões da Associação, relatórios de prestação de contas, entre outras tarefas, durante alguns anos, não assumiu diretamente a direção oficial. Com um senso apurado da realidade, Aparecida percebeu o movimento contrário da categoria diplomada, e solicitou do diretor da Associação, Doutor Luiz Amâncio de Andrade, ser eleita Diretora do Hospital após seu mandato, já que ela era a figura maior da obra.

No ano de 1965, conforme registro em Ata, durante uma reunião da Associação com os membros da sua diretoria executiva, o Sr. Diretor Luiz Amâncio tratou de assuntos sobre a administração e, especificamente, sobre a possibilidade de autorizar a diretora de Assistência Social, Sra. Aparecida, através de uma procuração com plenos poderes, a atuar legalmente como chefe do Hospital, representar a entidade junto a qualquer repartição pública Federal, Estadual, Municipal e departamentos, podendo receber quaisquer subvenções, auxiliar em donativos que fossem realizados ou destinados por outorgante, firmando recibos necessários e dando quitações, bem como receber de particulares quaisquer donativos feitos ou outorgados. Conforme consta em Ata (LAR DA CARIDADE, 1959/1990), essa pauta na reunião deveu-se ao fato de Aparecida ser a principal figura dentro da obra de solidariedade que se constituía Hospital do Pênfigo Foliáceo de Uberaba, e que sobrevivia graças ao seu trabalho. A solicitação, discutida e votada, foi aprovada sem contestação.

Embora a Sra. Aparecida realizasse sucessivas campanhas junto ao povo e contasse com a colaboração de pessoas abnegadas e alguns amigos, tornava-se cada vez mais difícil manter a entidade funcionando a contento, por serem insuficientes os recursos obtidos. Nessas condições sentia-se a necessidade de pensar na criação de uma fonte de renda regular e segura para manutenção definitiva do Hospital. Assim, em reunião do dia 21 de agosto de 1966, foi levantada a possibilidade da criação de recursos financeiros capazes de formar um fundo econômico para o HP, com a finalidade de torná-lo menos dependente das atribuições populares.

Em procedência, o Sr. Diretor Dr. Luiz Amâncio apresentou ao grupo o Plano de Fundo criado pela diretoria da Associação HP, ou seja, um organismo autônomo, regido por estatuto especial, e que se destinaria à angariação de um patrimônio, de

cuja renda se utilizaria o Hospital para cobrir suas múltiplas necessidades de manutenção e patrocinar as pesquisas médicas buscando a cura do Pênfigo. Mediante tal Plano, esse organismo foi nomeado como “Fundo de Manutenção”, cujos bens passariam a ser administrados por diretores e uma equipe de escritório, com a finalidade de se obter mais rentabilidade para uso desse nosocômio.

Por inúmeras vezes, esta senhora foi colocada à prova, o que apenas representava mais uma dificuldade entre tantas outras já enfrentadas. Em 1968, durante a realização de uma dessas campanhas, ela foi observada no Viaduto do Chá, pedindo esmola, por dois vereadores de Uberaba que visitavam a capital paulista. De imediato foram à delegacia e aos Diários Associados, onde fizeram a denúncia e pediram sua prisão sob a alegação de que a campanha estava sendo realizada para uma entidade fictícia, cujos donativos eram para seu próprio benefício.

A Sra. Aparecida foi detida em São Paulo sem direito de defesa, e ficou oito dias na prisão. Sempre que era chamada a depor, mantinha o mesmo discurso sob a situação dos doentes de pênfigo de Uberaba. D. Aparecida havia conquistado amizades verdadeiras que a acompanharam até o desfecho do incidente. Entre estas, estão o médium Chico Xavier - conhecido por Chico o jornalista Saulo Gomes, a promotora Dra. Isolda M. Dias, o Sr. Waldemar Nunes, Sra. Blasquez Galves, Sr. Santos Guido, Sra. Amélia Rocha, Sr. Lamartine Mendes e Sr. Francisco Galves.

O direito à liberdade de Dona Aparecida foi concedido pelas autoridades de São Paulo mediante apresentação de documentos e carta de reconhecimento da Instituição, firmados pelo Sr. Prefeito João Guido, Câmara de Vereadores, Delegado e Juiz de Direito da Cidade de Uberaba. Mesmo resguardada por documentação e a solidariedade em setenta cartas de outras autoridades, a Sra. Aparecida respondeu um processo instaurado que tornou inviável dar continuidade às campanhas, mas com a ajuda de amigos continuou a receber donativos. Após comprovação da veracidade das informações, o processo foi arquivado.

Sem as campanhas, e em virtude do longo tempo que o processo levou para ser arquivado, a situação do hospital se agravou. Assim, esta Sra teve o amparo dos pacientes com pênfigo, da família, dos cidadãos uberabenses, de amigos de Uberaba e de outras regiões. Estes últimos doaram recursos para o atendimento das necessidades imediatas do Hospital, promoveram campanhas que muito supriram não apenas as necessidades hospitalares, como, também, ajudaram a completar parte dos materiais para a nova construção, como madeira, telhas, encanamento,

fiação elétrica, portas e vidros. Diante da solidariedade das pessoas, ela se sentiu fortalecida e continuou com o trabalho.

Na trajetória de vida da Sra. Aparecida Conceição Ferreira, Francisco Candido Xavier, a acompanhou. Chico tinha preocupação com as pessoas pobres, carentes de recursos materiais necessários a uma vida digna. É importante mencionar que ele foi o fundador do Centro Espírita Casa da Prece em Uberaba, onde eram realizadas tarefas de psicografia e evangelização. O Sr. Chico recebia muitas caravanas e grupos procedentes de outros Estados, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Brasília entre outros. Inclusive de outros países, a saber: Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Portugal.

Ao receber os visitantes, Chico Xavier os convidava para conhecer o trabalho da Sra. Aparecida, e foi numa dessas visitas, em 1968, que o repórter Saulo Gomes foi convidado pelo médium a conhecer a obra desta senhora.

Em 02 de maio de 1968, a Sra. Aparecida foi surpreendida pela visita do repórter da extinta TV Tupi, Saulo Gomes e sua equipe. Ao saber do ocorrido, Saulo fez uma matéria do hospital, percorreu por todo o pavilhão do Asilo São Vicente de Paulo mostrando as reais condições de precariedade da infraestrutura do hospital e os doentes em tratamento.

Na cidade de São Paulo, o repórter Saulo Gomes divulgou a reportagem na TV Tupi, promovendo uma campanha beneficente que envolveu a capital paulista, algumas cidades do interior de São Paulo e muitas outras cidades do Brasil, com repercussão nacional, dando visibilidade ao trabalho da Sra. Aparecida para com os necessitados. Muitos se sensibilizaram, tanto pessoas do mundo artístico quanto pessoas comuns e famílias uberabenses. A campanha resultou num considerável número de donativos, em específico de materiais de construção para, enfim, finalizar a obra hospitalar. Resultou também, num fluxo grande de pessoas que, em caravanas, vieram conhecer de perto o trabalho desta senhora.

A cidade que se destacou pelo alto valor de verba arrecada foi Riolândia. Três pacientes dessa cidade fizeram tratamento no Hospital do Pênfigo de Uberaba. Com a finalidade de retribuir a melhora da saúde desses pacientes, seus familiares organizaram uma festa de campanha, cuja verba foi destinada ao nosocômio do Pênfigo. Com essa verba, a Sra. Aparecida procurou pelos Srs. Mário de Arruda e João Bichuetti, para lhes falar do seu interesse pelo terreno, que comprou em definitivo para a construção do novo Hospital.

Com destaque nos princípios de humildade, respeito e ajuda ao próximo, a Sra. Aparecida Conceição Ferreira foi homenageada pela Câmara Municipal de Uberaba/MG, recebendo o título de Cidadã Uberabense, o que representou mais uma entre tantas outras homenagens que recebera por seus méritos.

A relação de respeito fraternal entre a Sra. Aparecida e Sr. Chico Xavier é visível nos registros manuais e fotográficos. Em momentos de serenidade ou de grandes tumultos, ambos se consolavam. Dona Aparecida procurava consolo no amigo que a acolhia com menções espirituais, mostrando-lhe que a evolução espiritual vem da fé, do trabalho, da humildade e da paciência.

No Lar da Caridade, durante os momentos de acolhimento por D. Aparecida às caravanas, as pessoas que faziam entrevistas acadêmicas, profissional e pessoal, as emissoras (radio/televisão), ou nas reuniões em família, esta senhora relatava que vontade de abandonar a causa não lhe faltou, mas ao expor o sentimento negativo ao seu amigo fraterno, o médium Chico mencionou que se ela desse as costas para a questão, daria abertura para que os outros pensassem que realmente ela era uma pessoa desleal.

Amparada pelas instruções de Chico Xavier, a Sra. Aparecida participou de estudos direcionados à religião espírita. Em 18 de abril de 1975, com apoio do médium, inaugurou-se o “Centro Espírita Deus e Caridade” do Lar da Caridade, para realizar trabalhos referentes à doutrina. Hoje, o espaço é cedido a outros grupos, a instituições e às caravanas em visita a Uberaba. Isto é, a quem dele necessitar.

Como citado anteriormente, o Hospital prioriza o atendimento a pacientes acometidos pelo pênfigo, porém acolhe familiares desses pacientes, incluindo crianças e adolescentes. Com o novo prédio, o atendimento às pessoas necessitadas aumentou, envolvendo famílias de outro perfil, com histórias de vida diferentes da inicial.

Na nova Sede hospitalar, havia espaço para abrigar crianças e jovens, além da Casa específica para esse público. Foram vários os fatores que contribuíram para essa situação, como a permanência de pacientes por longo período de internação e de seus familiares durante o tempo de espera imposto pelo tratamento. Alguns, quando recebiam alta médica, tinham dificuldades em estabelecer contato com o mundo externo e até com as próprias famílias. Outra situação frequente era a de pais que deixavam os filhos sob a responsabilidade da instituição. Alguns retornavam para buscá-los, outros, não. Nesses casos, ocorria a perda do contato e, com isso, a

fragilidade dos vínculos familiares se acentuava, o que contribuía para a permanência de alguns pacientes e crianças no hospital que o idealizavam como moradia eterna.

Além disso, outros fatores contribuíram para fazer do Hospital um Abrigo de menores. Crianças abandonadas ou em situação de risco eram encaminhadas para lá pelo Juizado de Menores, atual “Juizado da Infância e Juventude”. Nos anos 70, 50 crianças foram transferidas da antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) de Belo Horizonte para o Lar da Caridade de Uberaba-MG. Diante de casos sem solução imediata, isto é, em que o processo judicial levaria anos para ser resolvido, as crianças acabavam morando na instituição. Muitas se desligaram da instituição após constituir sua própria família, com formação superior ou técnica.

A Sra. Aparecida não os deixava desamparados, e ainda hoje encontramos na instituição algumas dessas pessoas, decorrente do abandono da família. Com o aumento do público e sua diversidade, houve urgência em rever o Estatuto Institucional, que preconizava atendimento apenas às pessoas acometidas por pênfigo, sem abertura para abrigar outras finalidades.

No atual contexto, permanecem na instituição alguns ex-pacientes (curados), pessoas com necessidades especiais e pessoas idosas que perderam o contato com suas famílias. Na parte correspondente ao abrigo do hospital, estão crianças e adolescentes em situação vulnerável, como maus tratos dentro e fora da família, negligência, violência física e emocional.

A diversidade no atendimento do hospital tornou-se ampla, pois como dizia a Sra. Aparecida: “[...] eu não poderia deixar de amparar famílias em geral, que vinham de tão longe acompanhando seus entes adoecidos, e nem podia deixar de amparar aqueles pequenos inocentes abandonados” (SILVA, 2004, não paginado).

Mediante a situação, a Sra. Isabel Bueno ressalta a necessidade de uma reformulação estatutária e da mudança do nome da instituição, pois conforme os seus Estatutos:

Poderiam permanecer na instituição os doentes de pênfigo foliáceo para tratamento específico da moléstia, sem abertura para abrigar os necessitados em geral. “Daí a resolução da Assembléia Geral, em reunião do dia 29/05/1971 aprovando os novos Estatutos com a mudança de nome da entidade para ‘Lar da Caridade’” (BUENO, 2002, p. 57-58).

Do capítulo I dos seus Estatutos – Art. 1º, consta a mudança de nome da Associação Hospital do Pênfigo Foliáceo para Lar da Caridade, e no At. 2º, suas finalidades, como:

Prestar dentro de suas possibilidades assistência a desamparados em geral, de ambos os sexos, independentes de cor, credo ou nacionalidade. Estava legalmente amparada a situação de todos os irmãos necessitados que residiam na Instituição e ainda para aqueles desamparados em geral que viessem a ser assistidos futuramente. (BUENO, 2002, p. 58).

Atualmente, a Sede Lar da Caridade localiza-se na Rua João Alfredo Nº. 437 – Abadia – CEP 38025-300, e faz atendimentos, dentro da área de Assistência Social, nas áreas de Saúde, Educação, Criança e Adolescente e Idoso. A instituição conta com serviços pedagógicos, serviços psicossociais, ambulatorios com clínica geral, pediatria, enfermagem, odontologia, psicologia hospitalar, alas de abrigo assistencial e profissionalização.

A Sra. Aparecida inquieta com à situação educacional e profissional não só dos pacientes, como também das crianças e dos adolescentes, no sentido de que ainda uma parte da sociedade uberabense e de outros locais temiam a doença e estendiam esse receio não somente ao portador, mas também aos que haviam morado no Lar.

Dessa forma, para prevenir que essas pessoas não passassem novamente por discriminação, e com o objetivo de fortalecer o Lar da Caridade, tornando-o independente e responsável por seus próprios recursos, e atender as necessidades financeiras da entidade e as necessidades sociais de seu público, D. Cida perseverou na construção de setores nas instalações do próprio prédio e fora dele, conforme a finalidade apresentada em seu Estatuto, onde se lê no Art. 3º - “A Entidade poderá criar, fora e dentro de sua sede social, núcleos de atividades e departamentos com as mesmas finalidades, com base no regulamento.”

Quadro 4 - Setores do Lar da Caridade

Departamentos	Funcionamento
Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes, fundada em 1959, hoje funciona em prédio cedido pelo Lar, porém sua mantenedora é a Rede Municipal de Ensino de Uberaba;	Ativo
Casa Isabel de Aragão, criada em 1961 e oficializada em 21 de abril de 1976, atual Casa Lar desde 2009;	Inativo
Centro Espírita Deus e Caridade, fundado em 1975;	Ativo
Escola de datilografia, criada em 1976;	Inativo
Casa Assistencial Maria Dolores (Casa da Sopa)	Ativo
Panificadora do Lar da Caridade, fundada em 1970;	Ativo
Fazenda Badajós, fundada em 1980;	Ativo
Sapataria Oficina de Aprendizagem, criada em 1970;	Inativo
Recinplar, fundada em 1998;	Inativo
Oficinas Profissionalizantes (Corte, costuras, bordados, tricôs);	Inativo
Bazar Beneficente, criado em 2004;	Ativo
Farmácia Comunitária, criada em 1999;	Ativo
Ambulatório;	Ativo
Consultório Odontológico;	Inativo
Depósito São Paulo;	Ativo
Marcenaria;	Inativo
Serralheria;	Inativo
Salão finalidades diversificadas.	Ativo

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações apresentadas em Bueno (2002).

Hoje a razão social da Entidade é Lar da Caridade - CNPJ: 25440835/0001-93, sendo o nome fantasia – Hospital do Pênfigo. A instituição é mantida através de recursos governamentais e de empresas privadas, além de doações da sociedade através de sistema de boleto bancário. O Hospital não tem nenhum convênio para atender as necessidades hospitalares, porém conta com recursos internos para o setor ambulatorial. Atualmente, o número de internações de pacientes portadores de pênfigo caiu consideravelmente.

O atendimento hospitalar do Lar da Caridade, caracterizado como uma instituição de assistência social, passa a constar no Estatuto (2011 a 2015) como um projeto da área de Saúde, com atendimento ambulatorial de fisioterapia e a farmácia comunitária. Na área da Educação, funciona a partir do Projeto de Educação Infantil Vó Aparecida, em parceria firmada com a ABRINQ no ano de 2010, voltado ao atendimento de crianças em situação de risco social e pessoal, de 0 a 3 anos, em período integral, de segunda-feira a sexta-feira, e aos sábados até as 13h; e do Projeto Com – Convivência (LAR DA CARIDADE, 2009b), que atende o público de 4 a 11 anos, no contraturno do horário de aula de alguns educandos da EMABEM.

Esses projetos oferecem atendimento aos pais com objetivo de potencializar a formação e o bem-estar de suas crianças. Ambos os projetos funcionam em “parceria” com a Prefeitura de Uberaba/MG.

Para atender crianças e adolescentes, a instituição dispõe do projeto Casas Lares, que administra moradias provisórias como medida de proteção a adolescentes de 11 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e pessoal, e que se encontram sob a tutela do Juizado da Infância e da Juventude. A instituição ainda desenvolve a atividade Aconchego à 3ª idade, que ampara somente ex-pacientes do pênfigo que, por alguma razão, permaneceram na instituição, tendo-a como referência de uma casa comum.

Embora o hospital se tornasse um projeto do Lar, nele ainda são atendidas pessoas com pênfigo que permanecem internadas para tratamento. Mas, para funcionamento do hospital de forma legal, é necessário estar com autorização Sanitária expedida pela Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Município de Uberaba. Todo ano foi necessário renovar esse documento, uma vez que os técnicos da vigilância sanitária visitaram a instituição com a finalidade de verificar se as instalações estavam de acordo com normas de saúde vigentes. Hoje, o prédio onde funcionou o Hospital do Pênfigo é antigo e suas instalações necessitaram de reforma e adequação às normas sanitárias. O custo para essa reforma foi altíssimo em face das inúmeras modificações a serem feitas.⁹

⁹ Devido à falta de infraestrutura, pacientes e abrigados dividiam praticamente o mesmo espaço físico, sendo inevitável um convívio mais direto. Quanto aos serviços de atendimento, como lavanderia, cozinha, farmácia e pátio, acabavam por atender aos dois departamentos, sem a devida urgente separação.

No entanto, desde a sua inauguração, o Hospital do Pênfigo funcionou sem Alvará Sanitário, o que deixava a Sra. Aparecida preocupada ante a possibilidade de ver o seu grande sonho de tantos anos desabar a qualquer momento.

Em reunião da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Lar da Caridade, foram discutidas as possíveis reformas, e chegaram à conclusão de que tais reformas demandam verba equivalente a de uma nova construção. A Sra. Aparecida, sempre otimista, expôs o desejo de construir outro prédio hospitalar que atendesse às exigências da vigilância.

Diante dessa situação, a fundadora da entidade, Sra. Aparecida Conceição Ferreira, aos 86 anos de idade, iniciou uma campanha em parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Saúde. No dia 26/12/2001 assinou convênio Federal, que recebeu o nº. 1431/2001, para construção de um novo Hospital¹⁰.

Quando tudo parecia ter fim, surge outro problema. Os recursos não foram suficientes para a conclusão do hospital, o que fez com que mais dois Convênios fossem assinados, sendo o de n. 1757/2003 e o de n. 2513/2003, e assim, finalmente, foi possível a conclusão das obras de construção e aquisição de equipamentos.

Hoje, o novo prédio Hospitalar¹¹ atende as normas da Vigilância Sanitária e, agora, a entidade poderá ter o Alvará Sanitário para seu funcionamento e, assim, os usuários dos serviços da associação terão atendimento com maior qualidade devido à modernização da sua nova estrutura.

A Sra. Aparecida Conceição Ferreira tinha uma meta ao fundar a grande obra, que era acolher os pacientes de pênfigo e mantê-los em um ambiente onde esse “fogo” fosse amenizado, deixando de ser selvagem. Ambicionava, por meio de um trabalho de emancipação, o acesso à vida social e aos direitos humanos, bem como o exercício da cidadania. As famílias e os filhos desses pacientes foram consequência da longevidade do tratamento em que os enfermos eram submetidos.

A Sra. Aparecida, com resignação e determinação, privou-se da vida comum de uma família nuclear para dedicar-se a uma família extensa, por meio da grande

¹⁰ Ver Anexo F.

¹¹ O hospital conta com 30 leitos, com dois leitos por enfermaria, sendo que todas elas possuem banheiros com banheiras próprias para banhos de imersão, possui modernos aparelhos médicos, elevador, lavanderia adequada, pavimentação, instalações elétricas hidráulicas e mecânicas, lavanderia hospitalar, bancadas, armários, recepção, guarita e estacionamento. O hospital está sendo ampliado e as antigas dependências serão utilizadas como suporte e apoio às atividades hospitalares.

obra de Caridade sem remuneração, cuja finalidade sempre foi viabilizar, por meio da assistência, condições de independência para que as pessoas pudessem caminhar livres e confiantes na sociedade.

A Sra. Aparecida, diante da incompreensão de muitos, persistiu e venceu. Embora os seus traços faciais expressassem toda a história de uma árdua luta, ela sempre estava disposta a mostrar como o trabalho assistencial resulta na promoção social do cidadão, fazendo reviver a ação e reação da prática da verdadeira caridade.

Desde a infância, a Sra. Aparecida foi educada para o trabalho e para valorizar sua importância na vida de qualquer ser humano. Frente às condições de isolamento e discriminação em que viviam as pessoas com uma doença de pele não contagiosa, mas de aspecto desagradável, e que muitos, por desconhecimento da moléstia, não aceitavam sua permanência nas escolas e até mesmo em suas famílias, ela buscou investir na educação dos pacientes por meio de uma educação informal, aqui caracterizada como processo em que a aprendizagem é realizada fora do ensino formal.

Esta foi a forma que essa senhora encontrou para possibilitar aos doentes o acesso à Educação, que poderia ser uma complementação ou continuidade de estudos anteriores ou a introdução inicial ao ensino. Aparecida compreendia que o desenvolvimento do homem se processa pelos Caminhos da Educação, manter uma rotina de estudos poderia ajudá-los no momento em que tivessem que retornar às suas origens e enfrentar a realidade social com que teriam de se relacionar cotidianamente quando saíssem do hospital.

Assim, ela aliou ao cuidado com a saúde a formação básica e profissional. Essa estratégia foi utilizada para, além da formação profissional, motivá-los a fazer uma “terapia” que auxiliasse positivamente no tratamento, porque

[...] há sempre uma reação geral do organismo provocada pela locomoção e exercícios respiratórios. As atividades são divididas conforme a capacidade efetiva do paciente, e a partir desse momento, as melhoras se intensificam, e muitas vezes, fomos surpreendidos pela disposição dos assistidos, integrando-se na vida normal do trabalho e do estudo, nessa obra de paz e renovação (BUENO, 2002, p. 60).

A partir dessa perspectiva é que surgem as primeiras classes implantadas nas instalações do Asilo São Vicente de Paulo, onde residia Dona Aparecida com os

enfermos. Hoje, essas classes se materializam como uma escola de ensino regular conforme preconiza a legislação da referida instituição de ensino. Esta, como nosso objeto de pesquisa, será discutida mais detalhadamente no próximo item.

3.2.1 Contextualização da Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes

Em meados do século XX, a cidade de Uberaba passou a atender as necessidades e demandas da cultura e dos serviços essenciais à população no campo econômico e, em específico, na área educacional, o que fez com que o número de escolas, institutos e faculdades aumentasse nas quatro modalidades de ensino: Federal, Estadual, Municipal e Particular.

Embora muitas sejam as características que identificam a criação de escolas no município, neste trabalho será aprofundado o surgimento de uma escola em particular, cujo objetivo era atender as necessidades escolares das pessoas acometidas pelo pênfigo e que, por isso, sofriam discriminação e exclusão por parte de algumas pessoas residente em Uberaba. A EMABEM nasceu com a finalidade de viabilizar uma educação escolar a esse público e permitir a formação do cidadão crítico, autônomo e consciente de seus direitos e deveres. A criação da EMABEM, por Aparecida Conceição Ferreira, ganhou destaque nacional juntamente com a exposição do Gado Zebu, dando notoriedade ao Município de Uberaba.

Para atender as necessidades educacionais dos pacientes, Sra. Aparecida resolveu incentivar aqueles que não tiveram oportunidade de ser alfabetizados criando, em 1959, as primeiras classes de 1ª a 4ª série. A implantação se deu no pequeno espaço do Hospital, instalado dentro do Asilo São Vicente de Paulo. Os pacientes frequentavam regularmente as aulas ministradas pela própria fundadora.

Nos relatos da Sra. Aparecida aos visitantes, ela dizia que as aulas funcionavam num corredor estreito do asilo, de livre passagem, coberto por uma longa lona de cor preta. As salas eram equipadas com carteiras improvisadas, isto é, caixotes de madeira usados durante o tempo de duração das aulas.

Assim, ao entardecer, terminados os ensinamentos do dia, as salas eram desmontadas. Esse era um exercício feito dia após dia por Aparecida e seus alunos especiais, enquanto aguardavam que fosse construído um espaço específico para este fim, ou seja, uma escola.

A pequena e provisória “escola” contava com três professores: a Sra. Aparecida e mais duas pessoas recuperadas do pênfigo. Os pacientes acamados recebiam as lições em seus leitos. Conforme a evolução desses alunos, ao final de cada ano, lhes eram apresentados novos desafios educacionais, com o objetivo de manter a continuidade dos estudos e, num futuro próximo, permitir que esses alunos informais pudessem concorrer de igual para igual com os alunos do ensino regular.

As condições que envolviam aquele estabelecimento de ensino eram inadequadas. A infraestrutura apresentava comprometimento em relação à manutenção das salas, que eram precárias em virtude dos recursos financeiros, materiais e profissionais serem escassos.

Nesse mesmo período, as situações apresentadas foram superadas por três alunos acometidos pelo pênfigo¹² que conseguiram aprovação nos exames de admissão para o curso ginásial (ensino de 1º grau – 5ª a 8ª série) em um dos Colégios particulares de Uberaba, atual Colégio Cenecista Dr. José Ferreira.

Tal fato motivou mais cinco alunos a se matricular em na 1ª série ginásial (5ª série do 1º grau) e serviu para mostrar que a enfermidade não deveria ser vista como fator de impedimento à escolarização dos pacientes de fogo selvagem.

No início de 1965, alguns pais de alunos desse Colégio se uniram no propósito de impedir, junto à diretoria, a inclusão daqueles pacientes no estabelecimento, sob pena de transferirem seus filhos para outra escola. Esse movimento comprometeu a permanência dos meninos no referido Colégio, que não tiveram a matrícula efetivada.

Segundo a Sra. Aparecida, tal situação deixou os garotos em estado bastante deprimente. Durante três dias eles choraram, tiveram o sono agitado e não conseguiram se alimentar como antes. Além disso, com o emocional fragilizado, as feridas voltaram a inflamar e a se espalhar por todo o corpo (BUENO, 2002, p. 36).

A Sra. Aparecida procurou as autoridades do Ministério da Educação e Cultura – Regional de Minas Gerais, para expor o acontecido com os adolescentes. A partir daquele momento, as autoridades do Ministério da Educação e Cultura não

¹² Os três pacientes se tornaram pessoas bem sucedidas profissionalmente na área da Engenharia, do Jornalismo e da Medicina. Quanto ao destino destes jovens, um reside em São Paulo Capital, um em Franca e o outro permaneceu em Uberaba-MG. Além desses jovens, a instituição ajudou e formou muitos outros jovens que hoje são bem sucedidos profissionalmente convivendo com suas famílias por todos os cantos do Brasil.

[...] poderiam fechar os olhos e nem cruzar os braços, diante daqueles dois adolescentes, irmãos nossos, cuja inteligência se revelava na vivacidade dos seus olhos e nos argumentos que eles próprios apresentavam junto com a sua Mãe protetora, que ali estava de “corpo e alma” para defender seus diletos filhos (BUENO, 2002, p. 36).

Diante da situação, correu um processo, de n. 200.191/66, datado de 17 de março de 1966, que estudava a possibilidade de regularizar o ensino dos enfermos. Conforme Ofício n. 00954, datado de 2 de junho de 1966, e assinado pelo chefe da Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar, Sr. Waldemar Martiniano de Sousa, foi concedida autorização ao Colégio Dr. José Ferreira para instalar classes anexas ao Hospital do Pênfigo Foliáceo de Uberaba, destinadas ao ensino interno dos referidos necessitados.

Essa foi uma forma de superar as dificuldades e de, especialmente, ter acesso fácil aos aparelhos específicos do ensino secundário da época. A princípio a Escola era particular, nomeada Escola do Pênfigo, e funcionava em salas situadas no corredor do Asilo.

O Colégio Dr. José Ferreira, nesse período, já desenvolvia importantes Projetos sociais em parceria com outras escolas e entidades filantrópicas de assistência social, comprometendo-se a ampliar o atendimento de acordo com a demanda comunitária do município de Uberaba. Ainda nas instalações do Asilo São Vicente de Paulo, essa parceria possibilitou aos doentes não só o acesso à educação escolar, mas, também, a participação ativa em atividades sociais.

A parceria entre o Colégio e o Hospital resultou na Portaria n. 2, de 25 de julho de 1971¹³, que resolveu no Art. 1º - “O reconhecimento do 1º e 2º ciclo do Colégio Dr. José Ferreira” e no Art. 2º - concedido “O reconhecimento às Classes Anexas de 1º ciclo, mantidas pelo Colégio no Hospital do Pênfigo Foliáceo de Uberaba”. Essa Portaria reconheceu as classes instaladas no Hospital como escola e foi publicada no Diário Oficial da União em 24/10/72.

Nesse período, havia muitas famílias com crianças em idade escolar, porém, não matriculadas em nenhuma escola do Município. As razões eram diversas, sendo uma delas, a não efetivação de matrículas por algumas escolas públicas. A Sra. Aparecida tinha preocupação referente a inclusão dos pacientes em escolas da comunidade. Tal inquietação agravou-se ao saber que muitas escolas negavam realizar a matrícula de outros jovens que não tinham histórico da presença do

¹³ Ver Anexo B.

pênfigo na família, mas que traziam em seu histórico familiar, questões referentes ao alcoolismo, a drogas ilícitas, deficiência física e/ou mental, atraso escolar ou cognitivo e/ou analfabetismo.

Diante da realidade e da excessiva procura pela Escola do Pênfigo, esta senhora buscou o consentimento médico, e o atendimento escolar foi ampliado a outros alunos carentes da comunidade próxima a escola.

Essa liberação beneficiou não somente os externos como também as pessoas do Hospital, pois teriam contato com o “mundo” externo, melhorando o seu convívio social e sua emancipação diante do “novo”.

De 1959 a 1973, a escola funcionou dentro do Hospital do Pênfigo, sendo que os professores eram todos voluntários. Eles tinham algo em comum, isto é, eram seguidores da doutrina espírita e profissionais ativos e registrados em outros grupos escolares de Uberaba.

A durabilidade e a efetivação da escola foi possível devido à colaboração do trabalho voluntário de vários professores que se comoveram com a perseverança da Sra. Aparecida, sempre na luta para proporcionar um estudo digno aos pacientes do pênfigo. Assim, com os serviços de magistério prestados por esses professores com dedicação, respeito e responsabilidade, a escola foi mantida por quinze anos. Embora alguns autores como José Pedro Soares Martins (2008) tragam interpretações diferenciadas do voluntariado contemporâneo com a dos períodos anteriores, os serviços desses profissionais foram de grande relevância na concretização da EMABEM. Para esse mesmo autor, a diferença é que:

O voluntário dos períodos anteriores, tinham suas ações ligadas mais à filantropia, à caridade, e a questões muito pessoais do voluntário. Já o voluntário contemporâneo, implica que o voluntário deve ter capacitação, conhecimento, planejamento e sintonia com demandas reais de uma entidade social ou da comunidade em geral (MARTINS, 2008, p. 57).

Compreendemos que o voluntário é agente de mudanças e está muito ligado aos conceitos de responsabilidade social, ambiental e de sustentabilidade. Assim, torna-se peça importante para uma empresa que se propõe a atuar de forma responsável e sustentável.

Ao analisar a documentação da instituição Lar da Caridade-Hospital do Pênfigo (seu Estatuto, suas Atas de Reunião da Assembleia Geral, seus Ofícios e Portarias), observa-se que o trabalho voluntário da referida escola, mesmo envolvido

pelo sentimento de caridade, foi peça importante para a sua legitimação, que contou com parceiros ligados aos conceitos de responsabilidade social e sintonizados às demandas reais de uma entidade social. A seriedade do trabalho desenvolvido é confirmada por Bueno, ao comprovar que o: “[...] tempo de prestação de serviço das obrigações profissionais, dedicado às atividades de magistério assistencial alcançou um total de 43.200 horas de aulas ministradas na escola do hospital (BUENO, 2002, p. 41- 42).

Em 1973 houve a inauguração da Sede própria da Escola, na Rua Patos, n. 243, Bairro Abadia, próximo ao Lar da Caridade. Ao longo de sua trajetória, a escola recebeu várias denominações:

- Escola do Hospital do Pênfigo, de 1ª a 4ª série - 1959/1969;
- Classes Anexas ao Colégio Dr. José Ferreira, de 5ª a 8ª série do 1º grau - 1969/1974;
- Escola Monteiro Lobato, do Pré à 4ª série do 1º grau 1974/1978;
- Escola Municipal Monteiro Lobato, do Pré à 4ª série do 1º grau - 1978/1979;
- Classes Anexas da Escola da Comunidade Dr. José Ferreira, do Pré-escolar à 8ª série do 1º grau – 1979/1985.

Na gestão do Prefeito Silvério Cartafina (1977-1983), a Escola Monteiro Lobato do Lar da Caridade fez parceria com a prefeitura, isto é, o Lar cedia prédio e alunos, enquanto o órgão municipal se responsabilizava pela gestão dos professores.

Com o passar dos anos, a unidade de ensino foi nomeada Escola Municipal Monteiro Lobato, o que de fato era uma agravante para a sua matriz, que perdia sua verdadeira identidade, isto é, uma escola que foi criada especialmente para atender as pessoas acometidas pelo Pênfigo, e que mais adiante teve seu atendimento ampliado às crianças institucionalizadas no Lar da Caridade e da comunidade.

Diante do acordo entre a Prefeitura e o Lar da Caridade sobre a referida entidade, resolveu-se que o nome Escola Municipal Monteiro Lobato permaneceria com a prefeitura, sendo esta, ainda hoje, uma escola do meio rural. Quanto à escola do Lar da Caridade, voltou como Classes Anexas da Escola Dr. José Ferreira, porém, com alguns professores da Rede Municipal.

Nessa escola havia, então, dois grupos de profissionais: os da Prefeitura e os do Colégio, as duas instituições se organizavam na parte de pagamento aos seus funcionários. A manutenção das Classes Anexas de 1º Grau, no Lar da Caridade, representou, conforme Bueno (2002, p. 43) “[...] o maior trabalho de inclusão e promoção humana dentro da assistência social e educacional uberabense.”

A certeza da escolarização proporcionava aos pacientes e seus familiares a confiança na possibilidade de trilhar caminhos de sucesso pessoal e profissional. Aquele era o momento oportuno para provar que a doença não era um fator determinante para o insucesso, isso dependia do que cada ser trazia na sua concepção de homem e mundo.

Em 23 de junho de 1985, a escola foi entregue aos cuidados totais da Sra. Aparecida Conceição Ferreira pela direção da Escola da Comunidade Dr. José Ferreira. No mesmo ano, a fundadora procurou a Prefeitura Municipal de Uberaba, onde foi recebida pelo Prefeito Wagner do Nascimento e pelo Secretário da Educação, Professor José Tomás da Silva Sobrinho. A Sra. Aparecida solicitou-lhes que assumissem a Escola, na tentativa de evitar seu fechamento, pois essa unidade tinha número de alunos considerável para ser declarada como escola, e o Lar da Caridade não tinha condições financeiras para custeá-la.

Conforme informações encontradas na Pasta de Legislação da EMABEM, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Uberaba, no dia 23 de setembro de 1985, com base na Lei Municipal n. 3.667¹⁴, que autoriza a criação e denominação de Escola Municipal e dá outras providências, é sancionada a lei pelo: Art. 1º – “[...] fica o Prefeito Municipal de Uberaba autorizado a criar, neste município, a ‘Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes’, de 1ª a 8ª série, com sede própria na Rua Patos, 249, Bairro Abadia, nesta cidade de Uberaba-MG¹⁵.”

Conforme consta na documentação da EMABEM, por meio da Lei Municipal n. 3.667, o Prefeito Wagner do Nascimento fez um pedido formal para que se procedesse a transferência da escola para o Município. Em 18 de janeiro de 1986, pelo parecer de nº 904, esta unidade escolar foi transferida sem contestação para a Prefeitura Municipal da cidade, em concordância a Portaria n. 1.608/86, na condição de escola de 1º grau.

¹⁴ Ver Anexo C.

¹⁵ Ver Anexo D.

Assim, o Prefeito comunicou a todas as autoridades (Secretário da Administração, Secretária da Agricultura, Secretária da Assistência Social, Secretário de Educação e Cultura, Secretário da Fazenda, Secretário de Assuntos e Negócios Jurídicos, Secretário de Governo, Secretário da Indústria e do Comércio, Secretário de Obras e Serviços Urbanos, Secretário da Saúde e Secretário de Turismo e Esporte), e a quem o conhecimento e a execução desta Lei pertencer, que a cumprissem com todo rigor e a publicou no Jornal Lavoura e Comércio de Minas Gerais, no dia 29 de setembro de 1986.

A legalização desse estabelecimento escolar trouxe estabilidade de emprego e salário para o corpo docente, que passou a pertencer à rede municipal. Como consta na Declaração¹⁶ assinada pelo Prefeito Wagner do Nascimento, datada de 09 de outubro de 1985 e enviada à escola, ficou declarado que:

Os professores de 1ª a 4ª série da zona urbana receberiam salário mensal [...]. Os professores de 5ª a 8ª série receberiam por hora/aula [...]. O dispositivo legal que fez essa autorização foi a Lei nº 6. 708/79, que dispõe sobre correção automática de salários, de acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT (NASCIMENTO, 1985, p. 1).

Embora a escola tenha sido cedida ao município e o corpo docente remunerado mensalmente por esse órgão, o trabalho voluntário ainda continuou por meio da parceria com sua criadora Lar da Caridade e pessoas da comunidade que acompanharam esse processo de transformação.

É importante ressaltar que esta escola funciona em prédios do Lar e que o atendimento escolar ainda hoje é prioridade dos pacientes de pênfigo, seus familiares e crianças e adolescentes nela abrigados.

Ao longo do percurso histórico surgiram algumas inquietações que, em forma de questionamento, instigaram a reflexão acerca dos direitos civis, sociais e da responsabilidade do Estado frente a essas questões, a saber: qual seria a perspectiva dos representantes do Ministério da Educação e Cultura ao autorizar o funcionamento de uma escola dentro das instalações de um hospital, se nesse período, já existia um número considerável de escolas no município? Será que era “conveniente” criar novo espaço, quando não se podia ou estava difícil incluir os julgados deferentes?

¹⁶ Documento consta na Pasta de Legislação da Escola Municipal Adolfo Bezerra De Menezes (EMABEM). Secretaria de Educação de Uberaba-MG.

Esse último questionamento nos remete à época em que o ensino regular veio se expandir no Brasil através de entidades particulares às quais só tinham acesso os filhos de famílias abastadas. Os demais, que integravam a população carente, frequentavam as escolas públicas, que muitas vezes deixou de existir por falta de condições favoráveis ao seu funcionamento.

O início da educação escolar para os doentes de pênfigo possibilitou a muitas crianças do abrigo da própria instituição Lar da Caridade e famílias da comunidade, isto é, pessoas residentes no bairro, terem acesso a uma assistência educacional que, ao longo do seu processo, persevera na luta em busca da qualidade e autonomia do ensino pedagógico e ações sociais desenvolvidas pela escola.

Embora a EMABEM esteja numa localização tida como periférica, é considerada uma escola polo e serve de referência para outras instituições de diversas áreas em Uberaba, como escolas da rede pública e particular, Universidades, Faculdades e Instituições e Centros de assistência social e saúde.

Conforme a filosofia da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, a escola Bezerra de Menezes busca consolidar-se enquanto ambiente de aprendizagem e formação humana cidadã, proporcionando a emancipação da pessoa e uma consciência crítica da realidade.

Hoje, a EMABEM funciona em prédio cedido pelo Lar da Caridade à Prefeitura¹⁷, comportando a seguinte situação física: 01 sala de direção, 01 sala de vice-direção e serviço social, 02 salas – SSP/SOE, 01 sala de secretaria, 01 banheiro para os funcionários administrativos, 02 salas de professores, 01 sala de reprografia, 02 banheiros para professores, 16 salas de aula, 01 biblioteca, 02 cozinhas, 10 banheiros (femininos e masculinos), 01 banheiro para serventes, 02 despensas para alimentação, 01 depósito para material de limpeza, 01 almoxarifado, 01 cantina, 01 quadra descoberta, 01 parquinho, 02 pátios para recreação, 02 salas de informática – Positivo e Informática e 01 sala de AEE.

Conforme consta no Projeto Pedagógico 2009-2012¹⁸, a escola funciona em três turnos, atendendo 985 alunos distribuídos em 38 turmas de CIEM, Educação Infantil de 04 a 05 anos, Ensino Fundamental no ciclo inicial de alfabetização e no ciclo que

¹⁷ Situação de “Comodato” por tempo determinado de cinco anos. Após cinco anos, a “parceria” será revisada.

¹⁸ Conforme consta no Projeto Pedagógico (2009-2012) da EMABEM, o Serviço Social entra como Projeto do Programa “Permanência na Escola” (EMABEM, 2009).

contempla da 5ª à 8ª série e Educação de Jovens e Adultos nos 1º e 2º segmentos. Duas dessas turmas funcionam na UAI e uma na Casa do Menor Coração de Maria, em salas anexas, atendendo jovens e adultos que não concluíram seus estudos regularmente ou que não foram introduzidos ao ensino regular.

Seguindo o PP, a EMABEM, possui Classes Anexas (8 a 10 anos)¹⁹ e turmas em entidades conveniadas, a saber: Creche Espírita Melo de Jesus (1 turma de 4 anos), Creche A Pequena Casa de Maria (2 turmas, sendo uma de 4 e uma de 5 anos), Creche Comunitária Nossa Senhora do Desterro (2 turmas, sendo uma de 4 e uma de 5 anos), Casa do Menor Coração de Maria (3 turmas, sendo uma de 3, uma de 4 e uma de 5 anos) e Lar Fabiano de Cristo (4 turmas de 3 a 6 anos).

Assim, a Unidade Bezerra de Menezes disponibiliza de um quadro de pessoal completo, assim especificado: 01 diretor, 01 vice-diretor, 02 supervisoras, 01 orientadora, 01 coordenadora do CIEM, 24 professores P1, 18 professores P2, 01 secretária escolar, 03 auxiliares de secretaria, 01 auxiliar de biblioteca, 07 serventes, 04 inspetores de alunos, 01 professor de canto/coral e 02 professoras do AEE e 02 assistentes sociais.

Hoje, a escola Bezerra de Menezes caminha convicta numa gestão escolar participativa, com a responsabilidade de viabilizar um ensino de qualidade que visa a formação crítica dos educandos e, conseqüentemente, cidadãos autônomos.

3.2.2 Da parceria à inserção do assistente social na EMABEM – apresentação e análise dos dados

Como relatado, a escola atende um número elevado de alunos. Essa demanda é crescente desde a década em que foi criada (1959) até os dias atuais.

Segundo Quintão (2005b, p. 2) “[...] a escola é uma porta de entrada comunitária.” A história da EMABEM vem comprovar essa afirmação. A concretização da escola foi para atender os pacientes de pênfigo, em que a maioria eram adultos e pais de crianças e adolescentes. A partir do momento em que estendeu seu atendimento a outras crianças, sendo essas de rua e de bairros próximos, excluídas de outras escolas ou encaminhadas pelo juizado da infância da época, inseriu também a sua assistência educacional à família e à comunidade.

¹⁹ Ver Anexo H. O prédio pertence ao Lar da Caridade.

Como exposto anteriormente, a década de 1960 é marcada por grandes transformações no setor econômico, político e social brasileiro. O crescimento econômico, por um lado, trouxe grandes benefícios a uma pequena camada da classe média, por outro acarretou o rebaixamento salarial da maioria dos trabalhadores, afetando suas famílias. Tal situação obrigou essas famílias a recorrerem a formas de:

[...] aumentar o número de seus integrantes no mercado de trabalho, levando esposas e filhas a desempenharem atividades profissionais, como meio de ampliar a renda familiar e assegurar a manutenção do nível de consumo doméstico (ROMANELLI, 1995, p. 448).

Decorrente desse processo, aconteceram mudanças nas formas de sociabilidade, o que caracterizou a emergência de novos modos de relacionamento familiar, interpessoal e afetivo, além do surgimento de modelos culturais vindos dessas relações. Romanelli (1995) mostra que a partir de então as famílias introduzem alterações significativas nas relações domésticas e conjugal. Essas relações começam a ser redefinidas, suas estruturas e suas funções são modificadas e a “[...] experiência dos pais para cuidar dos filhos vai ficando desatualizada” (PORRECA, 2007, p. 63), inclusive o despertar da consciência para o que está ao seu redor, incluindo os direitos e deveres como pai e filho.

Dadas as transformações no mundo do trabalho e na forma estrutural da família, é prudente pensarmos na escola como receptora das consequências de tais mudanças, que podem repercutir de forma positiva ou não na relação escola e aluno, escola e família, podendo, também, influenciar no ensino da escola e na aprendizagem dos educandos, uma vez que a escola, segundo Szymanski (2003, p. 62) “[...] tem uma especificidade – a obrigação de ensinar (bem) conteúdos específicos de áreas do saber, escolhidos como sendo fundamentais para a instrução de novas gerações.” Mas nem sempre acontece da forma que deveria ser pela forte presença das expressões da questão social.

Entretanto, isso não significa que a escola não possa criar um ambiente de aconchego para os educandos, ajudando-os a caminhar para fora de um ambiente opressor e criando uma rede de relações saudáveis com a família, possibilitando a vivência digna, estável e amorosa entre seus membros.

Essa é uma tarefa árdua para ficar restrita somente aos setores de educação, o que nos leva a refletir sobre a situação e, perceber a importância da colaboração

dos Serviços de Saúde e de Assistência Social, dentre outros, que prezam o pleno desenvolvimento da população e, em especial, dos sujeitos da escola pública. É uma oportunidade de fazermos valer o que é constituído por lei federal e reforçado no Estatuto da Criança e do Adolescente quando preconiza o direito de acesso e permanência na educação escolar (BRASIL, 2002).

O número expressivo de educandos na escola, os quais, na sua particularidade, trazem uma história de vida diversificada e fragilizada por várias razões, como a pobreza, a miséria, a nova configuração familiar, a violência, o abandono, a rejeição, os preconceitos, os vícios, exige uma equipe de profissionais especializados nas áreas de assistência social, psicologia, neurologia, fonoaudiologia, entre outras, conforme a demanda da instituição de ensino.

É importante que os profissionais que atuam na educação tenham clareza de que o processo educacional não está alheio aos problemas da sociedade, pois ele também se constitui em um espaço de realização dos problemas sociais.

No atual contexto do Brasil, conforme informações do Conselho Federal de Serviço Social (BRESSAN, 2001, p. 11):

O sistema de ensino, além de se mostrar “insuficiente” no que se refere à quantidade de vagas para o atendimento dos alunos, apresenta um grande desafio para melhoria de sua qualidade. As estatísticas tem demonstrado, que em algumas regiões do país 60% dos alunos que iniciam seus estudos não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental, ou seja, não concluem a segunda etapa da Educação Básica”.

Embora “[...] o baixo rendimento, a falta de interesse pela aprendizagem, a evasão escolar, dentre outros” (BRESSAN, 2001, p. 12), sejam apontados em pesquisas como pontos de dificuldade dos alunos por decorrência do que a escola oferece ou não, isto não significa que a escola é exclusivamente responsável pelo baixo índice da aprendizagem do aluno. É importante entendermos que tais indicadores, também estão ligados a outras formas de expressão da questão social vivenciada pelo educando e sua família.

Segundo Quintão (2005b, p. 2), “[...] a escola recebe e expressa as contradições da sociedade.” Essa afirmação ilustra bem a realidade apresentada pela Escola M. A. B. de Menezes. A coordenação da escola chegou a essa conclusão depois da realização de encontros mensais e estudos (FOCS), realizados pela própria instituição de ensino, quando eram debatidas as possíveis razões do insucesso do educando e da escola como um todo.

Relembrando, a EMABEM nasceu para atender as necessidades educacionais e sociais de uma parcela da população privada de usufruir do direito de ser educada formalmente e de conviver também socialmente. É esse princípio que motiva a escola a querer sempre buscar alternativas para os problemas existentes.

Nessa caminhada, num dia comum de funcionamento da escola, ela se deparou com uma situação que aos olhos dos profissionais (pedagogo, diretor, professores), não tinha solução. Tratava-se de um educando com frequência irregular no diário escolar. A equipe dirigente solicitou a ajuda do Serviço Social do Lar da Caridade, que propôs outras formas de intervenção para o caso. A situação reforça o que preconiza o art. 4º da Lei n. 16.683/07, quando diz que “[...] as ações de acompanhamento, típicas de profissões regulamentadas, deverão ser exercidas por profissionais legalmente habilitados” (MINAS GERAIS, 2007, p. 13).

A princípio, a escola, reconhecendo a importância do profissional, insistiu que a assistente social realizasse uma visita à casa da família. Mas essa estratégia foi questionada pela profissional, pois se a EMABEM sofria as consequências da falta de participação familiar na vida escolar de seu filho, uma visita sem planejamento pioraria o quadro, isto é, ao invés de aproximá-la da escola, poderia afastá-la ainda mais.

Diante disso, a profissional de Serviço Social propôs algo que a equipe dirigente alegou ter feito, porém sem sucesso – o contato por telefone. A assistente social o fez e conseguiu agendar um horário em que a família pudesse comparecer à escola. Esse agendamento possibilitou a aproximação da família da criança com a escola e permitiu que a equipe escolar compreendesse a dinâmica daquele núcleo familiar.

Após ter sido esclarecida a problemática vivenciada pela família, foram tomadas as devidas providências de encaminhamento e acompanhamento regular pela assistência social, pela escola e pelos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

Neste contexto, a EMABEM passou a solicitar a presença das profissionais do Serviço Social ao Lar da Caridade. Assim, em diferentes períodos, duas profissionais assistentes sociais prestaram um trabalho voluntário, a curto prazo, à unidade de ensino. A partir desses contatos, houve a necessidade de inserir sistematicamente o Serviço Social na referida escola. A parceria entre o Lar da Caridade e a EMABEM, em 19/08/2006, possibilitou a admissão de um assistente

social na equipe dirigente. Sendo mais adiante, contratado mais um profissional e cedido a escola²⁰. No momento da reunião inicial somente com a Sra. diretora, foi apresentado um projeto similar a um Plano de Trabalho com as atribuições do assistente social na escola, bem como, a 1ª cartilha do Deputado André Quintão que fala da Lei n. 16.683/07.

Para início do trabalho, na reunião Escola de Pais, a assistente social fez uma apresentação sobre a Lei n. 16.683/07, que prevê o serviço social na escola e o trabalho do assistente social nesse espaço com os alunos e respectivas famílias. Em outro momento, agora direcionado para os professores e demais profissionais, isto é, na reunião da Formação de Continuada em Serviço (FCS), o projeto foi apresentado juntamente com o material do assistente social André Quintão, ambos disponibilizados aos profissionais para apreciação. O relato de uma das participantes da pesquisa, confirma a fala acima.

Soubemos da lei em 2006, pela instituição parceira da EMABEM, Lar da Caridade, onde sua presidente e assistente social trouxeram a Lei para estudo e análise pela gestão escolar (Aparecida – categoria equipe dirigente).²¹

A pesquisa sobre a ação do assistente social na escola se baseou em observações realizadas durante três semanas com o objetivo de conhecer e compreender o contexto escolar e as relações existentes entre professor e aluno, família e escola, professor e família, e escola e alunos. Foram observados, também, outros profissionais que trabalham na EMABEM, como os do setor administrativo, zeladoria, inspeção e alimentação.

Como se tratava de um contato “novo” para EMABEM, não existia nenhum documento que comprovasse o trabalho desenvolvido anteriormente, e menos ainda um instrumental que pudesse respaldar o trabalho. Assim, a assistente social, em busca de um instrumental próprio, fez pesquisas pela internet, realizou visitas a instituições de Assistência Social e estabeleceu contatos por telefone com unidades

²⁰ Este outro profissional assistente social, entrou em 2009, para substituir a profissional antiga que se ausentava para dedicar-se a Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social da UNESP de Franca/SP. Ressalta-se que inicialmente, a proposta era diferente da que já existia, pois a nova profissional atuaria em Projetos Sociais desenvolvido pelo Lar da Caridade em parceria com a EMABEM.

²¹ Como parte desta pesquisa, foram realizadas uma série de entrevistas com pessoas relacionadas à EMABEM. A partir desse ponto, todos os relatos transcritos estarão indicados pelo nome fictício e pela categoria. Todas as transcrições mantiveram fidelidade com a variação da fala dos sujeitos (sic). No item 3.3.2 serão apresentados detalhadamente os métodos utilizados bem como explicados os critérios de seleção de sujeitos.

que tinham o assistente social. A finalidade era conhecer o instrumental utilizado por esse profissional, e assim, poder elaborar o da EMABEM, específico para sua realidade. Nas palavras de Demo (1997, p. 39), “[...] quem pesquisa é capaz de produzir instrumentos e procedimentos de comunicação.”

Em cada instituição pesquisada identificou-se uma realidade diferente, o que não contribuiu para a elaboração do instrumental de trabalho do assistente social como: formulários de entrevista, de visita domiciliar, de declaração, de encaminhamento, de relatório, de acompanhamento de frequência, de visita em instituições parceiras e em eventos, de comunicação, de convocação, termos de compromisso, termo de desligamento em projetos sociais, dentre outros. O material que hoje existe na EMABEM foi produzido em conformidade aos atendimentos demandados ao Setor de Serviço Social e assim aprimorados e multiplicados pela assistente social.

Este material possibilita ao Setor social realizar encaminhamentos diversificados, elaborar relatórios, convocar ou comunicar algo a ser desenvolvido pela escola/serviço social, realizar entrevista com estagiários do Serviço Social, diagnosticar situação socioeconômica da família, solicitar autorizações, firmar termo de compromisso ou de desistência, acompanhar a frequência dos educandos, buscar parcerias com instituições variadas, consultar os serviços disponíveis na rede pública ou particular e acompanhar regularmente as atividades desenvolvidas.

A elaboração do material, atualizado sempre que necessário, foi uma forma de sistematizar o trabalho social, enfatizando a importância da prática do assistente social com respaldo documental que poderá validar as atividades realizadas pelo profissional na escola.

No Plano de Trabalho do Serviço Social da EMABEM, está incluído um item que direciona a elaboração de propostas interventivas visando a emancipação do público atendido.

Os artigos 2º e 3º do Projeto de Lei n. 1.297/03, que preveem o Serviço Social na rede pública do Estado de Minas Gerais, tem por finalidade precípua contribuir para a permanência do aluno na escola, a garantia da quantidade dos serviços prestados no Sistema Educacional, o fortalecimento da gestão democrática e participação da escola e a integração entre as comunidades escolares, visando o atendimento de sua necessidade específica (QUINTÃO, 2005c, p. 12- 13).

Nessa perspectiva, o trabalho cotidiano do Serviço Social na EMABEM caracteriza-se pelas intervenções demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 5 - Atribuições do assistente social na EMABEM

01	Acompanhamento das famílias através de orientações, encaminhamentos, visitas domiciliares e mini grupos;
02	Acompanhar os alunos nos projetos externos e internos através do levantamento de frequência;
03	Prevenir a evasão escolar através do levantamento de frequência diário e contato com sua residência;
04	Participação de reuniões mensais “escola de pais e conselho escolar”;
05	Participação nas reuniões dos pré-conselhos e conselho geral;
06	Elaborar relatórios comunicando a seguinte Rede de Proteção Social: Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, Liberdade Assistida, informações pertinentes dos alunos e famílias atendidos pela EMABEM;
07	Proporcionar atendimento individual aos familiares, contribuindo para percepção da dinâmica familiar, e assim realizar a escuta, orientação e encaminhar para programas que possam atender a necessidade apresentada;
08	Atuar junto à equipe pedagógica, contribuir na discussão de casos, estudos, parecer social e providências;
09	Realizar contato com serviços que atendam os interesses e necessidades dos alunos e seus respectivos familiares, quando necessário: assistência social, educação, saúde, habitação e profissionalização;
10	Representar e participar de reuniões externas condizentes com as redes de assistência social;
11	Realizar encontro de mini grupo de alunos e pais. O grupo tem como objetivo principal, proporcionar o protagonismo familiar, sendo um espaço de aprendizagem e de trocas de experiências que tem como perspectivas contribuir para o fortalecimento da participação efetiva com o espaço escola;
12	Acompanhar e supervisionar estagiários do Serviço Social no desenvolvimento das atividades e contribuir com a formação profissional.
13	Buscar aprimorar a formação por meio do conhecimento teórico e prático necessários à execução dos trabalhos realizados.

Fonte: Dados retirados do Plano de Trabalho do Serviço Social da EMABEM (2011). Material elaborado pelas próprias assistentes sociais da escola.

A escola é repleta de desafios e provações que requerem uma intervenção estratégica e coletiva de todos os profissionais envolvidos com a rotina escolar. Segundo Faleiros (2010, p.124), “A intervenção não se realiza de forma isolada, mas num contexto coletivo. Transformar o reconhecimento em ‘coletivos’ é fundamental.” Neste contexto, o assistente social pode atuar nas relações sociais entre a escola, a família e a comunidade, contribuir com um ensino de qualidade e garantir parceiros capazes de inverter a situação apresentada no cotidiano escolar. “O fazer profissional tem na prática seu espaço privilegiado, onde o indivíduo busca na teoria conhecimentos sistematizados que lhe permitem atribuir sentido a este fazer e a seus objetivos” (NICOLAU, 2004, p. 95).

É nessa perspectiva de buscar melhorar a prática por meio do espaço intelectual que o assistente social estará bem preparado para inserir-se nas instituições e trabalhar conforme o que lhe é demandado.

A pesquisa significa investigar sistematicamente uma situação problemática em uma dada comunidade ou em uma organização, propondo-se aos membros de um grupo participar ativamente da definição do problema a ser investigado (CHIZZOTTI, 2008. p. 93).

Ressalta-se que, para dar sequência ao trabalho do Serviço Social na EMABEM no ano de 2007, utilizou-se como procedimento um estudo de campo envolvendo 250 famílias, cujo objetivo era traçar o perfil socioeconômico e conhecer os diversos aspectos da realidade que a cerca. Em seguida, realizou-se outra pesquisa envolvendo 77 alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental. A finalidade foi traçar a perspectiva de vida dentro do contexto em que esses educandos estavam inseridos.

O estudo foi um procedimento utilizado para conhecer o contexto social do público e assim, dentro das possibilidades de trabalho do assistente social, buscar práticas interventivas que atendam as necessidades e contemplem a emancipação do público atendido. Porque “[...] quem produz a prática são os sujeitos sociais dela participantes como agentes institucionais e usuários.” (MARTINELLI, 2001, p. 149).

Nessa perspectiva, observou-se que dos 77 estudantes, 25 deles não tinham motivação para os estudos e perspectivas de vida profissional. Pode-se dizer que essa questão está ligada ao meio em que a criança está inserida, isto é, ela passa a

ser movida pelo exemplo que tem em casa, que na maioria das vezes não é um ambiente motivador e alfabetizador.²² O parágrafo que segue, ilustra o relato anterior.

Durante as visitas domiciliares, constatou-se que muitas casas não tinham infraestrutura. O espaço físico normalmente é pequeno e estreito para comportar uma família numerosa. Uma casa de três cômodos que abriga uma família com 10 integrantes dificilmente oferece uma mesa para realizar as atividades escolares. Uma das questões encaminhadas ao Serviço Social pelas professoras do 2º, 3º e 4º ano do ensino fundamental foi o fato de alguns alunos não apresentarem o material escolar ou as tarefas de casa, e quando apresentados, estarem completamente sujos ou rasgados. Com as visitas verificamos que essas crianças realizavam suas atividades escolares no chão ou em cima do colchão posicionado no chão da casa.

Após o relato das professoras sobre o ambiente em que os educandos vivem, as profissionais se organizaram em dispor de um 2º material para a criança, que seria usado por ela somente na escola. Naquela época, essa foi uma das opções mais viáveis, e que muito contribuiu para aumentar a autoestima da criança, motivando-a na aprendizagem.

Ressalta-se que em determinados momentos, houve resistência de alguns professores que não entendiam muito a função do o assistente social, e menos ainda o que ele trazia de informação sobre o contexto social dos educandos. Esses professores se referiam à assistente social, como “bajuladora, protetora e puxa-saco” dos educandos e seus familiares.

No entanto, entende-se a resistência de alguns profissionais não somente da Educação, como também, de outras áreas. Ressalta-se a presença do Serviço Social na escola foi para atender a solicitação dos próprios educadores que desconheciam as condições de vida das crianças e adolescentes. Assim, se “perdiam” em seus questionamentos sobre a realidade vivenciada pelos ou alunos em suas casas.

Nesse contexto, a assistente social passou a dar apoio por meio do acolhimento e escuta aos professores dispostos a conhecer o contexto social em

²² Ambiente motivador, nesse contexto, refere-se a um local com pelo menos um suporte adequado para a criança apoiar o seu caderno/livro para realizar as tarefas escolares, um local que possa guardá-los para protegê-los da barreira que envolve sua casa.

que os alunos vivem. Para tal trabalho, buscou-se parceria com uma profissional da área de saúde, que atualmente desenvolve projetos de extensão universitária na escola. Buscou-se também, participar assiduamente da FOCS, encontro quinzenal para os profissionais da EMABEM. Através deste, foi possível interagir com os professores e situá-los das questões vulneráveis que envolvem a vida dos alunos. Hoje, os educadores se propõem contribuir na potencialização dos com o educando, para que tenham condições de superar e melhorar suas vidas.

A mesma pesquisa ainda mostrou que das 250 famílias, 25 vivem em condição desfavorável, em habitação precária; 5 pessoas são analfabetas devido à falta de acesso à educação escolarizada, por serem oriundos do meio rural; 55 pessoas interromperam os estudos na adolescência para trabalhar e ajudar a família. Uma grande parte dessas famílias enfrenta dificuldades de acesso a determinada unidade de serviço seja educacional, de assistência social ou de saúde. Quanto à organização familiar, 30 são formadas pela categoria monoparental, sendo essas famílias numerosas, compostas por mais crianças em idade escolar do que adultos e que não demonstram interesse em proporcionar um ambiente motivador.

Diante dos resultados apresentados pelos estudos, a assistente social, junto à escola, buscou parceria com serviços da rede pública e particular: saúde (PAIF, CRIA e Lar da Caridade), educação (Lar da Caridade e Colégios parceiros), assistência social (Lar da Caridade, CRAS, CREAS e SEDS) habitação (Lar da Caridade e Cohagra), conselho tutelar, juizado da infância e da juventude, para que, em conjunto, pudessem solucionar os diversos problemas identificados. A busca se deu por entender que nenhuma prática “[...] é um bloco monolítico, impenetrável, pois sempre há caminhos críticos, via de separação a ser trilhada, porém a verdade é que só são encontrados por quem os procura pacientemente, por quem os constrói corajosamente.” (MARTINELLI, 2001, p. 149).

Por essa questão, o Serviço Social da EMABEM busca romper barreiras impostas ao profissional quando tenta articular sua prática a outras instituições, por entender que a consolidação de um bom trabalho está na junção dos diferentes saberes.

Diante da aderência que a escola teve com esse estudo, no ano de 2008 foi realizado outro estudo, porém apenas com os educandos. Quanto às séries, permaneceram do 6º ao 9º ano, contabilizando 117 educandos no total. Os

resultados mostram que os entrevistados estão mais envolvidos com a escola, aceitam melhor realizar atividades/cursos extraescolares e sentem-se motivados em buscar por um curso superior.

Os assistentes sociais devem ter consciência da importante missão que a família e a escola têm no processo educacional e social do aluno. Por essa questão, deve-se investir neles, deve-se conhecê-los e assim, viabilizar e oportunizar meios que permitam a interação deles realidades diversas as quais contribuirão para o crescimento pessoal, interpessoal e intelectual. “A escola e a família preparam os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social.” (SZYMANSKI, 2003, p. 61).

A família e a escola desempenham importante papel também na formação do educando como futuro cidadão. Cidadania, segundo Garcia (2007, p. 93), “[...] trata-se do exercício de ações coletivas, de participação no espaço público, na conquista da autonomia e da emancipação do sujeito.”, consolidada em formas e critérios de participação no todo social.

Hoje, além das atividades relatadas no quadro anterior sobre o trabalho realizado pelo Serviço Social da escola, estão também em evidência alguns projetos que o assistente social está à frente, isto é, acompanha ou coordena. Estes projetos envolvem a área da assistência social, da saúde e da educação. Eles apresentam um número expressivo de educandos e pais/responsáveis participantes. Hoje, os projetos contam com 367 crianças e adolescente e 60 famílias que recebem atendimentos especializados e constantes em projetos parceiros e projetos enviados à escola pela Secretaria de Educação e Cultura²³:

²³ Projeto CIEM e Com-Vivência conta com 147 crianças; Projeto Vó Cida conta com 65 crianças; Projeto Jovem Músico conta com 15 adolescentes; Projeto TIM conta com 80 crianças e adolescentes; Projeto Entrelaços conta com aproximadamente 70 pais; Projeto Encantos Dominicanos, Inclusão Digital ou Música para todos, indefinido, e Projeto Porto Seguro conta com 60 crianças.

Quadro 6 - Projetos efetivos da EMABEM

	Instituição o parceira	Projetos	Modalidade de atendimento	
01	Secretaria de Educação e Cultura de Uberaba	Centro Integrado de Ensino Municipal CIEM	Crianças de 4 a 11 anos.	O Projeto tem como finalidade atender as crianças em tempo integral, priorizando a pedagogia de projetos em sua operacionalização. Os alunos atendidos frequentam a escola regular e, no período extraturno, permanecem nas atividades do projeto.
02	Secretaria de Educação e Cultura e Fundação Cultural de Uberaba	Projeto Tim	Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos.	A Empresa TIM desenvolve projetos em 17 cidades do Estado de Minas Gerais, sendo uma das contempladas o Município de Uberaba. O projeto está inserido em duas escolas do Município - Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes e Escola Municipal Professora Geni Chaves. O Projeto TIM tem o intuito de oportunizar às crianças e jovens que vivem em situação de risco social e pessoal, o acesso à cultura por meio das oficinas desenvolvidas. Na EMABEM, as atividades oferecidas são: dança, musicalização e teatro.
03	Secretaria de Educação e Cultura de Uberaba e Fundação Cultural	Projeto Jovem-Músico	Crianças e adolescentes de 09 a 16 anos	O Projeto tem por objetivo promover a cultura da “Arte Musical” desenvolvendo habilidades e competências com alunos da Rede Pública de Ensino de Uberaba, possibilitando a descoberta dos talentos, a melhoria da aprendizagem e a inclusão sociocultural, por meio das seguintes modalidades: canto coral, fanfarra, banda, aulas de teoria e instrumento.
04	Secretaria de Educação e Cultura de Uberaba	Projeto Entrelaços	Pais e ou responsáveis	Tem como objetivo proporcionar autonomia, conhecimento e possibilidades de práticas que beneficiem a vida familiar e em comunidade, indo ao encontro de um projeto de vida. O projeto visa também fortalecer e estreitar as relações entre escola e família.
05	Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba	Projeto Centro Social Encantos Dominicanos	Adolescente de 16 e 21 anos	O Colégio Nossa Senhora das Dores desenvolve o “Projeto Centro Social Encantos Dominicanos” – Curso Gestor Jr, que tem como objetivo trabalhar a capacitação para o mercado de trabalho e é destinado a jovens que estejam matriculados e frequentes na rede pública de ensino.

	Instituição o parceira	Projetos	Modalidade de atendimento	
06	Colégio Cenecista Dr. José Ferreira de Uberaba	Projetos Inclusão Digital (Informática) e Música para todos.	Crianças e adolescente de 9 a 15 anos	O Colégio Cenecista Dr. José Ferreira desenvolve os projetos Inclusão Digital (Informática) e Música para todos. O objetivo é trabalhar a educação musical e digital para desenvolver habilidades socioeducativas e intelectuais, o resgate de valores culturais, que possibilitem a redução das diferenças e contribuam com a inclusão social de crianças e adolescentes da comunidade de Uberaba. A criança ou adolescente deve estar matriculado e frequente na rede pública de ensino.
07	Lar da Caridade – Hospital do Pênfigo de Uberaba	Projeto de Educação Infantil - Aparecida Conceição Ferreira “Vó Cida”.	Crianças de 0 a 3 anos	O Projeto visa a ação do cuidar e educar por meio da prática educativa que se preocupa com formação plena do cidadão, priorizando a ética, a moral os valores humanos e religioso.
08	Lar da Caridade – Hospital do Pênfigo de Uberaba	Projeto Com-Vivência	Crianças de 4 a 11 anos	O projeto visa atender crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, com privação de vida saudável e em alguns casos, privados do direito ao convívio familiar. O projeto tem como objetivo oferecer atendimento a essas crianças por meio do apoio socioeducativo em meio aberto, onde poderão desfrutar de ações educativas direcionadas como oficinas de letramento, arte, orientação escolar, atividades esportivas, lúdicas e recreativas.
09	Universidade Federal do Triângulo Mineiro de Uberaba (UFTM)	Projeto Porto Seguro: Recortando e colorindo nossas ideias.	Crianças e adolescentes de 6 a 12 anos.	Tem como objetivo resgatar autonomia dos alunos que vivenciam situações de conflito familiar. Os alunos e famílias recebem atendimento em grupos ou individualmente.

Fonte: Este quadro foi elaborado a partir de dados disponíveis no EMABEM (2009); Colégio Nossa Senhora das Dores (online); Colégio Cenecista Dr. José Ferreira (online); Lar da Caridade (2009b; 2009c).

O que se propõe nesses projetos é o resgate da autoestima e a valorização das crianças e dos jovens, na sociedade. É por meio desse último que a criança encontrará renovação pela motivação, porque a “[...] família funciona como um sistema de interação, sendo constituída por elementos ligados entre si, de forma que

uma mudança em um elemento será seguida por uma nova mudança nos outros elementos” (SZYMANSKI, 2003, p. 16).

É nessa perspectiva, de sensibilizar e de disseminar as possíveis intervenções na realidade social da escola, que o assistente social caminha, buscando sempre o que já existe na rede do município e nas instituições particulares. Isto é, o profissional deve evitar agir de forma isolada, procurando intervir conjuntamente com outros órgãos e profissionais de outras áreas, pois “[...] a interação do Serviço Social com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo” (ON, 2001, p. 157).

Embora a equipe da escola seja identificada como multiprofissional e o assistente social esteja envolvido por essa caracterização, o trabalho do assistente social é considerado interdisciplinar por propor uma prática que se articula a outras áreas. A articulação com outras áreas tem por finalidade fortalecer parcerias condizentes com a demanda real da escola.

O trabalho em equipe é uma tarefa desafiadora, os profissionais participantes do processo devem desenvolver ações coletivas que serão caracterizadas por caminhos e experiências diferenciadas, mas com o mesmo propósito. Assim, se não existir a coletividade, a troca de conhecimentos, experiências e diálogos, o propósito em desenvolver um trabalho contínuo e com qualidade, será fragilizado.

A participação quando existe de fato, é necessariamente educativa, pois educa e propicia nível cada vez mais elevado de consciência e organicidade que dar-se-ão ações concretas de transformação social, e, dessa maneira, consegue-se influir, direta ou indiretamente, na transformação da realidade (GADOTTI; GUTIERREZ, 2005, p. 27).

Ressalta-se novamente a pertinência do assistente social no campo escolar, pelo seu movimento de integração que possibilita acessibilidade às condições da constituição do direito à educação, à saúde, à habitação e ao lazer. É nessa perspectiva que o Serviço Social na EMABEM procura desenvolver ações de oportunidade aos estudantes, famílias, profissionais e comunidade de acesso à informação, conhecimento e esclarecimento, superando limites que a sociedade impõe sobre suas condições de vida. Dessa forma, podemos afirmar que o

[...] campo educacional torna-se para o Assistente Social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, e instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que se expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nessa passagem de milênio (ALMEIDA, 2000, p. 74).

No que se refere ao trabalho da assistente social junto à equipe dirigente (coordenação pedagógica e direção), em prol dos alunos e suas famílias, temos resultados satisfatórios se comparados com o início do trabalho, que começou com número insatisfatório quanto à participação dos pais e alunos.

O que se considera conquista para a assistente social e escola é a parceira na luta pela formação plena e o sucesso do educando. Esse avanço é possível se, enquanto equipe, existir clareza de que “[...] nossas formações profissionais básicas não devem nos dividir, mas, pelo contrário, nos proporcionar os fundamentos para a construção do saber e do agir em coletividade” (MARTINELLI, 2001, p. 149).

Hoje, a escola conta com a participação de aproximadamente 70 pais nas reuniões escolares, que acontecem uma vez ao mês, e conta com 300 alunos, com idade entre 0 e 16 anos, inseridos em projetos desenvolvidos pela escola e pelo Lar da Caridade que são acompanhados pelas assistentes sociais.

Com as transformações ocorridas no mundo, e em específico na educação, é pertinente que o assistente social busque conhecer as políticas de âmbito educacional e social que privilegiem as relações existentes entre escola, educando e família numa perspectiva de repensar a concepção de homem e de mundo de cada sujeito. A partir de então será possível criar formas de intervenção que lhes possibilitem traçar sua própria identidade, sem “desfazer” dos valores que trazem práticas que visem emancipar não somente quem as disponibiliza como também quem as recebe, porque “[...] emancipar é emancipar-se também” (DEMO, 1997, p. 80).

3.2.3 O desvelar da prática do assistente social: algumas considerações

Relembrando, o tema pesquisado teve como motivadores os seguintes questionamentos: Existem profissionais específicos para promover uma política de assistência social dentro das escolas? Frente às expressões da questão social no

âmbito escolar, como os profissionais “comuns” da escola lidam com a situação? Há profissionais especializados que os auxiliam? E a lei que inscreve a inclusão do assistente social na escola, os profissionais e funcionários têm conhecimento da sua existência?

Para responder a esses questionamentos, é necessário que o pesquisador esteja próximo ao campo onde se situa a problemática para tornar sua pesquisa objetiva e, assim, realizar um estudo sobre a relação das escolas com as questões sociais, ou seja, sobre o tema Serviço Social na Educação escolar.

Para tal, buscou-se ampliar o conhecimento sob a problemática por meio de estudos aprofundados em livros, artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado que tratam do tema, do contato direto com escolas que tem o assistente social, e do estudo do Projeto de Lei n. 1.297/03 e Lei n. 16.683/07, sancionada em 10 de janeiro de 2007, que versa sobre o acompanhamento social nas escolas públicas da rede do Estado de Minas Gerais.

O conhecimento da existência da Lei n. 16.683/07, que prevê a atuação do assistente social na escola, motivou a realização do mapeamento das escolas públicas e particulares do município de Uberaba que possuem, no quadro de profissionais contratados, o assistente social e qual a relevância do trabalho desenvolvido por ele. Através da investigação, obtivemos o seguinte resultado: das 164 unidades de ensino do município de Uberaba, somente 11 escolas tem o assistente social como profissional contratado. Isso quer dizer que 154 escolas do município não contam com o assistente social em sua equipe.

Na rede municipal, das 59 escolas, sendo 24 Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI) de 0 a 3 anos, e 35 escolas de ensino fundamental, apenas 1 unidade de ensino tem o assistente social integrando a equipe escolar. Dessa forma, confirma-se dizer que a Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes é a única escola pública da rede municipal da cidade de Uberaba que conta com o assistente social como membro da equipe escolar.

Este estudo, que inicialmente voltava-se para atender uma questão particular da EMABEM, contribuiu para a reflexão e discussão que se estendeu para o tema da presente pesquisa. Para melhor elucidar, segue a lista com dados quantitativos das escolas em Uberaba e quantas delas têm o assistente social. Essa abordagem, na pesquisa qualitativa, muito contribui na produção de informação, permitindo conhecer e compreender a realidade do tema estudado.

Para Minayo (2010, p. 22) “[...] ambos os tipos de abordagem, e os dados delas advindos, são compatíveis.”, o que se precisa é trabalhar bem a teoria e a prática para produzir informações consistentes, com aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

Quadro 7- Número de Escolas no Município de Uberaba

Ano	Nº de escolas Estaduais	Nº de escolas Municipais	Nº escolas Particulares	Nº de escolas Especiais
2008	40	34	56	7
2009	40	34	62	7
2010	41	34	70	7
2011	42	34	76	7
Total	42 escolas	34 escolas	76 escolas	7 escolas

Fonte: Dados retirados do Plano de Trabalho do Assistente Social da EMABEM (2011). Início do levantamento no ano de 2008, atualizado anualmente. O número de escolas estaduais e particulares aumentou, desta última, consideravelmente; já o número de escolas municipais e especiais não aumentou.

Com a apresentação dos dados, podemos verificar que das quarenta e duas escolas da rede estadual, somente três contam com o profissional de serviço social, sendo um para cada unidade. Entre as trinta e quatro escolas da rede municipal, apenas uma conta com o assistente social como parte da equipe, sendo dois profissionais para a unidade. Entre as setenta e seis escolas particulares, somente quatro contam com o assistente social, sendo, em uma delas, dois profissionais para a unidade e, nas outras três, um por unidade. Entre as sete escolas especiais, somente quatro contam com o assistente social, sendo, em uma delas, dois profissionais para a unidade e, nas outras três, um profissional por unidade.

No próximo quadro está descrita a relação entre as escolas que contam com o assistente social e o período de sua atuação na instituição. É importante destacar que nas escolas identificadas pelos números 1, 4, 5, 7 e 8, o assistente social atua no todo da unidade; já nas escolas 2, 3, 9 e 11, os profissionais atuam em Projetos Sociais e concessão de bolsas. As escolas número 6 nunca teve o assistente social. Já a escola 10, que é dividida por dois setores: a escola regular e o semi-internato. Porém, a unidade disponibiliza o assistente social, mas somente para o semi-internato.

Quadro 8 - Escolas que contam com o profissional assistente social em seu o quadro funcional

Nº	Unidades de Ensino	Profissional de Serviço Social	Situação
01	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	2 Assistentes sociais	Ativos desde 1989
02	Colégio Cenecista Dr. José Ferreira	2 Assistentes sociais	Ativos desde 2007
03	Colégio Nossa Senhora das Dores (CNSD)	1 Assistente social	Ativo desde 2007
04	Escola Ricardo Misson (mantenedora Universidade de Uberaba – Uniube)	1 Assistente Social	Ativo desde 2009
05	Centro de Orientação e Pesquisa em Educação especial (COPEE)	1 Assistente Social	Ativo, porém não datado
06	Escola Estadual Alceu Novais	Não existe	Não existe
07	Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes (EMABEM)	2 Assistentes Sociais	Ativos desde 2006
08	Fundação de Assistência ao Especial de Uberaba (FUNDAESP) - (filiada a APAE)	1 Assistente Social	Ativo desde 1999
09	Instituto de Cegos do Brasil Central (ICBC)	1 Assistente Social	Ativo desde 1997
10	Escola Estadual Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo ao Menor (SUPAM)	Não existe	Não existe
11	Colégio Marista Diocesano	1 Assistente Social	Ativo desde 2002

Fonte: Dados retirados do Plano de Trabalho do Assistente Social da EMABEM (2011). Início do levantamento no ano de 2008, atualizado anualmente.

Embora “[...] a Escola seja como um dos principais equipamentos sociais.” (BRESSAN, 2001, p. 12), identificamos um número pequeno de instituições escolares que apresentam o assistente social inserido na equipe funcional. Em Uberaba, não há uma discussão sobre esse fato no nível municipal. Há, com frequência, debates sobre o tema na esfera acadêmica, desenvolvidos pela UFTM e pela UNIUBE, por meio do contato com discentes estagiários, reunião de superiores de campo e eventos de Serviço Social organizados pela UFTM.

Entendemos que, hoje, as escolas se veem envolvidas por uma série de fenômenos que mesmo não sendo inéditos ao universo da educação escolar, se manifestam de forma intensa e complexa. Almeida (2005, p.4) complementa afirmando que

[...] a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntário; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social.

É importante que o assistente social, ao entrar no espaço da educação, tenha conhecimento dos programas e projetos sociais e educacionais criados pelo governo para, assim, atuar com o objetivo de torná-los acessíveis e efetivos às pessoas que necessitarem do atendimento.

No campo das políticas de assistência social, tem sido reconhecida a trajetória e a presença dos assistentes sociais em diferentes áreas de atuação, como educação, saúde e assistência social para criança, adolescente e idoso. Em particular, na da educação escolar essa autenticação do assistente social se dá pela sua formação técnica.

A confirmação institucional da inclusão do assistente social junto aos profissionais da educação poderá ser um instrumento para a efetivação do profissional nessa área, e assim, direcionar um debate para a esfera dos processos sociais que visam a ampliação e a prática dos direitos sociais dentro da educação e dos direitos educacionais propriamente ditos.

Nessa perspectiva, a inclusão dos profissionais assistentes sociais nas unidades educacionais, em específico nas escolas, hoje, pode significar não somente o desejo da categoria profissional, mas também, “[...] uma necessidade sócio-institucional cada vez mais reconhecida no âmbito do poder legislativo de diferentes estados e municípios” (ALMEIDA, 2000, p. 6).

Frente à necessidade, é visível que a presença do assistente social nas escolas vem ganhado destaque nas discussões institucionais pela sua contribuição direta ou indireta no processo educacional das crianças e jovens da educação escolar. Mas ainda nos deparamos com resistências por parte de algumas entidades que não conseguem visualizar a parceria que se poderia formar. Faremos uma exemplificação do relato acima: trata-se de uma experiência profissional vivenciada pelas assistentes sociais da EMABEM.

Durante a realização da pré-pesquisa, foi feito contato com a Secretaria de Educação de Uberaba, em específico - Departamento de Inspeção Escolar que, foi objetiva na resposta quando questionado se o Departamento tinha o assistente social e se este está inserido nas escolas da rede pública municipal.

Outra experiência que ilustra o exposto aconteceu em uma reunião da Prefeitura de Uberaba em que havia somente professores da rede municipal. A discussão foi sobre as dificuldades encontradas pelos educadores, em sala de aula, as condições de trabalho relatadas como insatisfatórias e o salário que consideram escasso. Deste último comentário, houve também, uma manifestação de insatisfação quanto possível presença do assistente social nas escolas da rede pública de ensino em específico, as unidades municipais.

Os assistentes sociais devem pautar suas ações no Código de Ética da Profissão e cumprir fazer valer os direitos humanos e sociais. Se dentro da escola esses direitos estão sendo lesados, os profissionais comprometidos com o social deveram desenvolver ações em prol da questão.

É preciso que os assistente sociais agem conjuntamente com a escola e traçar medidas de solução para cada questão, de forma a garantir integridade das crianças/adolescentes. O assistente social poderá ampliar sua prática e contribuir com o todo da escola. O que significa que ambas as partes serão beneficiadas, por que o

[...] trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, não se confunde ao dos educadores. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais, não tem se sobreposto a de nenhum outro profissional [...] (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Nessa perspectiva, a categoria de assistentes sociais deverá continuar as discussões, para dar visibilidade ao Serviço Social na educação e mostrar a importância das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais junto aos profissionais da escola e órgãos que possuem vínculos ou representam as unidades educacionais.

É importante que os assistentes sociais incluam na sua prática cotidiana o hábito de pesquisar, já que iremos trabalhar com uma realidade complexa, isto é, diversificada e adversa, temos que conhecê-la com mais intensidade, estabelecer um diálogo aberto, que nos possibilite, mais adiante, propor ações que vão ao encontro do esperado. Nas palavras de Fazenda (2011, p. 13) compartilhamos a ideia de que “[...] a pesquisa não é privilégio de alguns, mas de todos. Porém, mais cativos dela tornam-se os que mais tem sede e fome de conhecer.”

3.3 Caminho Metodológico

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa/estudo de caso, em que foram realizadas pesquisa documental e pesquisa de campo.

O estudo iniciou-se com a pesquisa bibliográfica e documental. Foram feitas leituras de livros publicados sobre a história do município de Uberaba, a história do Serviço Social no Brasil, no estado de Minas Gerais e no município de Uberaba. Além disso, pesquisou-se a legislação envolvida em tais processos históricos. O projeto de lei do Serviço Social na escola de autoria do Deputado André Quintão é um dos documentos-base para este estudo.

A análise documental teve como base livros de atas, relatórios, legislações, projeto do Serviço Social na EMABEM, projeto pedagógico e regimento interno da escola lócus da pesquisa. Conforme Lüdke e André (1986, p. 39), há vantagens em usar a pesquisa documental porque:

Os documentos constituem uma fonte estável e rica, persistindo ao longo do tempo ser consultados novamente, inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos. Constituem também, fontes poderosas de onde podem ser retiradas evidências que

fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação sobre o mesmo contexto.

Como uma técnica exploratória, a análise de documento facilitou o acesso a informações que não conseguimos obter no contato direto com os sujeitos, ou seja, ela aconteceu também em um segundo momento para complementar dados coletados por outras técnicas.

Aliar a pesquisa documental à pesquisa de campo permitiu conhecer e compreender a realidade e as necessidades da EMABEM frente à questão social que envolve o seu cotidiano e quais medidas podem ser adotadas para minimizá-la. Possibilitou, também, identificar as instituições que têm o assistente social, o tempo de inserção e a forma de atuação: no todo da escola ou somente em projetos sociais.

Nesta perspectiva, seguiu-se com a pesquisa de campo que, para Minayo (2008, p. 202), “[...] constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa.”, pois traz os sujeitos para perto do pesquisador que mantém com eles uma relação estável e de troca mútua, isto é, um excelente conjunto para unir informações relevantes acerca do objeto pesquisado.

Nesta pesquisa, a interação, o empenho e o investimento da pesquisadora com os sujeitos da EMABEM foram essenciais para desmistificar a visão retorcida que os profissionais da escola, pais/comunidade e até alguns alunos têm sobre o trabalho desenvolvido pelo assistente social. O trabalho em campo possibilitou identificar que as pessoas que tem contato com assistentes sociais, em específico o público da EMABEM, associam a prática do profissional ao assistencialismo, que têm obrigação em fornecer determinados benefícios. Essa forma de perceber o trabalho do assistente social demonstra a incompreensão sob direitos sociais prescrito na Constituição Federal e na LOAS.

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo permitiu o contato direto com a escola EMABEM, onde a observação e o diálogo foram constantes no cotidiano escolar. Assim, foi possível estudar os meios estratégicos que ajudaram na elaboração do instrumental para intervir nas questões problemáticas da unidade de ensino. Portanto, pode-se clarificar a atuação e o compromisso ético do assistente social com a realidade apresentada.

Como buscamos investigar a atuação do assistente social na escola e, na rede municipal de Uberaba, a única escola que apresenta esse perfil é a EMABEM,

segundo Severino (2007, p. 121), esta pesquisa se “[...] concentra no estudo de um caso particular.” Dessa forma, priorizou-se como método o estudo de caso que “[...] consiste na investigação de casos isolados ou de pequenos grupos com o propósito básico de entender fatos, fenômenos sociais” (MICHEL, 2009, p. 53), além de, “[...] reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo ações posteriores” (CHIZZOTI, 2008, p. 135).

Ao reunir o maior número de informações sobre o objeto de interesse, foi possível conhecer e compreender aspectos importantes da EMABEM. Dessa forma, o estudo de caso seguiu na abordagem qualitativa que “[...] supõe o contato estreito, direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11). Para tal, a pesquisa qualitativa envolveu dados descritivos que foram obtidos no contato direto com o objeto de estudo.

Para o estudo de caso, que exige maior aprofundamento, foram realizadas, como técnicas de coleta de dados, entrevistas. Esse procedimento é concebido por Gil (2008, p. 109), como uma “forma de interação social”, ou seja, é uma forma de dialogar proporcional, em que o pesquisador busca coletar dados e o sujeito fornece as informações. Nesta perspectiva, o procedimento utilizado foi a entrevista semiestruturada, guiada por um conjunto de questões básicas e comuns, realizada com 17 sujeitos que aceitaram participar desta pesquisa.

Com objetivo de obter mais clareza das informações coletadas, foi utilizada também a técnica da gravação para dar segurança às informações fornecidas pelos sujeitos no momento de colhê-las, de transcrevê-las e de analisá-las. As entrevistas foram realizadas na sala do Serviço Social/Vice-direção e de professores. Buscou-se aqui, um local seguro e de extremo respeito pelo público.

Embora os primeiros contatos da EMABEM com o assistente social tenham ocorrido em 2002 de forma efêmera, isto é, o profissional fazia um trabalho voluntário que não tinha hora e nem dia fixo para acontecer e, quando acontecia, o seu tempo era insuficiente. A visita do assistente social a escola era solicitada em casos de emergência, quando a unidade não conseguia ter resultados por meio das intervenções pedagógicas. Diante dessa situação, no ano de 2006, a unidade de ensino pôde de fato sistematizar o trabalho junto à equipe da escola, que resultou

em documento datado e anexado como subprojeto do Projeto Pedagógico da escola.

Para esse estudo, delimitou-se como recorte temporal, o período de 2006 a 2011. O primeiro corresponde ao ano em que o assistente social entrou efetivamente na escola e o segundo refere-se ao ano de término da presente pesquisa. É importante ressaltar que ambas assistentes sociais presentes na EMABEM não são profissionais efetivas da Rede Pública de Ensino de Uberaba. Elas são contratadas pela instituição filantrópica “Lar da Caridade” e cedidas à EMABEM por meio da parceria que mantém, mesmo após a transferência da escola para a rede municipal. Hoje, a unidade dispõe de duas assistentes sociais sendo, uma delas, a própria pesquisadora.

3.3.1 Apresentação do universo e dos sujeitos participantes da pesquisa

O campo para realização do estudo é a Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes, que está localizada na Cidade de Uberaba, onde a presença do assistente social é marca registrada e atuante na área de Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente e no setor judiciário.

A escolha dos participantes aconteceu de forma intencional. Buscou-se profissionais que atuam na unidade de 1985 até hoje, por considerarmos importante o que cada um possui de conhecimento sobre a história da EMABEM. Quanto aos alunos e pais, optou-se pelos que acompanham desde o início o processo de inserção e desenvolvimento do trabalho do assistente social na escola. Priorizou-se também, a experiência dos sujeitos no campo da pesquisa por compreender que suas vivências podem contribuir para que os objetivos da pesquisa, de maneira especial, revelassem a necessidade do assistente social na equipe.

Nesse contexto, os sujeitos participantes do estudo são os profissionais/funcionários da EMABEM, alunos e famílias, resultando em uma amostra de 17 participantes na pesquisa. Os sujeitos foram divididos por categorias, a saber: categoria discente, com quatro participantes; categoria pais/comunidade, com três participantes; categoria administrativo, com três participantes; categoria equipe dirigente, com três participantes; e categoria docente, com quatro participantes.

Na fase da definição da amostra houve alguns entraves, porém estes não foram decisivos para desistência da pesquisa, pelo contrário, motivaram a insistência e conseguir resultados que contemplaram os objetivos. Como podem observar, os sujeitos são todos do gênero feminino. Os profissionais masculinos mostraram resistência em participar. Assim, como afirma Demo (1997), se a pesquisa é também dialogar com o outro no sentido de que ambos estejam de acordo e sejam beneficiados, não coube, naquele momento, insistir, até mesmo porque a produção de conhecimento deve “[...] acontecer dentro de um contexto comunicativo e nunca devassável” (DEMO, 1997, p. 39), que possa levar ao mal-estar.

Outro complicador aconteceu no ato da entrevista, quando duas participantes apresentaram dificuldades em falar sobre o tema. Assim, chegaram munidas de material sobre Serviço Social na Educação pesquisado na internet. A pesquisa visa à construção de um novo conhecimento, mas para essa construção é preciso “[...] aprender a apreender, sem copiar e imitar, porque a verdadeira aprendizagem é aquela construída com esforço próprio através de elaboração pessoal” (DEMO, 1997, p. 64).

A questão do sigilo da identidade foi muito bem enfatizada, por isso o cuidado de substituir os nomes verdadeiros, por nomes fictícios. Embora alguns não quisessem, ou seja, desejassem ter seus nomes divulgados no trabalho, optou-se por manter o que propõe o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais (CEP) da UNESP/Franca.

Foram selecionados alunos adolescentes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Estes jovens tiveram contato com o Serviço Social quando ainda cursavam o 3º, 4º e 5º anos, isto é, no período de inclusão do profissional na EMABEM, sendo os primeiros que tiveram contato com as ações desenvolvidas. Entendemos que esses jovens têm o direito não só de participar fisicamente, mas também de ter voz ativa no trabalho que os envolve.

Dessa forma, a categoria discente fica caracterizada por 4 alunas do 6º ao 9º ano da EMABEM, Lenice, Laura, Luiza e Liandra, sendo uma de cada ano. As adolescentes têm perfil participativo nas atividades pedagógicas e projetos sociais desenvolvidos pela escola ou por instituição parceria. A adolescente Lenice é irmã de Laura, estudantes do 6º ano do ensino fundamental no período matutino, tem 11

anos, em horário extraturno a aluna fica no CIEM e participa do Projeto TIM fazendo aula de teatro, dança e natação.

A aluna Laura é estudante do 7º ano do ensino fundamental no período matutino, tem 12 anos. Em horário extraturno fica no CIEM e participa do Projeto TIM fazendo aula de teatro e dança. As irmãs vivem em situação de vulnerabilidade, porém a família está se reestruturando. A mãe e o pai estão empregados e as jovens estão inseridas em projetos, em específico, o Projeto de período integral. Reforço que as duas jovens tiveram o consentimento dos pais para participar deste estudo. A mãe chama-se Iris, é uma das participantes da pesquisa enquadrada na categoria de pais.

A Jovem Luiza é estudante do 8º ano do ensino fundamental no período matutino, tem 14 anos. Participa do Projeto Jovem Músico, frequentando aulas de violão e teclado. A aluna vive somente com mãe Iraci, que também participa desta pesquisa. A situação familiar da jovem demanda acompanhamento constante. Ressalta-se que a aluna teve a autorização da mãe para participar da pesquisa.

A estudante Liandra cursa o 9º ano do ensino fundamental no período matutino. Tem 15 anos, convive com os pais em uma família estruturalmente estável. A jovem participa do curso de pintura em tela e das aulas de teclado no Projeto Jovem Músico. É importante mencionar que a aluna teve a autorização dos pais para participar da pesquisa.

A categoria pais/comunidade ficou composta por três mães: Inês, Iris e Iraci.

Inês tem curso superior, três filhos, somente um deles estuda na EMABEM no período matutino no 8º ano. Ela tem emprego fixo e trabalha meio período por dia. Tem participação frequente nas atividades realizadas pela EMABEM.

A genitora Iris, tem o 1º grau incompleto, é responsável por Lenice e Laura, que também participam desse estudo. A senhora trabalha em dois períodos do dia, é participativa na vida escolar das filhas e nas atividades desenvolvida pela escola.

A mãe Iraci tem o segundo grau completo, dois filhos matriculados na escola no período matutino. Iraci é mãe de Luiza, que também participa desta pesquisa. A senhora trabalha um período completo por dia e mantém participação frequente nas atividades propostas e desenvolvidas pela escola. Vale ressaltar que Iris e Iraci são ex-alunas da EMABEM. Portanto, somente Iris retomou os estudos nessa mesma escola, no período noturno.

A categoria auxiliar administrativo inclui auxiliar de biblioteca, agente operacional e auxiliar de secretaria, são elas: Célia, Cecília e Cirlene. Estes profissionais mantêm, de forma indireta, contato com a assistente social. É importante que estes setores estejam em sintonia com a assistência social, como, por exemplo, é o caso da secretaria da escola. Quando o Serviço Social precisa de ajuda para saber quem são os alunos faltosos, para recolher dados referente à residência dos alunos ou para realizar o controle das famílias inscritas no Bolsa Família, é a secretaria que auxilia nesse serviço. Relembrando, nesta categoria, foram selecionados 03 funcionárias.

A Sra. Célia tem 2º grau completo, possui magistério, tem curso auxiliar de longa duração, não tem filhos. Ela trabalha apenas meio período (matutino) na escola e faz parte do quadro de funcionários desde 2002.

A Sra. Cecília foi aluna da escola, tem o 1º grau completo, um casal de filhos adultos também formados pela EMABEM. Hoje, um faz faculdade e a outra trabalha (cursou até o 9º ano do ensino fundamental). A senhora trabalha em período integral nos Projetos CIEM e Com-Vivência. É funcionária da escola desde 1992.

A Sra. Cirlene tem 2º grau completo, possui dois cursos de longa duração; um técnico e outro auxiliar. Tem um filho pequeno matriculado na turma de educação infantil da EMABEM no período vespertino. Cirlene trabalha apenas meio período na escola e entrou para o quadro funcional em 2005.

A categoria equipe dirigente foi formada por três profissionais: diretora, pedagoga e coordenadora pedagógica: Aparecida, Araci e Aminda.

A Sra. Aparecida tem graduação e pós-graduação *latu sensu*, permanece na escola período matutino e vespertino, no horário noturno, trabalha em outra escola do Estado. Tem um casal de filhos que fazem curso superior. A senhora está na EMABEM desde 1985.

A Sra. Araci tem graduação e pós-graduação *latu sensu*, trabalha na escola no período vespertino e noturno. No turno matutino, essa profissional trabalha no Lar da Caridade. Tem um filho adulto que nunca estudou na EMABEM. A Sra. Araci está na escola desde 2000.

A Sra. Aminda tem graduação e pós-graduação, trabalha na EMABEM nos Projetos CIEM e Com-Vivência nos dois períodos – matutino e vespertino. Não tem filho e está na escola desde 2005.

Vale mencionar que o trio ocupa cargo superior na EMABEM a chamada “equipe dirigente”, que é responsável legal por tudo que acontece na unidade de ensino. Dentre as três, uma se destaca por acompanhar a escola desde o processo de legitimação a municipalização da escola, pois, foi uma das alunas das séries iniciais na década de 1960.

A categoria professores foi composta por quatro professoras de séries diferentes: Educação Infantil, P1 e P2²⁴. São elas: Norma, Noêmia e Nelma. Por se tratar de uma escola inclusiva, inserimos uma professora do Atendimento de Educação Especializada (AEE), dado que o contato das professoras com o assistente social é imprescindível para valorização, independência, e aprendizagem satisfatória dos alunos participantes do atendimento. A professora Nilda tem graduação, trabalha um período (matutino) na EMABEM, tem um filho que nunca teve contato com a escola. A senhora está na escola desde 1998.

A Sra. Norma possui graduação, trabalha, no período matutino, na EMABEM (sede) e, vespertino, no Projeto CIEM/Com-Vivência. A professora tem uma filha adolescente que nunca estudou na escola. Norma está na unidade de ensino desde 2000.

A educadora Noêmia tem curso superior, trabalha somente no período matutino na EMABEM – Projetos CIEM/Com-Vivência. No período vespertino leciona em uma Escola Estadual. Tem uma filha adolescente que nunca estudou na escola. A professora faz parte do quadro funcional desde 2000.

A professora Nelma, tem curso superior e especialização em educação especial. Seus filhos (adulto, adolescente e criança) não têm contato com a EMABEM. A educadora trabalha somente no período vespertino na escola, sendo que no turno matutino fica numa escola especial (particular). Foi admitida na EMABEM em 2010.

Além da graduação, essas educadoras, buscam aperfeiçoar sua formação por meio de cursos de pós-graduação *latu sensu* e de especialização oferecidos pela rede municipal ou em unidades de ensino particular.

A relação entre parceiros coadjuvantes na busca de práticas renovadoras, por uma educação de qualidade e o sucesso na aprendizagem do educando foi um

²⁴ P1 significa Professor Nível 1 que atua na Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. P2 significa Professor Nível 2 que leciona para Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e para o Ensino Médio.

ponto facilitador para escolha e, conseqüentemente, para o convite aos participantes.

Por meio de um diálogo curto com as duas profissionais, foi possível identificar que o que pareceu ser claro para o serviço social sobre suas atribuições na equipe escolar não ficou tão nítido para alguns dos professores. A retomada do assunto em reuniões é difícil porque parte desses profissionais são resistentes com a presença do assistente social na equipe.

Nessa situação, o elo fica fragilizado e a falta de clareza acerca do trabalho do assistente social na EMABEM e em seus projetos, para alguns, fica mais acentuada. O relato abaixo, de uma das participantes da pesquisa, confirma essa situação.

Não há divulgação do trabalho delas. Nem faço ideia da participação no projeto TIM. Sei que auxiliam a equipe, mas não sei de que forma. Gostaria de saber. Acho importante que todos saibam! (sic) (Profa. Norma – categoria professores).

Entretanto, essa profissional se contradiz ao se referir ao trabalho do assistente social na EMABEM. Se acima ela afirma não conhecer o trabalho por falta de divulgação, não é o que se identifica neste outro relato:

O assistente social atende os alunos e suas famílias, tentando minimizar a situação de crianças que ficam na rua por não terem onde ficar, atendendo-os até mesmo aos sábados através do CIEM. Acho fundamental visto a localização da unidade, o trabalho deste profissional e acredito que toda escola deveria ter ao menos um (sic) (Profa. Norma – categoria professores).

É nessa perspectiva que esse trabalho caminha e busca disseminar a Lei n. 16.683/07 que fala da inserção do assistente social nas escolas públicas. Mas para isso é preciso propagar os trabalhos já existentes em Uberaba a fim de fortalecer a categoria de assistentes sociais e assim, fazer valer o que preconiza a lei.

Após traçar o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa e conhecê-los, compreendemos que esta seleção irá propiciar reflexão ampla e contribuir com a análise sobre a operacionalização do trabalho do assistente social na EMABEM no sentido de enfatizar a importância da implantação da Lei n. 16.683/07 no Estado de Minas e/ou na própria rede municipal e estadual de Uberaba.

3.3.2 Processo de coleta e análise interpretativa dos dados

Na primeira etapa do processo, o pré-teste, foi elaborado um questionário amplo contendo dez questões que variavam conforme a categoria de sujeitos participantes do estudo em pauta. Porém, as perguntas não abarcavam os objetivos e, por consequência, as respostas também não responderam ao proposto, o que se configurou num diálogo com base no senso comum. Embora as técnicas para validar as informações não tenham sido bem utilizadas, as informações fornecidas não foram em vão. Pelo contrário, além de estreitar os vínculos entre pesquisador e pesquisado, serviram de apoio para reformulação das questões para contemplar os diferentes sujeitos, bem como aos objetivos da pesquisa. Nesta perspectiva, passou-se para a segunda etapa que contou com o recorte das questões e com procedimentos metodológicos utilizados corretamente para se obter dados fidedignos que correspondesse a uma pesquisa científica.

Para dar início a uma nova coleta de dados, elaborou-se um formulário para cada categoria, sendo um para os alunos que constou de quatro questões²⁵; outro para pais e equipe administrativa com seis perguntas²⁶ e para a equipe dirigente e professores contendo seis questões²⁷. Nessa fase de elaboração do material buscou-se respeitar o nível cultural e perfil de cada participante. É importante mencionar que as questões, embora apresentassem diferença na formulação e na quantidade de perguntas, foram formuladas de forma que mantivessem um elo de interação direcionando-se para um único objetivo: explorar o objeto de estudo em debate.

O questionário semiestruturado norteou as entrevistas durante o tempo de realização o que muito contribuiu para dar segurança ao entrevistado no momento da entrevista. As entrevistas foram realizadas no mês de agosto de 2011, com duração de 40 a 50 minutos.

As entrevistas foram realizadas na escola, sendo estabelecidos dia e horário disponíveis pelos profissionais e funcionários da EMABEM. Alguns encontros

²⁵ Ver Apêndice A.

²⁶ Ver Apêndice B.

²⁷ Ver Apêndice C.

aconteceram no horário de módulo²⁸ dos professores e outros em horário pós-trabalho. Quanto aos alunos, optaram por responder no horário de saída da escola e no horário extraturno que teriam que retornar a escola, por estarem inscritos em uns dos projetos existentes. Com os pais, o agendamento foi feito por telefone e na reunião “Escola de Pais”, as três genitoras confirmaram presença em horário matutino.

Diante da organização proposta não houve dificuldade na aplicação dos questionários, pois todos os convidados compareceram, favorecendo o bom caminhar do processo de realização das entrevistas. Neste momento, foi esclarecido o tema em questão e o porquê de pesquisá-lo, sua possível contribuição no espaço acadêmico e profissional e, até mesmo, nas escolas do município de Uberaba. Explicou-se, também, a forma como foi elaborado o formulário semiestruturado, que seriam realizadas entrevistas individuais, com gravador se fosse permitido, e que todos deveriam assinar o termo de consentimento de participação da pesquisa.

Mesmo que as perguntas seguissem uma sequência numérica, isso não significou que os entrevistados deveriam segui-la. Alguns sujeitos participantes, não o fizeram. O diálogo procedeu livremente sem uma ordem para os questionamentos. Mas ainda que o roteiro fosse para apoio, alguns sujeitos pais e funcionários e, em específico, os educandos optaram por responder na própria folha do próprio questionário.

Após a coleta de dados, houve a transcrição e digitalização das informações obtidas com a finalidade de iniciar a análise e a interpretação para, enfim, buscar o significado das informações.

A análise e a interpretação de texto dentro da perspectiva da pesquisa qualitativa têm como foco principal a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema investigado. Segundo Minayo (2010, p. 79) é importante considerarmos que “sempre haverá diversidade de opiniões e crenças dentro de um mesmo segmento social, porém, a análise qualitativa deve dar conta dessa diferenciação.” Conforme a autora (2010, p. 80), ao analisarmos e

²⁸ Horário de módulo seria o “tempo livre” do professor. Dentro da realidade da EMABEM, o horário de Educação Física dos alunos se reverte em horário de módulo para os professores. Ou seja, é o momento em que a Pedagoga realiza as intervenções necessárias com o docente como: orientações gerais da rotina, sugestões e orientações pedagógicas, verificação do planejamento semanal e relatórios, discussões em busca de melhores soluções para qualidade de Ensino. Ressalta-se que a organização para cumprimento do módulo, segue a realidade de cada escola, e essa é a da EMABEM.

interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa devemos caminhar tanto na direção do que é igual quanto naquilo que se diferencia dentro de um meio social.

Dessa forma, a autora nos chama a atenção para a diferença conceitual que existe entre a análise e a interpretação, e para a distinção de ambas do conceito de descrição. Este exige fidelidade na apresentação das opiniões dos informantes, é como se os dados, segundo Minayo (2010, p. 80), “falassem por si próprios”. Já a análise, cuja intenção é ir além do descritivo, faz uma separação dos dados relacionando um com o outro e, em seguida, inicia-se o processo de interpretação para dar sentidos e compreensão às falas do tema estudado.

Para dar início à análise é importante compreender a demanda que se apresenta à EMABEM. Ela é diversificada e, conseqüentemente, complexa no que tange às condições socioeconômicas e culturais das famílias cujos filhos estão matriculados na escola.

É pertinente deixar claro que as complexas situações vivenciadas pela escola estão diretamente relacionadas ao agravamento das expressões da questão social e, conseqüentemente, às mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e na sociedade como um todo. Assim, os reflexos da questão social tornam-se cada vez mais presentes na escola.

Ainda que a LDB preconize que os profissionais da educação devem estar preparados para atender a demanda apresentada à escola, conforme discutido anteriormente, observamos que nem todos os profissionais têm formação específica para lidar com as problemáticas da questão social que excede as paredes da escola. Nesse contexto, o ideal é que a escola possa contar com um profissional com formação específica em Serviço Social, que tem preparo teórico-prático e teórico-metodológico para atuar nas expressões da questão social.

O assistente social, ao longo da sua formação no curso de Serviço Social, toma conhecimento de acontecimentos ocorridos no Brasil e em outros países que se relacionam com o desenvolvimento econômico do país, a industrialização, o sistema capitalista e os movimentos sociais, que em prol do reconhecimento dos seus direitos travam lutas contra as elites. Estes são alguns dos muitos dados históricos importantes para compreender como surgiu a questão social e seu agravamento em meio às transformações ocorridas na sociedade, especialmente no mundo do trabalho.

Dessa forma, podemos dizer que o assistente social tem conhecimento e compreensão crítica da realidade social. Este profissional tem condições de assumir uma posição frente à questão social e de problematizá-la, sempre respaldado em pesquisas e estudos, para propor e desenvolver projetos que visem minimizar os problemas sociais existentes na sociedade, em específico, nas escolas.

Nesta perspectiva, serão apresentados os resultados das opiniões dos sujeitos da EMABEM frente aos objetivos propostos, que abrangem sobre a inclusão e a prática do assistente social nesse espaço, junto aos profissionais da educação escolar.

A análise das entrevistas revela que todos os participantes da pesquisa conhecem a profissional e o trabalho desenvolvido. Porém esse conhecimento foi possível após a busca constante dos profissionais da EMABEM por profissionais do Serviço Social. As falas confirmam a compreensão dos sujeitos sobre a necessidade de inserir o assistente social na unidade de ensino. Isso ficou claro a partir das respostas apresentadas frente à seguinte questão: O que levou a escola a admitir o profissional assistente social como parceiro da equipe escolar?

A escola tendo uma visão ampla do seu papel na sociedade buscou no Serviço Social um parceiro para dar continuidade aos seus atendimentos sociais. Sabemos que a escola é desde sua fundadora inclusiva, precisava efetivar com ações sociais, sua ideologia. (sic) (Profa. Nelma – categoria professores).

Acredito que o caráter social e humano que a escola sempre desenvolveu, estimulou a busca. Com o assistente social nós temos um olhar com maior entendimento e real dos problemas sociais que não teríamos sem o apoio desse profissional. (sic) (Aminda – categoria equipe dirigente).

A necessidade de acolhimento as famílias. Na perspectiva de fortalecimento de sua participação na condição de agente consciente de seus deveres e direitos há uma educação e vida social de qualidade. (sic) (Aparecida – categoria equipe dirigente).

Decorrente da inclusão do assistente social nesse espaço escolar, os entrevistados revelam conhecer as atribuições do Serviço Social e seus reflexos no cotidiano da escola, na vida das famílias e comunidade. Revelam até a que quadro funcional o assistente social pertence, o que pode ser percebido nas falas dos participantes da pesquisa ao responderem a seguinte questão: Qual o trabalho que o assistente social desenvolve na escola EMABEM? O que acham deste trabalho?

Ele é um membro da equipe gestora que facilita, potencializando as famílias de forma pró-ativa na conquista de seus direitos. É um trabalho essencial na construção de uma escola verdadeiramente cidadã. (sic) (Aparecida – categoria equipe dirigente).

O trabalho é voltado para a família, através da conscientização, apoio e ajuda necessária para manter o aluno na escola, evitando muitas vezes a evasão. As ações desenvolvidas pelas assistentes sociais visam também a solidificação do elo família e escola. (sic) (Aminda – categoria equipe dirigente).

Como parte da equipe dirigente, o assistente social fortalece os laços de formação entre família, escola e aluno. Acho esse trabalho muito importante, pois aproxima as pessoas e ajuda encontrar caminhos para solução de problemas sociais, muitas vezes desconhecidos pela equipe escolar. (sic) (Nilda – categoria professores).

Realiza ações que valorizam o aluno em seu contexto, nas relações dentro e fora da escola. Proporciona o trabalho interativo na equipe e no espaço escolar e tem sempre um papel mediador e reflexivo da situação. (sic) (Cecília – categoria auxiliar administrativo).

É nessa perspectiva que a implementação de Serviço Social nas Escolas deverá acontecer, com o objetivo de “[...] viabilizar atendimento aos alunos, a sua família e a comunidade, onde a escola está inserida” (BRESSAN, 2001, p. 21). Em concordância, procuramos demonstrar em quais ações as atribuições das profissionais aparece com a seguinte questão: Você conhece as assistentes sociais da escola? E o trabalho que elas desenvolvem? Quais são?

Sim, o assistente social atende os alunos e suas famílias, realiza visitas domiciliares, realiza reuniões com os pais, nos encaminha para os serviços (atendimentos) Público nos orientando como e onde buscar determinado recurso. (sic) (Inês – categoria pais/comunidade).

Conheço sim, educar as crianças, organizar reuniões, chamar os pais para conversar, organizam vários tipos de cursos e ajudam as crianças a terem mais interesse pelos estudos. (sic) (Iris – categoria pais/comunidade).

O assistente social orienta alunos/família e professores nos entraves ocorridos tanto quanto a condutas e nas responsabilidades de cada um. Busca parcerias e projetos visando o desenvolvimento da criança e da família. (sic) (Noêmia – categoria professores).

É importante destacar também, a opinião dos educandos quanto ao trabalho do assistente social. Percebe-se em suas falas o quanto estão inteirados da relação Escola e Serviço Social e o que ela tem a oferecer para eles enquanto cidadãos de direitos que também tem seus deveres. É sensato não esperar que os alunos

relatem a magnitude do serviço social e as atribuições do assistente social, mas o que o profissional representa para eles e como eles se veem contemplados com as ações desenvolvidas.

Nesta expectativa, buscamos dar voz aos educandos por meio da seguinte questão: Qual é o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais da escola EMABEM?

Verifica como está a frequência dos alunos, se estão bem, procuram cursos para eles, acompanham o desenvolvimento na escola e nos cursos, estão sempre presente para nos atender. (sic) (Liandra – categoria aluno).

Chama a mãe dos alunos, corre atrás de Projetos para nós, faz reuniões para conversar com os pais. Eles ajudam a conscientizar todos os alunos e visitam as casas [...].(sic) (Lenice – categoria alunos).

Coordena projetos, reuniões, cursos, ajuda no desenvolvimento da criança e no desenvolvimento da escola. (sic) (Laura – categoria alunos).

Em outro momento, solicitou-se que os educandos comentassem a presença do assistente social na unidade de ensino EMABEM. Obtivemos como relato:

A presença do assistente social é muito importante em uma escola, pois os trabalhos deles é desenvolvido através das conversas, e isso é muito legal e eles ajudam as crianças, influenciando eles para os estudos. (sic) (Lenice – categoria alunos).

Eu gosto muito do trabalho do assistente social por que ajuda no desenvolvimento da criança e da escola e para mim, o trabalho deles é muito importante para a nossa escola. (sic) (Laura – categoria alunos).

A presença de um assistente social na escola é essencial para o acompanhamento dos alunos, não só com os alunos, mas com as famílias e a escola. (sic) (Luiza - categoria alunos).

As assistentes sociais da escola estão sempre presentes, nos ajudando, informando, indo atrás de nós para saber se estamos indo bem na escola, em casa, nos cursos, se estamos precisando de algo ou se estamos nos sentindo bem. (sic) (Liandra – categoria alunos).

Os relatos acima vêm comprovar a necessidade e a importância de se ter o assistente social na escola. Nota-se, nas falas dos sujeitos, a compreensão que possuem frente à prática desse profissional. O assistente social não está na escola simplesmente para “colocar ou apagar fogo”, nem para fortalecer o assistencialismo,

nem para coagir alguém que esteja violando direitos, ou mesmo para, simplesmente, desenvolver tarefas imediatistas. O assistente social mostra caminhos diferentes que a escola pode seguir e, assim, traçar metas de enfrentamento aos problemas oriundos da pobreza e da exclusão social que afligem a escola.

Neste contexto, a experiência da EMABEM pode nos esclarecer como era o trabalho desenvolvido pela escola junto às famílias e projetos, antes e depois da presença do Assistente Social.

Nos relatos dos sujeitos participantes fica evidente o impacto que a escola teve após firmar parceria com o Lar da Caridade para ter o assistente social como parte do quadro escolar. A saber:

Antes da parceria com o assistente social o trabalho realizado era “frio”, visualizávamos o problema e colocávamos um “curativo”. Hoje visualizamos, acolhemos e potencializamos as famílias no enfrentamento e busca de soluções na rede social voltada a questão levantada. A família se tornou parceira ativa da escola, confiando e buscando em conjunto soluções para os desafios detectados. (sic) (Aparecida – categoria equipe dirigente).

Antes do assistente social, o trabalho era basicamente da escuta das famílias e poucas visitas. Hoje é mais técnico, baseados em visitas e busca de serviços e atendimentos [...]. (sic) (Célia – categoria auxiliar administrativo).

Era difícil, pois priorizávamos só o pedagógico, após o Serviço Social o trabalho está mais direcionado e não temos uma única visão e sim ações coletivas. (sic) (Aminda – categoria equipe dirigente).

Antes, a escola não tinha um serviço especializado e sistematizado para atender e mediar às situações problemas em relação ao aluno e a sua família. A equipe gestora com apoio na orientação desenvolvia projetos com a comunidade, fazia atendimentos e encaminhamentos, porém muitas vezes, não conseguiam dar continuidade devido à falta de técnicas e formação que um “assistente social” possui. (sic) (Nelma – categoria professores).

Do ponto de vista da categoria pais/comunidade, o acompanhamento social realizado antes e depois do assistente social na EMABEM também apresentou mudanças interessantes:

Era bom, mas deixava a desejar pelas grandes necessidades que se encontrava na escola, junto aos alunos e famílias. Hoje encontra-se com mais oportunidades e a esperança de melhorar cada vez mais pelos projetos realizados dentro da EMABEM. (sic) (Iraci – categoria pais/comunidade).

Posso dizer que antes a escola não era tão presente como é hoje, pois a assistente social nos acolhe, nos escuta, visita nossas casas e ainda todo mês faz reunião com a gente. Acho que nos tornamos pais conscientes dos nossos direitos como também, dos nossos deveres na escola, compreendemos que a educação é construída não somente na escola, e que nós, pais, devemos apoiar nossos filhos na escola. (sic) (Inês – categoria pais/comunidade).

Já era bom, mas hoje melhorou, ficou muito mais importante para nossas crianças, porque a cada criança elas procuram dar conselho, para não terem conflitos, agressões e ajudar as famílias ter mais apoio. (sic) (Iris – categoria pais/comunidade).

O direito à educação é fundamental na vida de todo cidadão e, como direito social, exige que nós, profissionais, passemos a assumir o compromisso de fazê-lo valer na sociedade. Os assistentes sociais, segundo os sujeitos entrevistados, têm suas ações pautadas na garantia dos direitos não só sociais como também educacionais. Nessa perspectiva, o reconhecimento institucional da inserção do assistente social junto aos sujeitos que atuam na área de educação torna-se visível quando os participantes comentam sobre a presença do profissional nessa Unidade de Ensino, justificando-a.

É uma presença fundamental, visto que auxilia a gestão de toda a escola, buscando estratégias que vem de encontro com a qualidade que queremos dar aos educandos. (sic) (Aminda – categoria equipe dirigente).

Acredito que diante dos novos desafios que a escola vem enfrentando é de suma importância que ela possa contar com profissionais qualificados para atender o educando e sua família. (sic) (Araci – categoria equipe dirigente).

É uma peça chave, que dá suporte para a criança e a família, havendo um atendimento significativo para a melhora da convivência familiar e até mesmo daqueles que procuram uma orientação para tirar algumas dúvidas como nos professores. (sic) (Noêmia – categoria professores).

De extrema importância! A escola tem uma clientela carente de recursos materiais, sociais, de estrutura familiar, necessitando de uma intervenção profissional. (sic) (Nilda – categoria professores).

Nesse contexto, compartilhando das palavras de Quintão (2007b), a inserção do assistente social na escola motiva a categoria a construir uma intervenção qualificada, que tenha como um dos princípios éticos fundamentais o posicionamento em favor da equidade e justiça social, assegurando a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e projetos sociais existentes

na rede. Por meio da entrevista, buscou-se analisar de que forma os sujeitos pensam que o assistente social pode contribuir para o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica da escola, em específico da EMABEM.

Pode contribuir e muito, com as suas atribuições e funções bem definidas e em equipe como é feito na escola, buscando ser esse elo entre a gestão administrativa, mas sendo elo da equipe. (sic) (Aminda – categoria equipe dirigente).

Ao fortalecer a família, o aluno deixa de evadir. A permanência/retenção diminui, pois a família passa a fazer parte de uma forma positiva do processo ensino aprendizagem. E as faltas vão sendo minimizadas. (sic) (Aparecida – categoria equipe dirigente).

[...] parte da equipe, desenvolvendo um trabalho de melhoria da qualidade de vida dos educandos e seus familiares. Melhorando a relação família, escola e sociedade. (sic) (Araci – categoria equipe dirigente).

Quando efetiva parceria com as instituições para oferecer cursos para educandos e famílias, amplia a visão da comunidade da importância da escola e desperta o valor da educação na sua vida. É fazer a família sentir responsável pela educação de seus filhos. (sic) (Nelma – categoria professores).

Garantindo a permanência e frequência destes alunos. Monitorando a qualidade da vida familiar destas crianças. Garantindo atividades extracurriculares em horários extra sala a estas crianças. (sic) (Norma – categoria professor).

As falas dos sujeitos reforçam o que vem sendo discutido nos aparatos legais, nas assembleias legislativas, pelo CFESS em congressos, em universidades, e por alguns autores, como André Quintão, Ney Luiz Teixeira Almeida e Maria da Conceição Gouveia, que trazem as expressões da questão social como fenômenos antigos na sociedade e, conseqüentemente, no universo da educação escolarizada. As questões sociais podem influenciar negativamente o desenvolvimento educacional, pois suas manifestações são intensas e complexas neste espaço.

Ainda que o governo invista na educação por meio de programas e projetos que objetivem manter o aluno na escola ou ampliar o atendimento com vista a aumentar o rendimento escolar do aluno, combater a repetência e a evasão – e aí se inclui o Programa Bolsa Família, que é uma motivação para manter as crianças na escola –, não é o bastante para aumentar o Índice de Desenvolvimento das Escolas Básicas e menos ainda para garantir que permaneçam na escola.

Embora esses sejam os caminhos que apresentam relevância no quadro da educação escolar, há necessidade de investir no quadro de profissionais que poderá

atuar nesses programas e projetos, há necessidade de aumentar o número de profissionais de áreas diferentes (assistência social e educação) habilitados para compor o quadro funcional não só da escola como também da secretaria de educação.

A discussão de inserir outros profissionais na escola, como assistentes sociais e psicólogos não é recente, mas exige maior divulgação pela categoria do Serviço Social e do governo. Alguns Estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, já possuem o assistente social atuando em escolas públicas.

Em 2003, no Estado de Minas Gerais bem como no Município de Uberaba, a redação do Projeto de Lei n. 1.297/03, que estabelece a inclusão do Serviço Social nas escolas da rede pública estadual, provocou um debate que se estendeu até o ano de 2007, quando a Lei n. 16.683/07 foi sancionada pelo Plenário. Conforme os quadros 7 e 8, apresentados anteriormente, ainda que o número de assistente sociais inseridos nas escolas seja pequeno frente ao número de escolas e à demanda diversificada apresentada pelo Município a partir de 2006, é positivo que algumas unidades de ensino tenham incluído o assistente social no quadro funcional da escola. Entre elas, particularmente, a rede estadual (de forma terceirizada), as escolas especiais e a rede municipal. Nessa perspectiva, ressaltamos a importância em participar toda a comunidade uberabense sobre a política de autoria de André Quintão e outras que existem na área social e educacional.

Como discutimos no Capítulo 1, uma classe social consciente dos acontecimentos do país, Estado, Município ou comunidade tem maior condição de emitir sua opinião e ser ouvido. É nessa perspectiva que o Serviço Social procura trabalhar junto às escolas, fazer com que o público atendido se torne consciente e capaz de lutar por algo que lhe é de direito. Se estes sujeitos acreditam no trabalho do assistente social na escola, como foi possível aferir por intermédio dos relatos, permanecemos na luta, agora ligada à Lei n. 16.683/07. O objetivo é fortalecer o proposto por esta lei até que seja sancionada pelo governo do município e/ou do estado, ou até que outras instituições de caridade e filantrópicas tomem a frente, mais uma vez, como sempre fizeram.

Tendo em vista que o olhar sobre as crianças deve ser redobrado, mas que para alcançá-las precisamos dos pais, o Serviço Social, em conjunto com a escola, busca alternativas de intervenções por meio da reunião de pais, para estreitar os

vínculos com a família e com a finalidade de obter resultados satisfatórios na vida escolar e social do educando. Como diz esta mãe:

Vejo uma participação efetiva a qual faz toda diferença, os alunos mais motivados e participativos. Na escola de pais é um momento de contato direto com este profissional [...]. (sic) (Inês – categoria pais/comunidade).

Este outro relato complementa o que foi dito acima, quando reforça que:

A presença do assistente social no espaço EMABEM é positiva. Suas ações pró-ativas no fortalecimento das famílias na conquista de sua cidadania trouxe reflexos positivos quanto: minimização da evasão, melhor relação professor, aluno e pais, fortalecimento da presença da família na escola, melhor desempenho do aluno centro das nossas ações e práticas educativas. (sic) (Aparecida – categoria equipe dirigente).

Pelas falas dos entrevistados, nota-se que o Serviço Social não só conquistou espaço como vem assumindo um papel relevante na EMABEM. Essa situação pode ser ampliada para outras escolas do Município por intermédio de uma ampla divulgação encabeçada e motivada pelos profissionais da educação, da saúde e da assistência social, os quais, além de se relacionarem cotidianamente com o profissional de Serviço Social, têm conhecimento da existência da lei que prevê sua inclusão na rede pública de ensino e compreendem as contribuições da sua prática no espaço escolar. Diante do exposto, a análise das entrevistas revela que os sujeitos sabem da existência da Lei n. 16.683/07 e qual sua finalidade enquanto política social parceira da política educacional. Isso pode ser comprovado nas respostas dos sujeitos em relação ao seguinte questionamento: Você sabia que existe uma Lei n. 16.683/07 que prevê o assistente social nas Escolas Públicas de Ensino do Estado de Minas Gerais? Comente: como seria se ela fosse implementada nessas unidades de ensino.

Como já foi pontuado, da categoria discente não se espera respostas precisas sobre a profissão e menos ainda da lei, mas como se sentem por serem parte importante do processo. Os alunos não conhecem a lei a fundo, mas sabem que existem leis e que, por meio delas, podem lutar por seus direitos. Assim, seguem as falas da categoria alunos:

Eu “conheço”. [...] A assistente social colabora para a escola. Se tivesse assistentes sociais em toda rede eu acho que os alunos melhorariam o rendimento sendo ótimos alunos. (sic) (Luiza).

Eu acho muito importante essas leis, e o governo tem que aprovar as leis e as escolas ficaria mais organizadas. (sic) (Lenice).

Essa lei é muito importante, pois os assistentes sociais auxiliam bastante a escola, os alunos. E deveriam ser respeitada por todas e implantadas nas escola. Essa assistência oferecida é importante na formação dos alunos. (sic) (Liandra).

Eu gosto muito do trabalho do assistente social, por que ajuda a criança e a escola e, para mim, o trabalho delas é muito importante para a nossa escola. (sic) (Laura).

Categoria pais/responsáveis:

Já sabia a respeito desta lei [...], se esta lei fosse aprovada seria um grande ganho para a equipe das escolas, para os alunos e seus familiares, ou seja, iria contribuir para efetivação dos direitos sociais da comunidade escolar. (sic) (Inês).

Sei que existe, mas nas escolas públicas, não tem este profissional. O governo não aprovou ainda nas principais que precisava ter, por que tem muita criança pobre que não tem condições de ter um bom material para estudar. [...]. Se todas as escolas tivessem este profissional, teriam mais segurança, apoio e não teria tantas violência, muitas famílias teriam mais tranquilidade e o “mundo” seria muito melhor. (sic) (Iris).

Categoria auxiliar administrativo:

[...] acho que já deveria estar tendo este profissional a mais tempo nas escola, pois muitas famílias ainda desconhecem os seus direitos, e o assistente social estará esclarecendo as dúvidas. (sic) (Cecília).

Já ouvi falar dessa lei e com certeza o trabalho seria mais rico, produtivo. O assistente social faz toda diferença na equipe, pois é um profissional de ação, critico construtivo. Eu acredito muito no trabalho do assistente social principalmente no que se refere às famílias. Na escola, temos todo um olhar para os alunos, o cuidar e o educar, o despertar para cidadania e valores humanos. Queremos que o nosso aluno desenvolva em todos os sentidos não só academicamente, mas que seja um homem do bem. Mas e a família? O trabalho deve ter continuidade, a família tem que ser “cuidada” e potencializada também. (sic) (Célia).

Os sujeitos da categoria professores relatam que:

Seria a efetivação da “Formação do Cidadão”. Assim, a comunidade seria integrada por completo no contexto da escola. Teríamos um amplo olhar da vida de nossos alunos, na sua formação, no seu histórico familiar e na condição socioeconômica, Os projetos seriam direcionados ao atendimento real e necessário a sua plena formação. (sic) (Nelma).

Nos espaços onde não tem o assistente social, ficamos limitados. Encontramos os entraves, fazemos relatórios e engavetamos, pois não há um profissional capacitado para intervir “adequadamente”. Quanto à lei do assistente social nas escolas, seria completo, de fato teríamos “Educação de Qualidade para todos”. (sic) (Noêmia).

Outros profissionais como os da categoria equipe dirigente relatam que se a lei fosse mais divulgada, teria maior chance de ser efetivada nas escolas.

Sei da lei, mas não totalmente, acho que deveria ser mais divulgada, para que todas as instituições de ensino possam, como a nossa, desenvolver um trabalho coletivo, onde tenha a presença do assistente social. (sic) (Aminda).

A implementação será mais uma ferramenta importante no enfrentamento da questão social que se tornou parte dos entraves na realidade do Projeto “Escola para todos”, com qualidade real para todos, com ações pontuais, clara e objetiva para vencermos a evasão, permanência/retenção e o analfabetismo funcional. (sic) (Aparecida).

Diante desses relatos é importante mencionar que desde o início do trabalho na EMABEM, sempre em diálogos com pais, parentes, vizinhos, pessoas próximas aos educandos, ouvimos relatos de que determinada criança ou adolescente está infrequente porque não tem mais material escolar. Além de outros fatores como droga, alcoolismo, violência, doença, desemprego e até mesmo conflitos ocorridos dentro da própria escola, a falta do recurso material escolar também contribui para que esses pequenos jovens se afastem da escola. Essa situação foi possível identificar por meio das visitas e atendimentos individuais realizados com as famílias dos alunos.

Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG, 2007) diz que a aprovação da Lei n. 16.683/07, que autoriza o Poder Executivo a elaborar ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino de Minas Gerais, concretiza o compromisso dos assistentes sociais com as políticas públicas e seus usuários. Ou seja, os profissionais do Serviço Social temos o dever de zelar pelo cumprimento dos direitos sociais pelos sujeitos.

Segundo CRESS/MG (2007, p. 9), a inserção do assistente social na Política Pública de Educação:

[...] impõe à categoria o desafio de construir uma intervenção qualificada, que tenha como um dos princípios éticos fundamentais o posicionamento em favor da equidade e justiça, assegurando a universalidade de acesso

aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

E é sob essa gestão democrática das políticas sociais que o serviço social busca interagir com as instituições de educação, em específico, na escola, como é o caso do objeto desta pesquisa.

Diante das falas dos sujeitos participantes deste estudo, podemos considerar que a prática do assistente social na Educação exige uma ação direcionada para a sensibilização e conscientização da importância da participação e envolvimento da família no processo educacional dos filhos. Da mesma forma, comunidade e escola devem exercitar essa mobilização conjuntamente.

Os relatos dos entrevistados deixam claro que a atuação do Serviço Social é primordial para o fortalecimento das relações entre escola, família, aluno e professor porque

[...] a inserção desse profissional abre para a comunidade escolar as janelas fechadas que dificulta aos agentes o acolhimento e fortalece suas relações. (sic) (Aparecida – categoria equipe dirigente).

Nesta perspectiva, acreditamos que se houvesse a efetivação desta lei, as unidades escolares teriam um respaldo a mais para desenvolver ações que pudessem contemplar todos os envolvidos da escola. Dessa forma, as unidades de ensino seriam fortalecidas, os índices de evasão e repetências minimizados, e as famílias, potencializadas, enfrentariam suas carências com cidadania. Seria, na verdade, um salto grande para a consolidação da democratização e acesso a educação para todos (as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal demonstrar e evidenciar a prática do assistente social na educação escolar, no sentido de destacar a necessidade da prática do profissional juntamente com órgãos que operacionalizam políticas públicas de direito. Foram identificadas quais instituições escolares do município de Uberaba-MG têm o assistente social na equipe de profissionais e se a inserção do assistente social é pertinente no quadro da equipe de profissionais da EMABEM. Foram identificadas também as expectativas da EMABEM quanto à presença do assistente social na unidade de ensino e analisados os fatores que estimularam a inserção do assistente social e sua permanência nessa instituição. Dessa forma, esta pesquisa vem contribuir para a produção de conhecimento sobre a prática do assistente social na educação escolar, abrangendo o universo acadêmico e de atuação profissional com ênfase maior para sensibilização do governo de Minas Gerais para promulgar a implementação da Lei n. 16.683/07 do deputado estadual do PT, André Quintão.

Para tanto, buscou-se reunir aqui a trajetória da assistência social, passando pela década de 1920, quando surgiram as primeiras formas dessa assistência que antes servia apenas para controle social, ou seja, não era reconhecida como direito e, muito menos, colocada em prática.

Portanto, antes de se chegar à assistência propriamente reconhecida como constitucional, como uma política de direitos universal, ela passou por momentos de crise, como, por exemplo, o período de 1930, quando Getúlio Vargas reproduzia em seu governo um caráter ditatorial, em que o poder estava centralizado em suas mãos. Naquele período, em que o acelerado crescimento da industrialização no Brasil, a política trouxe revolta no mercado de trabalho, os operários se viram lesados com algumas condições as quais eram submetidos, como a exploração do capital referente à jornada de trabalho excedente, ao salário incompatível com o número de dias e horas trabalhados, à precariedade na estrutura física do local de trabalho, enfim, uma série de questões que fizeram com que o cidadão se sentisse lesado na sua integridade física e mental. Como consequência dessa situação, registrou-se o aumento das expressões da questão social, que se agravou na sociedade brasileira.

Para Vargas, a questão social era de difícil resolução no momento e, por isso, não podia ser ignorada pelo seu governo. Frente à questão, Vargas buscava uma alternativa para a solução dos problemas, tendo como base leis já existentes e leis novas criadas pelo seu governo. Como citado no Capítulo 1, ainda no governo Vargas (1930 e 1940), o Estado entrou em cena por meio da elaboração de ações de enfrentamento aos problemas sociais existentes, ou seja, instaurando as políticas públicas de assistência social. É importante lembrar que, nessa fase, os direitos sociais ainda não eram reconhecidos constitucionalmente.

Confiante de que as políticas públicas poderiam suprimir de vez as necessidades demandadas pela população, o Estado utilizou-se de nova técnica social que exigiu a intervenção do Serviço Social para operacionalizar a política de assistência social. A partir de então, o Estado busca no assistente social o “caminho” para propagar a política social, atribuindo a ele a tarefa de intervir no mercado de trabalho para, então, mediar as relações de conflito da classe trabalhadora com o capital.

O caráter ditatorial perdurou até o final da gestão de Getúlio Vargas, em 1945, e o não reconhecimento dos direitos sociais dos cidadãos, até 1988.

Após promulgação, no Brasil, da Constituição Federal em 1988, os direitos dos cidadãos passaram a ser reconhecidos em virtude da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que hoje vigora como parte integrante do tripé da Segurança Social. Essa promulgação deu visibilidade à Política de Assistência Social, que é reconhecida como política pública social garantidora de direitos de cidadania a toda população brasileira.

O conhecimento e a compreensão do percurso histórico da assistência social nos remetem para a Assistência no Estado de Minas Gerais, especificamente para a cidade de Uberaba, que concretizou obras assistenciais importantes, com relevantes contribuições no que se refere a oportunizar à cidade crescimento com qualidade. Embora o número de instituições fosse grande em outros momentos, apenas algumas estão preservadas até hoje, conforme já discutido no Capítulo 2. A atenção redobra também para este Município por se tratar do local onde o objeto de investigação está situado, ou seja, a Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes.

Optou-se, então, em levar o leitor a se aproximar do contexto em que a EMABEM foi criada, com a explanação sobre as circunstâncias que levaram a sua municipalização e, principalmente, como se deu o processo precursor da inserção

do assistente social na sua equipe escolar. Assim, saber um pouco da história da escola se fez necessário para que pudessem ser evidenciadas as problemáticas da questão social, cujos reflexos são complexos, mas não impossíveis de solucionar. Para resolvê-los, é necessário um conjunto de ações integradas às políticas públicas e em constante articulação com os serviços disponíveis na rede e, até mesmo, por instituições parceiras.

Atualmente, o assistente social conta com uma lei que garante seu espaço na escola; todavia, a mesma lei não o protege. Uma vez que tem aprovação somente do Plenário e não do Governo Federal, a questão fica a critério do gestor do município.

O resultado da pesquisa mostra que os profissionais, os pais e os educandos expressam satisfação com a presença do assistente social e a prática desenvolvida por ele, porém deixam claro que poderia ser melhor se a atividade fosse mais divulgada e, conseqüentemente, implantada nas escolas públicas de Uberaba.

Hoje, a busca constante de caminhos que direcionem para a possibilidade de intervenção na correlação existente se revela um desafio para a prática do profissional assistente social. Então, cabe questionar se, sendo a escola um espaço de realização das políticas educacionais, haveria possibilidade de inserir a política de assistência social; e, se assim for, saber quem as colocaria em prática.

O envolvimento do Serviço Social com as questões que interferem no desenvolvimento social e a luta pela inserção do profissional na escola tem sido tema de dissertação e de tese de doutorado de muitas universidades. A categoria de assistentes sociais e outros agentes que trabalham com as políticas de assistência social estão sendo conduzidos a estenderem a discussão para os Congressos, Seminários e Assembleias Legislativas, espaços com grande repercussão no país. Relembrando, apenas alguns estados, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, contam com legislação que prevê a atuação do profissional de Serviço Social na área educacional, o que não significa que estas leis estão sendo cumpridas.

A inserção do assistente social na EMABEM e o trabalho por ele desenvolvido, sempre em comum acordo com a coordenação pedagógica, têm sido positivos por provocar mudanças e melhorias nas relações aluno-professor e família-escola. A ação do assistente social tem sido definitiva na prevenção de conflitos, além de possibilitar a articulação de ações pedagógicas e sociais.

Entretanto, pesquisar sobre a prática do assistente social dentro da escola, e disseminar a pesquisa para todos e com todos, é um caminho desafiador.

Por outro lado, considerando a Lei n. 16.683/07, também é possível pensar sobre o rompimento de rótulos ou paradigmas que seguem os educandos, a família e a escola. O assistente social que se entrelaça com a escola com o propósito de complementar o que já existe ou com o novo que possa surgir, assim como outros profissionais (pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos), pode contribuir efetivamente com a melhoria da política educacional.

O presente estudo vem confirmar que os profissionais, pais e alunos reconhecem a importância do assistente social na escola e o impacto da sua atuação nas correlações existentes. Eles ressaltam que depois que o serviço social entrou na escola, houve mudanças positivas no que se refere aos projetos sociais, os quais são contínuos e de longa duração. Os pais estão mais participativos nas atividades escolares e na educação de seus filhos, os educandos estão interessados em estudar, e o acesso a oportunidades e a projetos externos é mais frequente. Alguns pais se consideram valorizados, protegidos e respeitados na sua integridade pelo profissional. É uma relação capaz de levá-los a ter clareza dos direitos sociais garantidos por lei e, assim, buscá-los e exigir o seu cumprimento.

Embora exista a Lei n. 16.683/07, que estabelece a inclusão do Serviço Social nas escolas públicas da rede estadual, que visa contribuir com a política pública da Educação para resolver os desafios apresentados para a elevação do rendimento escolar, e que confirma a escola como espaço de inclusão social de crianças e adolescentes, esta ainda não foi sancionada pelo Governo Federal. Se o assistente social está presente em escolas públicas de alguns Estados brasileiros, isto ocorre por uma iniciativa dos governos municipais que têm o objetivo de solucionar a questão social que afeta o desenvolvimento da cidade. Essa situação mostra que a presença do assistente social dentro da escola está prevista em âmbito legal, mas não é de conhecimento de toda a população.

Nesse sentido, reforça-se que as atividades realizadas pela assistente social da EMABEM contribuiu para o despertar dos profissionais, alunos, funcionários e pais/comunidade envolvidos no processo educacional da escola. Os bons resultados chegaram a estimular outras escolas do município, instituições e órgãos que trabalham, entre outras coisas, com a área de direitos violados (saúde, criança e adolescente, idoso, conselho tutelar, juizado da infância e juventude, Programa

Liberdade Assistida), a refletir sobre a necessidade de inclusão do assistente social dentro do estabelecimento de ensino.

Compreendemos então que as revelações acerca do tema, bem como os objetivos propostos, servirão para reflexão e motivação; serão referência para fortalecer e fazer com que seja efetivada a Lei que inscreve o assistente social na unidade de ensino da rede pública. Assim, esta pesquisa continua trilhando caminhos enquanto compartilha o pensamento de Paulo Freire no que se refere às iniciativas. O autor acredita que a realização de objetivos exige a articulação de uns com os outros e, até mesmo, com o “mundo”, porque não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Após realizar a análise de dados desta pesquisa, consideramos que o trabalho do assistente social oportuniza a EMABEM concretizar o sonho de Dona Aparecida Conceição Ferreira, que tanto lutou para viabilizar um atendimento educacional e social a quem dele necessitar.

Ressalta-se que o trabalho do assistente social junto à equipe escolar visa o acolhimento e a disponibilização de informação aos sujeitos, sob seus direitos sociais e educacionais, para que possam ter livre acesso aos serviços disponíveis na rede pública do Município de Uberaba e, assim, tornarem-se protagonistas de suas próprias vidas.

Hoje, compreende-se que o Lar da Caridade e a EMABEM, ao abrir espaço para o assistente social, resgata a força do trabalho da fundadora das duas instituições, que, na sua simplicidade, já perseverava na busca por melhores condições de vida e pelo acesso efetivo à assistência social, a uma vida digna e de qualidade a todas as pessoas carentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: QUINTÃO, André (Org.). **Serviço Social e a política pública de educação**. Belo Horizonte: s.n., 2005.

_____. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n. 6, p. 19-24, jul. 2000.

AMARO, Sarita Alves et al. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

ANTUNES, Ângela. **Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. **Administração Municipal em Uberaba: de Capitão Domingos a Anderson Aauto**. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba, 2011.

_____. **Guia turístico de Uberaba**. Uberaba, 2008.

AUGUSTE F. C. de Saint Hilaire (1779-1853. Disponível em: <<http://www.academia.brasil-europa.eu/Materiais-abe-89.htm>>. Acesso em:

AZANHA, José Mario Pires. Planos e política de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 85, p. 70-78, maio 1993.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história: dos antecedentes a 1929**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007. v. 1.

_____. **Uberaba: dois séculos de história: de janeiro 1930 a dezembro 2007**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2009. v. 2.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2006a.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. In: CRESS/MG 6ª Região. **Coletânea de leis**. Belo Horizonte, 2006b.

_____. LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social: Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993. In: CRESS/MG 6ª Região. **Coletânea de leis**. Belo Horizonte, 2006c.

_____. Política Nacional da Assistência Social. 2004. In: CRESS/MG 6ª Região. **Coletânea de leis**. Belo Horizonte, 2006d.

BRASIL. Regulamentação da profissão: Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. In: CRESS/MG 6ª Região. **Coletânea de leis**. Belo Horizonte, 2006e.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2001. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.

BRESSAN, Rosane Carla (Coord.). **Serviço social na educação**. Brasília, DF: CFESS, 2001.

BUENO, Isabel. **Uma vida de amor e caridade**. Belo Horizonte: Espírita Cristã Fonte Viva, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais: Resolução nº 273/93, de 13 de março de 1993. In: CRESS/MG 6ª Região. **Coletânea de leis**. Belo Horizonte, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COLÉGIO CENECISTA DR. JOSÉ FERREIRA. Disponível em: <<http://www.joseferreira.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES. Disponível em: <<http://www.cnsd.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

COUTINHO, Pedro dos Reis. **História dos Irmãos Maristas em Uberaba**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba; Belo Horizonte: Centro de Estudo Maristas, 2000.

CRESS/MG. Serviço Social na Educação: a reafirmação desse espaço sócio-ocupacional por meio da Lei 16.683/2007. In: QUINTÃO, André (Org.). **Acompanhamento social na educação**: Lei 16.683/2007. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Política Social, educação e cidadania**. São Paulo: Papirus, 1994.

EMABEM. **Plano de Trabalho do Serviço Social da Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes**: 2011. Uberaba, 2011.

_____. **Projeto Pedagógico 2009 – 2012**. Uberaba, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Primeiros passos).

_____. **Estratégias em Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Sobre a arte ou a estética do ato de pesquisar na educação. In: _____. (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. **Bezerra de Menezes**. Disponível em: <http://www.kardecian.org/bezerra_menezes.html>. Acesso em: 21 dez. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia solidária**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GARCIA, Dirce Maria Falcone. Expansão do Ensino Superior e Cidadania: retomando conceitos, atualizando o debate. In: XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado (Org.). **Questões de educação escolar**: história, políticas e práticas. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Jerusa Vieira. Socialização primária: tarefa familiar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91. p. 54-61, nov. 1994.

HABIF, Thomas P. **Dermatologia clínica**: guia colorido para diagnóstico e tratamento. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo: Cortez : CELATS, 2008.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 dez. 2011.

IBGE. **Produtos e serviços**: biblioteca: documentação territorial do Brasil: Uberaba. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/uberaba.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

_____. **Canais**: cidades@: Minas Gerais: Uberaba. 2011. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

KOERNER, Andrei. A cidadania e o artigo 5º da Constituição de 1988. In: SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação**: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.

KONZEN, Afonso Armando. (Coord.). **Pela justiça na educação**. Brasília, DF: MEC: FUNDESCOLA, 2000.

LAR DA CARIDADE. **Estatuto do Lar da Caridade**. Uberaba, 2009a.

_____. **Livro de Ata n. 1**: 1959 a 1990. Uberaba, 1959/1990

_____. **Livro de Ata n. 2**: 1990 a 2004. Uberaba, 1990/2004.

_____. **Pasta de Registros Fotográficos do Lar da Caridade**. Uberaba, 2011b.

_____. **Projeto Com-Vivência**: uma proposta de educação. Uberaba, 2009c.

_____. **Projeto de Educação Infantil Aparecida Conceição Ferreira “Vó Cida”**. Uberaba, 2009d.

LEI do SUAS em vigor em Minas. **Boletim Anual de Prestação de Contas**, Belo Horizonte, ano 8, n. 13, dez. 2011. Disponível em: <http://www.andrequintao.com.br/pdf/boletim_prestacaodecontas2011.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2011.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **A oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Rosangela. **Educação especial na escola inclusiva**: políticas, paradigmas e práticas. São Paulo: Cortez, 2009.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social, status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma abordagem socioeducacional. In: _____.; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus. (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, José Pedro Soares. **Responsabilidade social corporativa: como a postura responsável compartilhada pode gerar valor**. Campinas: Komedi, 2008.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos humanos e cidadania: à luz do novo direito internacional**. Campinas: Minelli, 2002.

MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. 2. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAS GERAIS. Lei 16.683/2007: Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado. In: QUINTÃO, André (Org.). **Acompanhamento social na educação: Lei 16.683/2007**. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucet, 2008.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

NASCIMENTO, Wagner do. **Declaração**. Uberaba, 1985.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 82-107, set. 2004.

OLIVEIRA, Edvaldo. **LBA: referência na história da Assistência Social no Brasil**. Disponível em: <<http://187.45.247.38/capemisasocial/Paginas/LBAReferencianaHistoriadaAssistenciaSocialnoBrasil.aspx>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

ON, Maria Lucia Rodrigues. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, Maria Lucia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAILUL, Salm Tannus. (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PALMA FILHO, João Cardoso Filho. A educação brasileira nos últimos quarentas anos: JK a FHC. In: _____. (Org.). **História da educação**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2005. (Pedagogia da educação. Cadernos de formação).

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: tema e questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PONTES, Hildebrando de Araújo. **Vida, casos e perfis**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1992.

PORRECA, Wladimir. Modificações na estrutura e na função da família contemporânea. In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo (Org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2007.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo; SILVA, Maria Élide. **Fundamentos políticos, filosóficos e pedagógicos da escola cidadã**. Uberaba: SME, 2000.

PRATA, Tomaz de Aquino (Pe). **História da Arquidiocese de Uberaba: memórias**. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba : Museu de Arte Sacra, 1987.

QUINTÃO, André (Org.). **Acompanhamento social na educação**. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], 2007a.

_____. A integração de políticas sociais e os desafios da educação. In: _____. (Org.). **Acompanhamento social na educação: Lei 16.683/2007**. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], 2007b.

_____. (Org.). **Serviço social e a política pública de educação**. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], 2005a.

_____. Políticas públicas sociais: o desafio da integração. In: QUINTÃO, André. (Org.). **Serviço social e a política pública de educação**. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], 2005b.

_____. Projeto de Lei 1.297/03. In: QUINTÃO, André. (Org.). **Serviço social e a política pública de educação**. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], 2005c.

_____. **SUAS: Projetos de Lei**. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], [2006a]. Disponível em: <http://www.andrequintao.com.br/arquivos/cartilha_suas.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2012

_____. A construção coletiva do SUAS. In: QUINTÃO, André. **SUAS: Projetos de Lei**. Belo Horizonte: [Gabinete do Deputado Estadual André Quintão], [2006b]. Disponível em: <http://www.andrequintao.com.br/arquivos/cartilha_suas.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2012.

REZENDE, Eliane Mendonça M. de. **Uberaba, uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991.

RICCIOPO FILHO, Plauto. **Ensino superior e formação de professores em Uberaba/MG (1881 – 1938):** uma trajetória de avanços e retrocessos. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2007.

ROMANELLI, Geraldo. Significado da Educação Superior para duas Gerações de famílias de camadas médias. **Revista Brasileira: Estudo Pedagógico**, Brasília/DF, v. 76, p. 445-476, set./dez. 1995.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 9, n. 25, p. 26-37, jun. 1994.

SAMPAIO, Borges. **Uberaba:** história, fotos e homens. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971. v.1.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça a política social na ordem brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHILLING, Flávia. (Org.). **Direitos humanos e educação:** outras palavras, outras práticas. Prefácio de Maria Victoria Benevides. São Paulo: Cortez, 2005.

SENAI. **Institucional:** história. Disponível em: <http://www.senai.br/br/institucional/snai_his.aspx>. Acesso em: 1 dez. 2011.

SERVAS. Disponível em: <<http://www.servas.org.br>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS. **Apresenta informações sobre o SERVAS.** Disponível em: site: <<http://www.servas.org.br>>. Acesso em: 2 nov. 2011.

SESI. **Institucional:** o que é o Sesi: história do Sesi. Disponível em: <<http://www.sesi.org.br/portal/main.jsp?lumChannelId=8A81818B146A9BCF01146AC23EDD2B39>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Leocádia de Sousa. Dona Aparecida do “Hospital do Pênfigo”: uma mulher especial. **Revista do Arquivo Público de Uberaba**, Uberaba, n. 3, não paginada, ago. 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. In: _____.; _____. (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luis: FAPEMA, 2006.

SOUZA, Venceslau Alves de . Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, n. 27, nov. 2006.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS:** um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília, DF: Plano, 2003.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras damas e a assistência social**: relação de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

UBERABA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Declaração de 09 de outubro de 1985**: assinada por Wagner do Nascimento. Uberaba, 1985.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Plano plurianual de assistência social**: período 2010 a 2013. 2010. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/cmas/arquivos/PPAS2010.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

_____. Secretaria de Planejamento. **Plano Diretor de Uberaba**: histórico, perspectivas e o Estatuto da Cidade: 1989/1991. 1989. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,1040> >. Acesso em: 22 fev. 2012.

_____. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Plano Decenal Municipal de Educação**: 2006-2015. Uberaba, 2007.

UBERABA. Disponível em: <<http://www.uberaba.com.br>>. Acesso em: 22 out. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário 1 - Pesquisa de Campo**Sujeitos: Categoria alunos**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FRANCA/SP**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Discente: Maria José Ferreira – Assistente Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Maria David

FORMULÁRIO 1 - PESQUISA DE CAMPO**SUJEITOS: Categoria alunos**

Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social pela UNESP de Franca/SP. Assim, conto e agradeço a sua preciosa colaboração.

Sexo: _____.

Formação: _____.

Tipo de vínculo com a EMABEM: _____.

Período: _____.

1. Você conhece o assistente social da EMABEM?
2. Qual o trabalho do assistente social na sua escola?
3. Comente sobre a presença do assistente social na EMABEM.
4. Você sabia que existe uma Lei n. 16.683/07 que fala da presença do assistente social nas escolas públicas? O que acha se todas as escolas tivessem o assistente social?

APÊNDICE B - Formulário 2 - Pesquisa de Campo

Sujeitos: Categoria pais/comunidade e Categoria equipe administrativo

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FRANCA/SP
Dissertação de Mestrado em Serviço Social
Discente: Maria José Ferreira – Assistente Social
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Maria David**

FORMULÁRIO 2 - PESQUISA DE CAMPO

SUJEITOS: Categoria pais/comunidade e Categoria equipe administrativo

Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social pela UNESP de Franca/SP. Assim, conto e agradeço a sua preciosa colaboração.

Sexo: _____.

Formação: _____.

Tipo de vínculo com a EMABEM: _____.

Período: _____.

1. Há quanto tempo tem o assistente social na EMABEM?
2. Você conhece o trabalho que o assistente social desenvolve na EMABEM?
3. Comente como era o trabalho desenvolvido pela escola junto às famílias e projetos, antes e depois da presença do Assistente Social na EMABEM
4. O assistente social é importante para a escola? Por quê?
5. Qual a sua opinião em ter o assistente social como membro da equipe EMABEM?
6. Você tem conhecimento da Lei n. 16.683/07 que prevê o assistente social nas escolas pública do estado? Comente sobre sua possível implementação nas unidades de ensino.

APÊNDICE C - Formulário 3 - Pesquisa de Campo**Sujeitos: Categoria equipe dirigente e Categoria professores**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FRANCA/SP
Dissertação de Mestrado em Serviço Social
Discente: Maria José Ferreira – Assistente Social
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Maria David**

FORMULÁRIO 3 - PESQUISA DE CAMPO**SUJEITOS: Categoria equipe dirigente e Categoria professores**

Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social pela UNESP de Franca/SP. Assim, conto e agradeço a sua preciosa colaboração.

Sexo: _____.

Formação: _____.

Tipo de vínculo com a EMABEM: _____.

Período: _____.

1. O que levou a escola EMABEM a admitir o profissional assistente social como membro da equipe?
2. Qual o trabalho que o assistente social desenvolve na escola? O que você acha desse trabalho?
3. Comente como era o trabalho desenvolvido pela escola junto às famílias e projetos, antes e depois da presença do Assistente Social na EMABEM.
4. Em sua opinião, o assistente social pode contribuir de que forma para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da EMABEM?
5. O que você acha da presença desse profissional nessa Unidade de Ensino? Justifique.
6. Você sabia que existe uma Lei n. 16.683/07 que prevê o assistente social nas Escolas Públicas de Ensino do Estado de Minas Gerais? Comente: como seria se ela fosse implementada nessas unidades de ensino.

APÊNDICE D –

Quadro 1 - Rede de Proteção Social Pública Municipal da área da Assistência Social

Nº	Nome da Unidade Pública	Modalidade de atendimento
01	CRAS Abadia	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
02	CRAS Boa Vista	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
03	CRAS Décio Moreira	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
04	CRAS Tutunas	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
05	CRAS Pólo I	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
06	CRAS Residencial 2000	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
07	CRAS Vila Paulista	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
08	CRAS Morumbi	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
09	CRAS Praça do Pac	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
10	Equipe Volante/Itinerante (referenciada CRAS)	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
11	CATRU	Adultos de 25 a 59 anos.
12	UAI	Idosos (60 anos ou mais).
13	Banco de Alimentos	Família.
14	Restaurante Popular	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais).
15	Núcleos de Iniciação Produtiva (NIP)	Família.
16	CREAS	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, família, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais), pessoas com deficiência e população de rua.

Nº	Nome da Unidade Pública	Modalidade de atendimento
17	Centro de Referência da Mulher	Mulheres em situação de vulnerabilidade.
18	Casa de Apoio ao morador de rua	População de rua.
19	Albergue municipal	População de rua, migrante.
20	Ronda Social	População de rua, migrante.
21	Casa de Proteção Infante Juvenil	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos.
22	Setor de migração	Migrantes.
23	Núcleo de socialização Infante juvenil	Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos.
24	CARESAMI – Centro de Atendimento e Reeducação Social do Adolescente e Menor Infrator	Adolescentes de 15 a 17 anos.
25	Conselho tutelar	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e jovens de 18 a 24 anos.
26	Conselhos Municipais de Políticas Públicas (1º- CMAS; 2º- COMDICAU; 3º- COMDEFU; 4º- COMAD; 5º- Conselho do Idoso e 6º- Conselho da Mulher, COMSEA).	1º- crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais), pessoas com deficiência, população de rua, migrante e outros; 2º- crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos; 3º- pessoas com deficiência; 4º- jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais), pessoas com deficiência, população de rua e migrante; 5º- crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais), pessoas com deficiência, população de rua, migrante e outros; 6º- crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais), pessoas com deficiência, população de rua, migrante.
27	Comissão de Avaliação e Monitoramento	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos jovens de 18 anos a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais), pessoas com deficiência, população de rua, migrante.

DADOS COLETADOS DO PLANO PLURIANUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PERÍODO: 2010 a 2013/Prefeitura Municipal de Uberaba. (Adaptado)

APÊNDICE – E

Quadro 2 - Rede de Proteção Social Privada da área da Assistência Social 2010 a 2013

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
01	ABRACE	Crianças de 0 a 6 anos; crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos e família.	Ativa
02	Associação de Crianças Deficientes (ACD)	Crianças de 0 a 6 anos; crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e jovens de 18 a 24 anos.	Ativa
03	Associação de Deficientes Físicos de Uberaba (ADEFU)	Crianças de 0 a 6 anos; crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos e idosos (60 anos ou mais).	Ativa
04	A Pequena Casa de São Francisco de Assis	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos.	Ativa
05	Associação de Mulheres Rurais de Uberaba – Minas Gerais e Região (AMUR)	Família e outros.	Ativa
06	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos e pessoas com deficiência.	Ativa
07	Associação de Assistência Social Padre Manoel da Nóbrega	Crianças de 0 a 6 anos e crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.	Ativa
08	Associação Comunitária Cívica e Cultural de Uberaba	Adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos e outros.	Ativa
09	Associação Amigos dos Hipertensos de Uberaba (ASAH)	Adultos de 25 a 59 anos e idosos (60 anos ou mais).	Ativa

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
10	Associação Mineira de Equoterapia	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos e pessoas com deficiência.	Ativa
11	Associação dos Surdos de Uberaba - ASU	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais) e pessoas com deficiência.	Ativa
12	Associação Regional Amor Exigente	Família.	Ativa
13	Associação de Assistência aos Surdos Mudos de Uberaba Escola Dulce	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, Idosos (60 anos ou mais), pessoas com deficiência, população de rua e família.	Ativa
14	Associação do Núcleo do Adolescente Dependente Químico	Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e família.	Ativa
15	Associação dos Voluntários do Hospital das Clínicas	Outros.	Ativa
16	Associação Lar de Idosos Dona Inês Maria de Jesus	Idosos (60 anos ou mais).	Ativa
17	Associação dos Voluntários de Combate ao Câncer - AVCCU	Outros.	Ativa
18	Associação Beneficente e Cultural – São Jerônimo – Casa do Adolescente Guadalupe	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos e adultos de 25 a 59 anos.	Ativa

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
19	Associação Samaritanos de Uberaba – Centro de Valorização da Vida (CVV)	Outros.	Ativa
20	Associação Portuguesa de Beneficência Portuguesa 1º de	Família e outro.	Ativa
21	Associação da Casa de Diálise	Outros.	Ativa
22	Associação Educacional Dr. Odilon Fernandes	Jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos e outros.	Ativa
23	Associação de Combate ao Câncer – Hospital Hélio Angotti	Outros.	Ativa
24	Associação Educadora da Infância e Juventude	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos e outros.	Ativa
25	Associação do Projeto João de Barros	—	Ativa
26	Associação Creche Comunitária Monika Budeus e Ricardo Henrique Misson	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
27	Associação dos Asilos Uberaba	Outros.	Ativa
28	Associação dos Moradores Conjunto Morada do Sol	Família e outros.	Ativa
29	Asilo Lar da Esperança	Idosos (60 anos ou mais).	Ativa
30	Asilo São Vicente de Paulo	Idosos (60 anos ou mais).	Ativa
31	Asilo Santo Antônio	Idosos (60 anos ou mais).	Ativa
32	Casa da Renovação	Crianças de 0 a 6 anos e família.	Ativa

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
33	Centro Clínico Persona	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e pessoas com deficiência.	Ativa
34	Centroherd	Adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	Ativa
35	Centro Holístico de Estudo, Tratamento de Dependência Química – Retiro de Eros	—	Ativa
36	Comunidade Nova Jerusalém	Adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	Ativa
37	Comunidade Terapêutica Santa Rita de Cássia	Adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	
38	Casas Lares Vida Viva	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.	Ativa
39	Casa da Mulher Trabalhadora D. Benedita	Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos.	Ativa
40	Casa de Apoio Danielle	Adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	Ativa
41	Casa de Jerônimo	Adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	Ativa
42	Casa do Menor Coração de Maria	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e família.	Ativa
43	Casa Lar “Lar da Caridade”	Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e outros.	Ativa
44	Casa Lar Retiro de Eros	—	Ativa
45	Casa Dia – Casa de Apoio ao Drogado e Alcoólatra	Adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	Ativa
46	Casa do Menino – Legião de Assistência Cristã	Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos	Ativa

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
47	Casa Espírita Bittencourt Sampaio – Lar Espírita Pedro e Paulo	Idosos (60 anos ou mais).	Ativa
48	Casa de Recuperação Junto Podemos	Adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos e adultos de 25 a 59 anos.	Ativa
49	Centro Espírita Uberabense/Sanatório Espírita de Uberaba	Pessoas com deficiência.	Ativa
50	Centro de Reabilitação Novo Horizonte	Adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	Ativa
51	Centro de Recuperação do Alcoólatra (CEREA)	Família.	Ativa
52	Clube de Mães Alzira de Oliveira	Família e outros.	Ativa
53	Clube de Mães Comunidade Espírito Santo	Família.	Ativa
54	Colégio Cenecista Dr. José Ferreira – Casa de Lóide e Eunice	Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e outros.	Ativa
55	Colégio Nossa Senhora das Dores	Adolescentes e jovens de 16 a 21 anos e outros.	Ativa
56	Comunidade Terapêutica São Judas Tadeu	Jovens de 18 a 24 anos e adultos de 25 a 59 anos.	Ativa
57	Comunidade Terapêutica Raio de Sol	Adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	Ativa
58	Conselho Metropolitano de Uberaba	Outros.	Ativa
59	Creche Vovó Zoráide	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
60	Creche Frei Gabriel de Frazzanó	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
61	Creche Fraternidade Feminina Estrela do Triangulo Rouxinol	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
62	Creche Comunitária Dona Marta Carneiro	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
63	Creche Espírita Melo de Jesus – Centro Espírita José Horta	Crianças de 0 a 6 anos e outros.	Ativa
64	Creche Luiza de Almeida	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
65	Creche Comunitária São Jerônimo Emiliani	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
66	Creche Comunitária Nossa Senhora do Rosário	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
67	Creche Comunitária Nossa Senhora do Desterro	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
68	Creche Nossa Senhora da Abadia	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e família.	Ativa
69	Creche Comunitária Maria de Nazaré	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
70	Creche Comunitária Hipólita Tereza Eranci	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
71	Creche “A Pequena Casa de Maria”	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
72	Educandário Menino Jesus de Praga	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e família.	Ativa
73	Fundação Gregório F. Barembliitt	Pessoas com deficiência.	Ativa
74	Fraternidade de Aliança “Toca de Assis”	População de rua.	Ativa
75	Fraternidade Betânia	Outros.	Ativa

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
76	Fundação de Assistência ao Especial Caminhar Uberaba (FUNDAESP)	Pessoas com deficiência.	Ativa
77	Fundação de Ensino Técnico e Pesquisa (FUNEPU)	Outros.	Ativa
78	Grupo Espírita Irmão X	Adolescentes de 15 a 17 anos, família e outros.	Ativa
79	Hospital da Criança	Outros.	Ativa
80	Instituto de Formação, Estudo e Pesquisa São José Operário – Projeto dos Meninos	Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos.	Ativa
81	Instituto de Cegos do Brasil Central	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, idosos (60 anos ou mais) e pessoas com deficiência.	Ativa
82	Instituição Municipal Anti-Drogas (IMAD)	Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos, família e outros.	Ativa
83	Instituto das Irmãs Ursulinas de São Jerônimo de Somasca	Crianças de 0 a 6 anos e crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.	Ativa
84	Instituto de Vivência em Valores	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, família e outros.	Ativa
85	Instituto Chico Xavier	Outros.	Ativa
86	Instituto Agronelli de Desenvolvimento Social	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e família.	Ativa
87	Instituto de Apoio Cultural, Esporte e Lazer (IACEL)	Outros.	Ativa

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
88	Instituto Santo Eduardo	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.	Ativa
89	Lar André Luiz – Comunhão Espírita Cristã	Idosos (60 anos ou mais).	Ativa
90	Lar Lição de Vida	Idosos (60 anos ou mais).	Ativa
91	Lar de Idosos Cantinho da Paz, Amor, Caridade e Fé	Idosos (60 anos ou mais).	Ativa
92	Lar Espírita de Uberaba/ União da Mocidade de Esp. de Uberaba	Crianças de 0 a 6 anos.	Ativa
93	Lar Fabiano de Cristo – Casa de Irmã Germana	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, Idosos (60 anos ou mais) e família.	Ativa
94	Centro Comunitário e Educativo – Legião da Boa Vontade (LBV)	Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e outros.	Ativa
95	Lar Fraterno Maria Dolores	Adolescentes de 15 a 17 anos, família e outros.	Ativa
96	Lions Clube de Uberaba 70	Outros.	Ativa
97	Lar Espírita Irmã Valquíria	Família.	Ativa
98	OASIS	Crianças e Adolescentes de 7 a 17 anos.	Ativa
99	Pastoral da Criança	Crianças de 0 a 6 anos, família e outros.	Ativa
100	Projeto Beira da Estrada	Outros.	Ativa
101	Sociedade Educacional Uberabense (UNIUBE)	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos e outros.	Ativa
102	Sociedade Educadora Oswaldo Cruz	Crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos.	Ativa

Nº	Nome da entidade	Modalidade de atendimento	Situação
103	Sociedade Uberabense de Proteção Amparo ao Menor (SUPAM)	Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos.	Ativa
104	Conveniamento Casa Abrigo para Mulheres	Jovens de 18 a 24 anos, adultos de 25 a 59 anos, pessoas com deficiência e população de rua.	Ativa
105	União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE) – Casa da Acolhida Marista de Uberaba	Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos e adolescentes de 15 a 17 anos.	Ativa
106	Casa da Diálise	Adultos de 25 a 59 anos e família.	Ativa
107	Entidade Assistencial Rosa de Saron	Adolescentes de 15 a 17 anos e família.	Ativa

Fonte: DADOS COLETADOS DO PLANO PLURIANUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PERÍODO: 2010 a 2013 - Prefeitura Municipal de Uberaba. (Adaptado)

ANEXOS

ANEXO A – Lei n. 16.683/07 – (Projeto de Lei n. 1.297 de autoria do Deputado André Quintão)

[Acompanhamento Social na Educação: Lei 16.683/07]

LEI 16.683/2007

Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado.

O VICE-GOVERNADOR, no exercício do cargo de GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver ações de acompanhamento social em escolas da rede pública de ensino do Estado.

Parágrafo único. As ações de que trata o caput deste artigo poderão ser implantadas no âmbito de programa governamental que tenha por objetivo o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais ou o desenvolvimento social de jovens pertencentes a comunidades que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - ou vulnerabilidade social intensa, observadas as condições estabelecidas em regulamento.

Art. 2º - As ações de acompanhamento social de que trata o art. 1º compreendem:

- I - realização de pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para cadastramento da população escolar;
- II - elaboração e execução de atividades com vistas a prevenir a evasão escolar, melhorar o desempenho e o rendimento do aluno, desenvolver o protagonismo juvenil e aprimorar o capital humano e social dos jovens;
- III - proposta, execução e avaliação de atividades que visem a prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo e a disseminar informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;

12

DEPUTADO ESTADUAL ANDRÉ QUINTÃO • 2007

[Acompanhamento Social na Educação: Lei 16.683/07]

IV - proposta, execução e avaliação de atividades comunitárias de solidariedade.

Art. 3º - São diretrizes para a execução das ações de acompanhamento social:

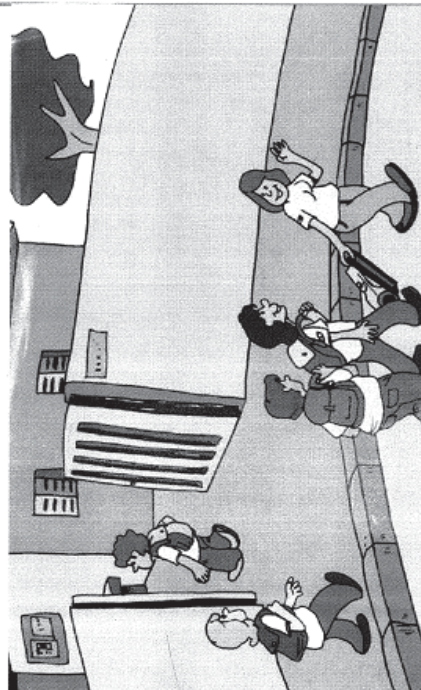
- I - articulação entre os setores do Estado e demais entes federados, de forma a garantir a eficácia das ações;
- II - articulação com instituições privadas, notadamente as de caráter assistencial e as organizações comunitárias locais.

Art. 4º - As ações de acompanhamento, típicas de profissões regulamentadas, deverão ser exercidas por profissional legalmente habilitado.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 10 de janeiro de 2007;
219º da Inconfidência Mineira e 186º da Independência do Brasil.

ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
Governador em exercício.



13

DEPUTADO ESTADUAL ANDRÉ QUINTÃO • 2007

ANEXO B – Legislação da EMABEM I (Portaria n. 2, de 25 de julho de 1971)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO
INSPETORIA SECCIONAL DE UBERABA

PORTARIA Nº 2, de 25 de julho de 1971

A Inspectora Seccional de Uberaba, no uso da atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 283, de 27 de abril de 1970, da Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura, e tendo em vista as instruções do Ofício-Circular número 12/71, do mesmo Ministério.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder reconhecimento ao 1º e 2º ciclos do Colégio "Dr. José Ferreira", situado à Rua Felipe dos Santos, nº 10, em Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - É concedido também o reconhecimento às Classes Anexas de 1º ciclo mantidas pelo Colégio "Dr. José Ferreira" no Hospital do Pênfigo Foliáceo de Uberaba, na Rua Castro Alves, nº 126, em Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Uberaba, 25 de julho de 1971

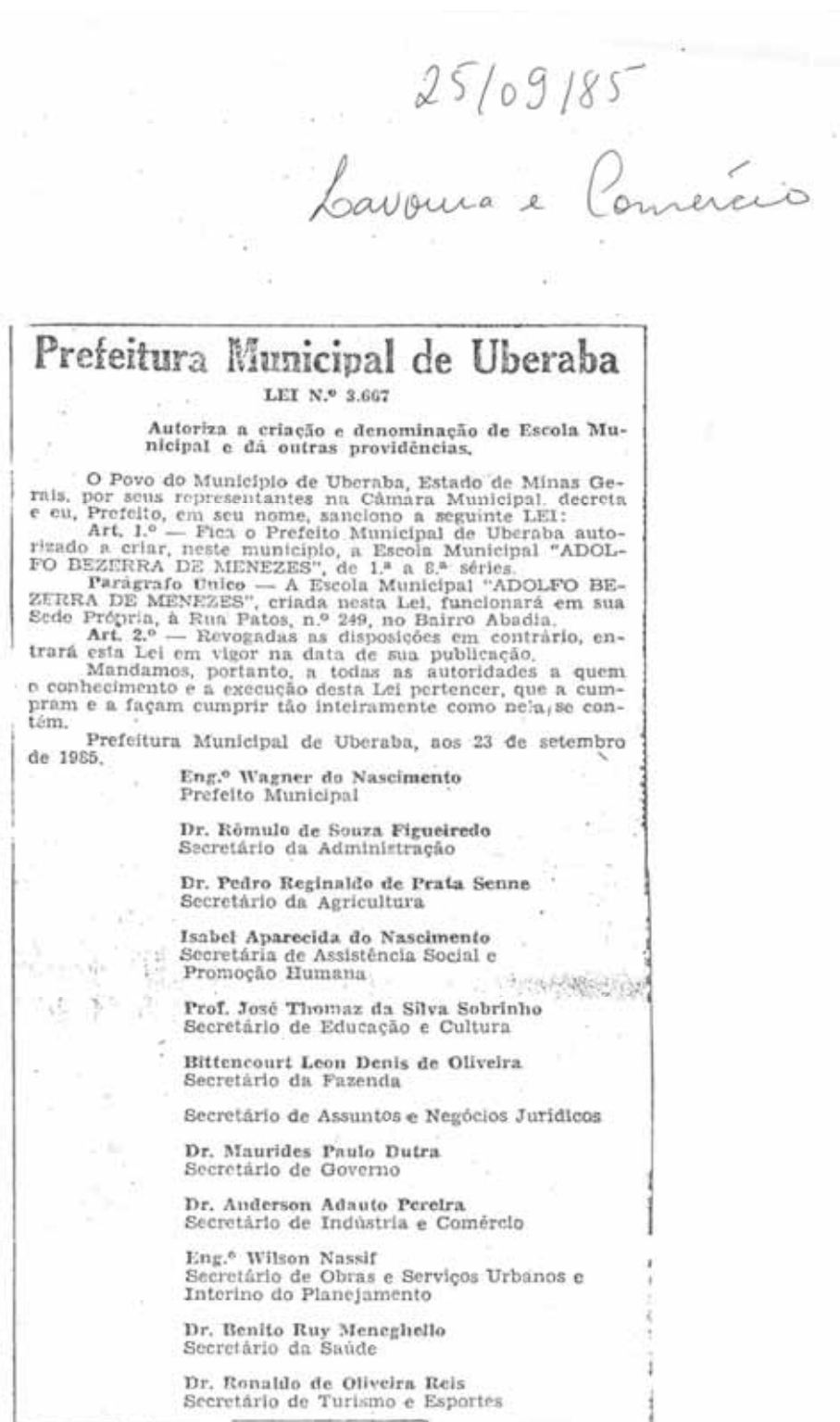
Isabel Bueno
Isabel Bueno
Inspector Seccional

PROCESSO Nº 87.790/53-MEC
PROCESSO Nº 200.191/66-MEC

Cartório Moraes e Usauri
1.º Tabelião e Escrivão

Assinatura verdadeira _____
Suma assinalada _____
firma _____
dout. pá. 14 AGO 1972
Uberaba _____ de _____ de 19 ____
Em test. _____ da verdade.
Oleto Ferees
1.º Tabelião _____

ANEXO C – Legislação da EMABEM II (Lei n. 3.667 autorização da criação e denominação da Escola Municipal)



Fonte: Pasta de Legislação da Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes (EMABEM).
Secretaria de Educação de Uberaba-MG.

ANEXO D – Decreto n. 526



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 526

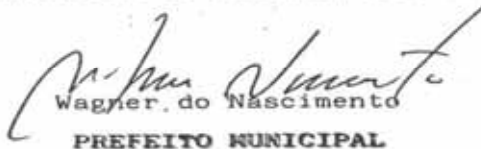
CRIA ESCOLA MUNICIPAL URBANA QUE MENCIONA

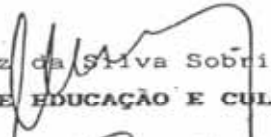
O Prefeito Municipal de Uberaba, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e com apoio no inciso VI do artigo 77 da Lei Complementar Estadual nº 3, de 28 de Dezembro de 1972 e com base na Lei Municipal nº 3.667, de 23 de Setembro de 1985, **D E C R E T A** :

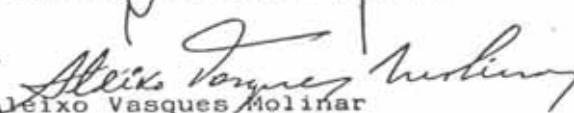
Art. 1º - Fica criada e denominada Escola Municipal Urbana "ADOLFO BEZERRA DE MENEZES" - 1ª a 8ª Séries - com sede própria na Rua Patos, 249, Bairro Abadia, nesta cidade

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberaba, aos 20 de Junho de 1.986.


Wagner do Nascimento
PREFEITO MUNICIPAL


José Thomaz da Silva Sobrinho
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA


Aleixo Vasques Molinar
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS


Maurício Paulo Dutra
SECRETÁRIO DE GOVERNO

./s/m

Cóp. 100 - 100 - 100 - 100 - 100

ANEXO E – Foto de Aparecida Conceição Ferreira

Fonte: Pasta de registros fotográficos do Lar da Caridade de Uberaba, 2011.

ANEXO F – Fotos do Lar da Caridade

Fonte: Pasta de registros fotográficos do Lar da Caridade de Uberaba, 2011.

ANEXO G – Fotos da EMABEM

Fonte: Pasta de registros fotográficos do Lar da Caridade de Uberaba, 2011.

ANEXO H – Fotos das Classes Anexas a EMABEM



Fonte: Pasta de registros fotográficos do Lar da Caridade de Uberaba, 2011.